



filantropia[®]

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Reflexão

A cidadania se embrenha pelo organismo social, livrando as sociedades da poluição oportunista

Voluntariado educativo

Prática social no ambiente escolar melhora a formação do aluno e a qualidade de vida da comunidade

Responsabilidade

Socioambiental

Escassez de água e efeitos do aquecimento global serão mais sentidos pelos países do hemisfério Sul

Investimento social privado

Um expoente da gestão corporativa sustentável

Entrevista

Mais do que "filho do rei", o radialista e apresentador de TV se destaca na luta pela inclusão social das pessoas com deficiência

Dudu Braga



O caminho das pedras



Apostar em um futuro melhor é mais que um ideal. Desde 1975 que a Audicoplan acredita nos valores de nossos clientes e parceiros, apostando em soluções eficientes de gestão para o terceiro setor. Estratégias que transformam ideais em idéias e idéias em ações.

Melhorando o desenvolvimento organizacional de nossos clientes, cuidando da aproximação com os outros setores, firmando parcerias, aperfeiçoando processos e reduzindo custos.

Para atingir seus objetivos com segurança é necessário ter um planejamento estratégico sólido e eficaz, que atue em compasso com os novos caminhos do mundo.

Apontar novas direções faz parte do nosso caminhar, é a nossa contribuição para um mundo melhor.

Visite o site
www.audicoplan.com.br
e saiba mais sobre os serviços
que a Audicoplan oferece ao
Terceiro Setor.

Rua Ezequiel Freire, 55, 8º andar
Santana | São Paulo | CEP 02034-000
Tel.: 11 6959-9831



audicoplan

Onde vamos parar?

Notícias são despejadas todos os dias sobre a situação alarmante em que o planeta se encontra: efeito estufa, aquecimento global, mudanças climáticas, desmatamento, queimadas, lixo, entre tantos outros. Pesquisas recentes revelaram que existe 0% de oxigênio nas águas do rio Tietê (SP), ou seja, não há vida. A poluição do ar nas grandes cidades é visível a olho nu, como um “cobertor” cinza sobre nossas cabeças.

No outono-inverno, a situação se agrava devido ao ar extremamente seco e à falta de chuvas, que ajudam a dissipar poluentes. Os chineses utilizam máscaras para se proteger do pó e da poluição que vêm em forma de nuvens e se espalham pelos grandes centros urbanos. Imagens recentes de satélite mostram uma massa de poluição e pó que migra de um continente a outro em curto espaço de tempo.

Onde vamos parar? Provavelmente mortos por intoxicação, asfixia ou alguma doença nova. Alguns podem pensar que é exagero de ambientalistas, mas uma coisa é certa – nossas gargantas raspam com tamanha poluição do ar, e nossas crianças passam horas fazendo inalação. É um ciclo que parece não ter fim e se agrava a cada ano. Já ouvimos dizer que toda a poluição lançada na atmosfera levará um século para se dissipar. E se nada fizermos, a tendência é piorar.

Mas, então, o que fazer? Como podemos agir para contribuir? São dos pequenos atos que extraímos os maiores resultados. Só o fato de termos consciência já é um grande passo; o próximo é ensinarmos a importância do meio-ambiente às crianças para que, desde já, alterem o fluxo dos acontecimentos. Ou vamos esperar? É fácil culparmos o governo e cruzarmos os braços, mas a responsabilidade é de todos nós. Nossos filhos e netos estão vindo, e seremos taxados como a geração poluidora do planeta. Todos nós somos os vilões diante do que está acontecendo.

Grandes nações já se preocupam com o efeito estufa, e investimentos no setor de combustíveis renováveis são aplicados para que se diminua a poluição do planeta. Shows simultâneos, como o Live Earth, foram idealizados para despertar a atenção de todo o mundo sobre as ameaças do efeito estufa. Outro alerta foi dado no lançamento do filme “Uma verdade inconveniente”, de Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA, que foi enfático ao aconselhar: “plantem árvores, muitas árvores”.

São poucos os heróis que investem seu tempo em algum projeto, sem esperar frutos, trabalhando por amor à natureza. Estes homens e mulheres preocupam-se com espécies nunca antes vistas ou um manguezal que foi invadido pela poluição, mas que pode ser recuperado com paciência, dedicação e, sobretudo, amor. Vale a pena? Com certeza. Os que aderiram à onda verde compram produtos ecologicamente corretos, reciclam materiais, evitam produtos com muitas embalagens ou criam projetos de casas ecologicamente corretas. A contribuição individual é um grande passo para revertermos a degradação causada nos últimos anos.

Devemos difundir estes ensinamentos nas escolas e despertar a curiosidade dos jovens para o reaproveitamento de materiais, as maneiras de captação de energia limpa, a biodiversidade e que pode ser muito divertido recuperar áreas degradadas. Afinal de contas, eles serão os próximos “síndicos” deste empreendimento.

É impressionante como o povo brasileiro é criativo e encontra soluções incríveis, trazendo economia para toda uma comunidade; basta ter interesse e força de vontade. Faça já a sua parte. Mesmo que seja pouco, é ótimo para a alma. Contribua!

Mauro Zeppelini
editor@revistafilantropia.com.br

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”

(Art. 225 da Constituição Brasileira)

**Zeppelini Editorial Ltda.**

Rua Doutor César, 530, cj. 1.308, Santana
CEP 02013-002 – São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 6978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini

Administração
Mauro Zeppelini

Coordenação
Priscila Centin Thuller

Assistente
Tais Fraile

Comercial
Hilton Rocha da Justa

Jornalista responsável
Elaine Iorio (MTB 43.304/SP)

Assistente editorial
Paula Craveiro (MTB 39.316/SP)

Coordenação editorial
Paola Martins Viveiros

Revisão
Viviane Rodrigues

Diagramação
Adriano Aguiar
Maurício Esquivai
Rafael Tadeu Sarto
Renata Ariane Rosa

Atendimento
Raquel Siqueira Gomes
Stefany Herrán Martins

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 6824-3005 / Fax (11) 3151-4500

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello

Marcio Zeppelini

Marcos Biasoli

Mauro Zeppelini

Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta

Anísia Sukadolnik

Antonio Brito

Custódio Pereira

Felipe Mello

Fernando Credidio

Milú Villela

Ricardo Falcão

Roberto Ravagnani

Idealizadores



www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zeppelini.com.br

Organizações parceiras



www.acaovoluntaria.org.br



www.apaebrazil.org.br



www.advbfbm.org.br



www.cantodadadao.org.br



www.voluntariado.org.br



www.facaparte.org.br



www.gife.org.br



mcvolunt@terra.com.br



www.sp.senac.br

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou integral de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.

www.revistafilantropia.com.br



14 Entrevista

Dudu Braga

Com muita garra e bom humor, ele superou a deficiência visual e virou personagem de destaque no Terceiro Setor brasileiro

18 Captação de recursos

Captação de recursos por meio do financiamento internacional

Bons projetos, redigidos corretamente, apresentam grande possibilidade de obter sucesso em sua solicitação



20 Legislação

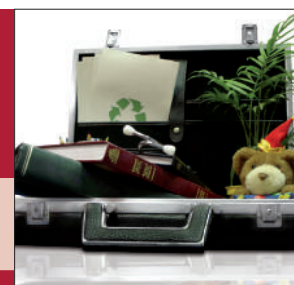
Programas de geração de renda da entidade social e o INSS

Parecer veda que entidade social institua como programa de geração de renda atividades relacionadas com a venda de serviços

32 Capa

Panorama do investimento social privado

A responsabilidade social empresarial cresce a cada ano. Mas como as empresas contribuem para o setor social brasileiro?



Gente que faz o bem	04	
	06	Mão Dupla
Acontece	08	
	12	Notícias do Planalto
Especial	24	
	26	Artigo
Entidade representativa	38	
	39	Voluntariado
Responsabilidade social	45	
	54	Reflexão
Eficiência	56	
	60	Serviços
Vitrine social	64	



Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



**Soluções Inteligentes na
Gestão de Informações**

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 3305-6500 / FAX +55 11 3305-6505

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • instituto HP • Fundação Diaconia

Projeto de esporte e ação social que vale por três

Projeto social da triatleta Fernanda Keller leva a jovens de Niterói o prazer e os ensinamentos do esporte

Por Paula Craveiro

Uma das esportistas brasileiras de maior destaque na atualidade, a triatleta Fernanda Keller começou no triatlo aos 18 anos, quando cursava Educação Física na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Na época, o esporte ainda era pouco conhecido no Brasil, mas, acompanhada por alguns colegas da faculdade e interessada no desafio que essa modalidade proporcionava, Fernanda passou a praticá-lo – e acabou se apaixonando.

Apesar da intensa rotina de treinamentos, viagens e competições, ela ainda consegue encontrar tempo para supervisionar de perto o Instituto Fernanda Keller, em Niterói (RJ), sua cidade natal. “Sempre tive vontade de me envolver com projetos assim e, à medida que as oportunidades foram aparecendo, fomos desenvolvendo as iniciativas”, conta.

Nesta entrevista exclusiva à **Revista Filantropia**, a triatleta fala sobre sua atuação no campo social, o Instituto Fernanda Keller e as necessidades de desenvolvimento social do país.

Revista Filantropia:
Antes do Instituto Fernanda Keller, você tinha algum envolvimento com a área social?

Fernanda Keller:
Não, eu não tinha nenhuma relação. Só comecei a atuar nesse segmento a partir da fundação do instituto, em 2001.

Filantropia: *Quais motivos a levaram a criar o instituto?*

FK: A possibilidade de transformação foi um desses motivos. Acredito muito na força do esporte para a transformação do ser humano e do ambiente em que se vive. Pela prática esportiva é possível modificar – para melhor – a realidade de uma comunidade. Sem contar que foi por meio dele que eu

consegui me tornar uma pessoa realizada tanto profissional quanto pessoalmente. Portanto, o instituto foi minha maior vitória e uma verdadeira motivação para conquistar todos os meus títulos no esporte.

Filantropia: *Atualmente, você participa de outros projetos sociais?*

FK: Infelizmente, o dia ainda tem apenas 24 horas. Como estou competindo profissionalmente no Ironman Triathlon – modalidade que engloba 3,8 km de natação, 180 km de bicicleta e 42 km de corrida –, dedico de 5 a 8 horas diárias em treinos! Do contrário, provavelmente eu participaria de outras ações e projetos. O nosso instituto atende a cerca de 600 crianças e jovens. Estamos fazendo o máximo dentro da nossa realidade. Mas sempre que sou convidada por outras atletas, também vou aos eventos de suas instituições.



Filantropia: *Como foi o processo de concretização e as maiores dificuldades enfrentadas para a constituição do instituto?*

FK: O processo foi e ainda é de muita luta! No início, enfrentamos muita burocracia, falta total de recursos e tudo quanto é dificuldade que se possa imaginar. Mas, o que não falta por lá é boa vontade, determinação e muito orgulho do trabalho que desenvolvemos. Isso tem nos motivado a superar todos os obstáculos.

Filantropia: *Como o Instituto Fernanda Keller é administrado?*

FK: Quem cuida do instituto, na realidade, é minha mãe, Terezinha Keller. Ela é a responsável pela supervisão do projeto e tudo o que acontece internamente. Por conta da minha agenda, eu apenas acompanho o desenvolvimento dos trabalhos, mas sempre muito de perto.

Filantropia: *Quais são os projetos desenvolvidos pelo instituto?*

FK: Temos o projeto Escolinha de Esportes, que envolve aulas de vôlei, basquete, futebol de salão e ginástica olímpica; e o Projeto de Triathlon Fernanda Keller, que é um centro de treinamento de triatlo desenvolvido em parceria com a prefeitura de Niterói (RJ), o Exército e a Escola Oficial do Corpo de Bombeiros. É recompensador poder ver os frutos do seu trabalho por meio de um projeto social que atende crianças que, de outra maneira, não teriam uma chance assim.

Filantropia: *Qual ensinamento de sua carreira como atleta você procura levar aos alunos do instituto?*

FK: Tento transmitir a essas crianças e adolescentes a idéia de jamais desistir diante de qualquer obstáculo. De vencer a si próprios, lutando todos os dias para atingir seus objetivos. E, principalmente, procuro ensinar que eles devem ser muito felizes a cada conquista!

Filantropia: *Quais as conquistas que o instituto já alcançou? E as perspectivas?*

FK: Nossas principais conquistas foram ter conseguido atender a milhares de jovens e, atualmente, prestar atendimento a cerca de 600 alunos; além de ver 10 de nossos jovens conquistarem bolsa integral universitária como atletas. Já na lista de

perspectivas, pretendemos superar as burocracias impostas e angariar os recursos necessários para que possamos continuar a realizar nosso trabalho.

Filantropia: *Você tem planos para expandir seu projeto?*

FK: Não, não. Pretendo manter o que já temos e aperfeiçoar nossa atuação. Trabalhar com criança é muita responsabilidade. Não dá para ficar criando 1.001 coisas e, no final, não fazer nada direito. Sem contar que esse não é projeto de cunho financeiro, e, sim, um trabalho social. Existe um trabalho pedagógico, um procedimento monitorado, acompanhado dia-a-dia.

Filantropia: *Em sua opinião, qual a importância do engajamento de atletas, artistas no trabalho social?*

FK: Para mim, os atletas são o maior exemplo que o nosso país tem de conquistas e vitórias. Na maioria dos casos, são atletas que conquistaram suas vitórias sem o mínimo de apoio – principalmente financeiro –, mas pela vontade, pelo esforço e talento nato, já que não temos uma cultura do esporte no Brasil. Hoje, muitos atletas e personalidades estão buscando dar sua contribuição também na área social, motivados por uma disposição muito grande de transformar o país em uma nação de vencedores, não só de medalhas e títulos, mas, principalmente, na vida!

Filantropia: *Quais são os caminhos para melhorar o atendimento às necessidades básicas do país, como educação, saúde, segurança, emprego etc.?*

FK: Precisamos fazer valer as leis e levar à prisão as pessoas que fazem uso indevido do dinheiro que pagamos em impostos, que poderia ter um destino muito mais útil se fosse devidamente empregado. Para melhorar, precisamos de homens e mulheres com coragem e dignidade. Quem governa precisa ter preparo e competência para administrar. Infelizmente, o que vemos são pessoas incompetentes e desonestas em elevados cargos, agindo de má fé e com descaso. 🙏

Site oficial Fernanda Keller

i www.fernandakeller.com.br

É recompensador poder ver os frutos do seu trabalho por meio de um projeto social que atende crianças que de outra maneira não teriam uma chance assim



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO



DIVULGAÇÃO

Fernanda ainda compete profissionalmente, mas o instituto está entre suas prioridades

Mão dupla

Organizações que VOCÊ pode ajudar

Centro Espírita Amor e Caridade (Ceac)



O Centro Espírita Amor e Caridade (Ceac) foi fundado em 2 de dezembro de 1919, em Bauru (SP), com a finalidade de estudar a doutrina espírita e atender a famílias carentes por meio de visitas domiciliares. Hoje, é uma das principais entidades de serviço social da região.

Com o apoio de 1.215 voluntários e 133 funcionários, atualmente cerca de 25 mil pessoas são atendidas por ano pelos projetos mantidos pela entidade, que inclui um albergue noturno, uma creche-berçário e a Casa de Convivência.

O objetivo do Ceac é manter programas de caráter beneficente e social, de natureza educacional, cultural e assistencial, para atender a população vulnerável de Bauru: crianças, adolescentes, gestantes, enfermos, idosos e migrantes.

Necessidades:

- Agasalhos
- Calçados
- Alimentos não-perecíveis
- Roupas

Doações:

Banco do Brasil
Agência: 1594-6
Conta-corrente: 8888-9
CNPJ: 45.029.956/0001-54

i Rua Sete de Setembro, 8-30
Centro – Bauru/SP
CEP 17015-031
www.ceac.org.br
campanha@ceac.org.br
(14) 3366-3232
(14) 3366-3205

Fundação Banco de Olhos de Goiás (Fubog)



A Fundação Banco de Olhos de Goiás (Fubog) é uma instituição filantrópica que há quase três décadas presta atendimentos oftalmológicos à comunidade carente de Goiânia (GO). Atualmente, são realizadas em média 300 consultas por dia, 250 cirurgias de cataratas mensais e 500 transplantes de córneas anuais. A entidade, que conta com 89 colaboradores, entre médicos, residentes, equipe administrativa e voluntários, mantém em seu hospital um Banco de Olhos, que faz a enucleação, análise e o armazenamento de 80% das córneas destinadas para transplantes no Estado de Goiás. Além disso, possui dois consultórios-volantes, que visitam bairros da capital e cidades do interior levando atendimento à população; oferece medicamentos gratuitos por meio da Farmácia Filantrópica aos pacientes transplantados; realiza reuniões mensais com os pacientes que possuem retinopatia diabética; e oferece assistência psicológica.

Necessidades:

- Computadores
- Medicamentos em geral de uso oftalmológico
- Produtos de higiene
- Tecido para confecção de roupas para centro cirúrgico
- Material de limpeza

Doações:

Banco do Brasil
Agência: 3659-5
Conta-corrente: 62-0
CNPJ: 02.600.740/0001-94

i Rua Couto Magalhães, 50
Jardim da Luz – Goiânia/GO
CEP 74850-410
www.fubog.org
fubog@fubog.org
(62) 3219-4100

Projeto Aconchego



Doações:

Banco do Brasil
Agência: 3380-4
Conta-corrente: 6423-8
CNPJ: 02.477.269/0001-99

i Centro Comercial do Cruzeiro,
bloco D-20, sala 403
Cruzeiro Velho – Brasília/DF
CEP 70640-515
www.projetoaconchego.org.br
projetoaconchego@tba.com.br
(61) 3361-4298
(61) 8473-6363

O Projeto Aconchego (PA) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1997 e sediada em Brasília. Atua na defesa do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, e tem o objetivo de sensibilizar a sociedade quanto ao elevado índice de crianças e adolescentes abrigados e abandonados, reduzir o preconceito cultural em relação à adoção e a indiferença social sofrida por crianças e adolescentes abrigados.

A causa do PA – apadrinhamento e adoção de crianças e adolescentes – é um processo lento, pois demanda sensibilização e mudança de cultura. Um candidato precisa ser muito bem informado e esclarecido sobre o que significa a adoção ou o apadrinhamento de uma criança. Com esse foco, em 2006 o Projeto Aconchego avançou na prestação de informações (respondendo a inúmeros e-mails e telefonemas) e mobilizou potenciais candidatos, mas o número de pessoas que abraçaram a causa e se comprometeram ainda não é o desejado.

Necessidades:

- Aparelho de fax
- Notebook
- Computadores
- Máquina fotográfica
- Filmadora

Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus (NACJ)



Doações:

Caixa Econômica Federal
Agência: 1746
Conta-corrente: 500079-7
CNPJ: 17.391.822/0001-43

Banco do Brasil
Agência: 1.222-X
Conta-corrente: 180.000-0
CNPJ: 17.391.822/0001-43

i Rua José Ferreira Magalhães, 341
Floramar – Belo Horizonte/MG
CEP 31765-760
www.caminhosparajesus.org.br
nacj@caminhosparajesus.org.br
0800-315600
(31) 3408-3000

O Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus (NACJ), fundado em março de 1969, é uma associação beneficente e de assistência social, cristã e filantrópica, com sede em Belo Horizonte (MG). Toda assistência prestada por uma equipe de 400 empregados. O trabalho da entidade está voltado para a assistência material e amparo a crianças, adolescentes, adultos e idosos carentes, sem distinção de crença, raça ou nacionalidade.

Atualmente, o núcleo mantém obras sociais que incluem um internato (abrigo) para 130 crianças e adolescentes com necessidades especiais; um asilato que abriga 60 idosos carentes; uma escola que atende cerca de 300 crianças e adolescentes com deficiências múltiplas; uma clínica médica, psicossocial e pedagógica; e uma clínica odontológica.

Necessidades:

- Alimentos
- Fraldas descartáveis
- Eletrodomésticos
- Equipamentos de informática
- Material de limpeza
- Móveis
- Produtos de higiene
- Remédios
- Roupas

Junior Achievement Rio de Janeiro (Jarj)



O Exército de Salvação surgiu na Inglaterra, em 1865, em meio à Revolução Industrial. Desde cedo, o slogan “Sopa, Sabão e Salvação” tornou-se um marco do trabalho. Com a chegada do Exército de Salvação no Brasil, em 1922, as atividades se concentraram na distribuição de refeições e no atendimento às vítimas das enchentes. Em seguida, a entidade iniciou atendimento a marinheiros em Santos e, posteriormente, programas de educação e saúde, ampliando seu atendimento para lares de crianças. A Assistência e Promoção Social Exército de Salvação (Aproses) – nome adotado em 1973 – é uma entidade de natureza assistencial, promocional e educacional sem fins lucrativos, voltado para: assistência a gestantes, mães solteiras, crianças, adolescentes e pessoas idosas; promoção de cursos profissionalizantes e de capacitação pessoal. No cumprimento de seus objetivos, a Aproses não faz distinção de raça, cor, credo, sexo e religião.

Necessidades:

- Aparelho de DVD
- Cadeiras
- Computador
- Mesas de escritório
- Scanner
- Frigorífico ou geladeira

Doações:

Banco Real
Agência: 0462
Conta-Corrente: 9738672
CNPJ: 03.383.822/0001-27

i Av. Nilo Peçanha, 50, conj. 1.402
Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP 20020-906
www.jarj.org.br
jarj@jarj.org.br
(21) 2292-5016

Instituto Árvore da Vida (IAV)



O Instituto Árvore da Vida, fundado em 2005, é uma Osci que tem o objetivo de difundir a importância da preservação ambiental e a inclusão social. Os integrantes desta entidade acumularam experiências ao longo de uma trajetória de trabalhos vinculados às questões ambientais, sociais e culturais. O trabalho é direcionado à comunidade de modo geral, moradores de núcleos urbanos e proprietários rurais.

Entre os projetos atuais, estão: “Nascentes Urbanas”, cujo objetivo é a criação de corredores ecológicos a partir de plantios ciliares e recuperação de áreas urbanas degradadas; “Girassol”, focado na criação de uma vanguarda popular que dissemine os conceitos de uma nova sociedade, na qual o equilíbrio ambiental, a ética e a cidadania tenham um papel decisivo na condução de tarefas rotineiras; e “Girassol nas Escolas”, visa alavancar a participação de crianças e adolescentes na produção cultural associada ao conceito de sustentabilidade.

Necessidades:

- Alimentos não-perecíveis
- Computador
- Materiais artísticos e de papelaria
- Mudanças e ferramentas agrícolas
- Produtos de higiene
- Transporte para as equipes de trabalho
- Veículo utilitário

Doações:

Banco Santander Banespa
Agência: 0303
Conta-corrente: 130056093
CNPJ: 07.634.087/001-06

i Rua Dr. Celso Wey de Magalhães, 33
Barão Geraldo – Campinas/SP
CEP 13083-170
http://iav.zip.net
(19) 2121-0192
(19) 9123-4505

Instituto Ethos — Conferência Internacional 2007

O compromisso das empresas para uma sociedade sustentável e justa foi o tema do evento realizado pelo Instituto Ethos, em parceria com Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, Pacto Global das Nações Unidas e Pnud Brasil

A Conferência Internacional 2007 – Empresas e Responsabilidade Social, do Instituto Ethos, realizada entre 12 e 15 de junho, contou com a participação de mais de 1.300 pessoas do Brasil e do exterior. O sucesso da conferência foi atribuído em grande parte ao momento de tomada de consciência ambiental vivido pela humanidade. “Essa foi a maior e melhor Conferência que já fizemos. Muitos empresários compareceram para saber o que fazer e como agir diante desse atual cenário”, comemorou Ricardo Young, presidente do Ethos.

Amazônia

Investir com sustentabilidade na Amazônia não é fácil. A área conta com mais de um terço das espécies da fauna e da flora mundiais e um quinto das águas superficiais do planeta e uma diversidade cultural enorme. Uma solução, segundo Adriana Ramos, coordenadora para a Amazônia do Instituto Socioambiental e uma das debatedoras da mesa-redonda “Compromissos das empresas com o desenvolvimento sustentável da Amazônia”, é buscar mecanismos de planejamento e processos de licenciamento ambiental mais éticos. “Acordos legítimos e legais fornecerão subsídios para daqui a alguns anos conseguirmos, de fato, um desenvolvimento sustentável na região”, afirmou. André Fernando Baniwa, diretor vice-presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), garantiu: “o governo e as empresas não levam em conta a vontade, a necessidade e o conhecimento dos povos indígenas. O desenvolvimento que esses povos querem é aquele pautado nos conhecimentos de seus ancestrais, que primavam pela natureza. Nossa relação com a natureza é social, somos parte dela”, concluiu.

Consumo consciente

Durante a plenária “Iniciativas empresariais para a construção de uma sociedade sustentável e justa”, o diretor-presidente do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, Helio Mattar, apresentou alguns resultados da pesquisa “Como e por que os brasileiros praticam o consumo consciente?”, lançada recentemente pela entidade. Um dos dados mais interessantes aponta um número maior de brasileiros estimulando a reciclagem de lixo do que fazendo. “Apenas 55% dos brasileiros reciclam; já 75% incentivam as pessoas a separarem seu lixo. É um tanto curioso que as pessoas tentem estimular sem praticar”, constata Mattar.



Paulo Itacarambi, diretor executivo; Ricardo Young, presidente; e Odid Grajew, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos

Responsabilidade social na mídia

Iniciando a mesa-redonda “Responsabilidade social na mídia: pauta e gestão”, Young apresentou algumas das principais questões discutidas pelos participantes do módulo: Os jornalistas estão capacitados para identificar os temas ligados à sustentabilidade? As empresas estão sendo oportunistas ao fazer marketing institucional, sem real preocupação com a sustentabilidade, ao buscar divulgação de suas ações em responsabilidade social? Para o diretor-executivo do Instituto Ethos, Paulo Itacarambi, “se todos quiserem que a sociedade seja sustentável, será preciso alinhar as estratégias de sustentabilidade do negócio com as da sociedade. E as empresas de comunicação não estão à margem desse processo”.

Sustentabilidade

Transformar São Paulo em uma cidade mais justa e sustentável é a missão do “Movimento Nossa São Paulo: Outra Cidade”, apresentado no painel “Desafios para a construção de cidades sustentáveis”. “Para chegar lá, diversos segmentos da sociedade, em parceria com instituições públicas e privadas, estão mobilizados para a construção de uma agenda e um conjunto de metas – e comprometer-se a cumpri-las. São Paulo é a matriz de um modelo insustentável do século passado”, definiu Eduardo Jorge, secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente. Oded Grajew, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos, afirmou que bons governos são fundamentais para construir sociedades sustentáveis. “Para esse projeto dar certo, é preciso que as próximas administrações incorporem essas iniciativas e todos juntos façam algo por uma cidade com qualidade de vida para toda a população.”

www.ethos.org.br/ci2007



Entrega de certificado aos alunos que concluíram a primeira etapa do programa

Sescon desenha o futuro de jovens aprendizes

O Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e Assessoramento do Estado de São Paulo (Sescon-SP) realizou no dia 10 de julho, em sua sede na capital paulista, a cerimônia de formatura das três primeiras turmas do projeto Desenhando o Futuro, braço educacional do Sescon Solidário. Ao todo, 59 alunos, com idades entre 16 e 17 anos, receberam o certificado pela conclusão da primeira etapa do projeto, após frequentarem 60 horas/aula de treinamento em Departamento Pessoal ou Escrita Fiscal. Segundo José Maria Chapina Alcazar, presidente do Sescon-SP, “o programa funciona como uma especialização para o aluno, pois são duas áreas do setor contábil que têm uma grande demanda por profissionais especializados”. Ao final do curso, a entidade aproxima os participantes de empresas que mantêm vagas para aprendizes. A iniciativa conta com a parceria das entidades Camp, Espro e IPP Citigroup, e a meta é capacitar cerca de 300 adolescentes até o final do ano.

www.sescon.org.br

Escola Brasil organiza rede de rádio

A Oscip Escola Brasil – responsável pela produção do programa de rádio Escola Brasil, em parceria com a Secretaria de Educação à Distância do MEC – está trabalhando para a construção de uma rede nacional de rádios. O objetivo é contribuir para a melhoria da educação, disseminação da cultura e de informações capazes de reduzir a desigualdade social. O projeto pretende também incentivar iniciativas governamentais que façam diferença no cotidiano social. A rede contará com um número ilimitado de rádios parceiras. Contudo, só poderão participar aquelas que se comprometerem a contribuir para a melhoria da qualidade da programação radiofônica brasileira. Começando pela veiculação gratuita de programas educativos.

i www.escolabrasil.org.br



EDUARDO FERREIRA

Kadu e Sandrinha, apresentadores do programa Escola Brasil

Estilista lança o projeto ONG Mulheres em Rede

Em 28 de maio, a estilista Marie Toscano lançou o projeto ONG Mulheres em Rede, em parceria com a Capacitação Solidária, entidade presidida por Ruth Cardoso. A proposta é formar uma rede de financiamento composta por mulheres, para investir em projetos de organizações voltados para a capacitação profissional e inclusão social de jovens e adolescentes de baixa renda. A iniciativa é inspirada na Washington Woman's Foundation, organização norte-americana que começou com quatro mulheres e hoje arrecada milhões de dólares por ano. A Price Waterhouse Coopers é uma das parceiras e fará a auditoria do dinheiro arrecadado, a fim de conferir credibilidade ao projeto.

i www.pcs.org.br

Caravana leva cidadania ao sertão da Bahia

No início de junho, o Grupo Amigos do Sertão, em parceria com a ONG Maria Otília Neix, promoveu uma caravana de cidadania que levou serviços e atendimentos médico e odontológico a cerca de 11 mil pessoas do município de Condeúba (BA), que possui 20 mil habitantes. A ação envolveu mais de 150 voluntários, entre médicos, dentistas, enfermeiros e equipe de apoio. Foram mais de 500 cirurgias de catarata, além de exames oftalmológicos, ginecológicos, consultas de clínica geral e atendimento pediátrico. De acordo com o idealizador da caravana, Doriedson Ribeiro, o grupo já realiza diversas ações sociais na região há mais de sete anos, porém, este é o terceiro ano que eles conseguem levar serviços e tratamentos diferenciados como cirurgias, exames e consultas médicas.

i www.movimentodobem.org.br



DIVULGAÇÃO

População local aguarda triagem para consultas e cirurgias

Centro de Excelência Ambiental na Amazônia

A Petrobras lançou no dia 5 de junho, em Manaus (AM), o Centro de Excelência Ambiental da Petrobras na Amazônia (Ceap), uma iniciativa que reunirá tecnologia e conhecimento científico ao compromisso com a responsabilidade social e ambiental necessários à atuação sustentável da companhia na região. A implantação do Ceap tem relevância estratégica, a começar pela redução dos riscos associados a intervenções da indústria do petróleo na Amazônia. O centro também será um instrumento gerencial para as parcerias estratégicas da empresa na região, o que inclui universidades, instituições de pesquisa, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e agentes econômicos.

i www.petrobras.com.br



Vista aérea do Ceap, localizado em Manaus (AM)

Cartão vermelho ao trabalho infantil

Com a frase "Cartão vermelho ao trabalho infantil" nas mãos, cerca de mil crianças e adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e de outros projetos sociais marcaram o dia 12 de junho, em Brasília, com um abraço em torno do Complexo Cultural da República. No mesmo dia, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou em seu site uma campanha de mobilização nacional de luta contra o trabalho infantil. Gestores municipais e estaduais e todos os participantes da rede de proteção social são os principais atores deste processo para a erradicação de todas as formas de trabalho envolvendo os meninos e meninas do país.

i www.mds.gov.br

6º Encontro Internacional do Terceiro Setor

Palestrantes de 11 países e representantes de organizações sociais de todo o Brasil estiveram em Porto Alegre (RS), entre os dias 25 e 27 de junho, para o 6º Encontro Internacional do Terceiro Setor. Durante o evento, centenas de pessoas assistiram aos debates, protagonizados por nomes como Zilda Arns (Pastoral da Criança) Priscila Cruz (Comissão Nacional Todos Pela Educação) e Alicia Cytrynblum (organização argentina Periodismo Social). Promovido pela Fundação Irmão José Otão, PUC-RS, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Prefeitura de Porto Alegre e Ministério Público do RS – Procuradoria de Fundações, o encontro teve como tema central Economia Social e a Educação: Real Vertente do Desenvolvimento.

www.fijo.com.br/viencontro



Mesa de abertura do 6º Encontro Internacional do Terceiro Setor

Campanha internacional sobre câncer de mama

A primeira-dama dos Estados Unidos, Laura Bush, anunciou em 9 de julho, durante a Conferência da Casa Branca sobre as Américas, no estado norte-americano de Virgínia, o lançamento da Parceria das Américas para a Conscientização e Pesquisa sobre o Câncer de Mama – iniciativa para unir especialistas dos EUA, Brasil, Costa Rica e México na luta contra esta doença. A parceria alia o conhecimento especializado do Centro de Câncer M.D. Anderson, da Universidade do Texas, com a rede global de base e os recursos educacionais da Fundação Susan G. Komen for the Cure, a experiência administrativa regional do Centro da Costa Oeste do Instituto de Educação Internacional (IIE) e o compromisso do governo americano. Juntos, esses parceiros trabalharão para capacitar a região, fomentando a pesquisa, o treinamento e as iniciativas de alcance comunitário, que ajudarão as mulheres desses países a ganhar o conhecimento e a confiança de que precisam para cuidar de sua saúde. A Conferência da Casa Branca sobre as Américas reuniu durante um dia representantes de ONGs, setor privado, grupos religiosos e comunitários e associações de voluntariado para discutir formas de melhorar a educação, atender às necessidades de assistência médica, expandir as oportunidades econômicas e criar parcerias público-privadas na região.



Laura Bush durante audiência na Fundação Susan G. Komen Breast Cancer



Barco faz sua primeira viagem em agosto, passando pelos municípios de Brejinho da Nazaré e Ipueiras (TO)

Palmas recebe barco do Negro D'Água

Foi inaugurado em 25 de junho, em Palmas (TO), o barco do Projeto Negro D'Água, uma iniciativa da The Nature Conservancy (TNC), da Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia (Gaia) e da Faculdade Católica do Tocantins (Facto), em parceria com o Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE-TO). O projeto tem o objetivo de consolidar e promover a gestão integrada dos recursos naturais do reservatório da Usina de Lajeado, visando ao aumento de sua vida útil e à garantia da qualidade de vida dos habitantes locais. O barco fará capacitações e dará apoio à implantação de atividades produtivas sustentáveis, controle ambiental e coleta de material para pesquisas.

www.tnc.org.br

Manifestação pela paz

No dia 1º de julho, São Paulo (SP) foi palco de uma manifestação pública contra a violência, quando cerca de 2.500 mudas de árvores foram colocadas no elevador Costa e Silva. Cada muda simboliza uma vítima de morte violenta no Estado de São Paulo no primeiro semestre de 2007. A manifestação, que começou no Rio de Janeiro com cruzes negras fixadas na Praia de Copacabana, passou por Recife, Belo Horizonte, Brasília e São Paulo, e tem o objetivo de mostrar aos brasileiros que os números da violência são alarmantes. Estima-se que, nos seis primeiros meses de 2007, o número de assassinatos no país tenha chegado a 10 mil. A Visão Mundial e a Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo integram o Movimento São Paulo pela Paz, que apóia a manifestação, iniciada pelo Movimento Rio de Paz.

www.visaomundial.org.br
www.riodepaz.org.br



A partir da esquerda, Héctor Larocca, diretor do Cenarsecs; Mercedes Korin, diretora do Mapa RSE; Carlos March, representante da Fundação Avina em Buenos Aires; e Hugo Vergara, gerente geral do Fórum Empresa.

Encontro sobre responsabilidade social em Buenos Aires

No dia 28 de junho, em evento que contou com a participação de mais de 120 representantes de empresas, organismos públicos, universidades, entidades internacionais, organizações do Terceiro Setor e meios de comunicação, foi apresentado o Mapa de Promotores de RSE. Trata-se de uma ferramenta de atualização periódica e acesso gratuito que resulta na consolidação de um mapa das iniciativas dos atores que promovem a responsabilidade social empresarial na Argentina. O projeto conta com o apoio das organizações internacionais: Fundação Avina, Fundação Carolina, Fórum Empresa e do Centro Nacional de RSE e Capital Social da Faculdade de Ciências Econômicas da UBA (Cenarsecs).

www.mapeo-rse.info

Projeto Paint a Future em São Paulo

Empregar a arte como instrumento para a realização de sonhos é a missão do projeto Paint a Future (Pintar um Futuro), idealizado pela artista plástica holandesa Hetty van der Linden, que, desde 2003, vem rompendo com as barreiras sociais e geográficas para promover a educação e o bem-estar de crianças carentes ao redor do mundo. As 20 pinturas que ficaram em exposição na Galeria Múltipla, em São Paulo, entre 28 de julho e 11 de agosto, tiveram origem em desenhos de crianças brasileiras de comunidades de baixa renda, recriados pelas mãos de artistas plásticos de vários países como Manuel Oyonarte (Espanha), Ellie Collins (Inglaterra), Lone Seeberg (Dinamarca), Cássia Aresta, Rubens Oestrom e Flávia Fernandes (Brasil).



Obra recriada pelo artista Manuel Oyonarte, da Espanha, com base no desenho de uma criança brasileira

Encontro sobre responsabilidade social

O Instituto Bola Pra Frente realiza nos dias 19 e 20 de setembro a quinta edição do Meeting de Responsabilidade Social, que reúne grandes e médias empresas para debater o tema responsabilidade social empresarial. No dia 19, os especialistas discutirão o tema "Políticas Públicas" voltadas para a questão social, enfocando sustentabilidade e meio ambiente, choque de gestão e o papel das empresas junto ao Estado. No segundo dia, o tema será "Esporte Social", que abordará este novo conceito, o papel e o poder do esporte, em especial o futebol.

www.bolaprafrente.org.br/meeting

Feira Internacional de Reabilitação

A Reintegra: Feira Internacional de Reabilitação e Acessibilidade será realizada de 9 a 11 de novembro, no Riocentro, Rio de Janeiro (RJ). O evento pretende reunir instituições públicas, organizações privadas, profissionais especializados e empresas fornecedoras de serviços e equipamentos para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. A intenção é apontar soluções para que estes cidadãos possam utilizar com segurança e autonomia – total ou assistida – os espaços, mobiliários e equipamentos urbanos e domésticos.

www.reintegra.com.br



Apresentação cultural com tambores típicos da cultura japonesa, que ocorreu em paralelo à caminhada



Evento recebeu representantes das entidades, pacientes e seus familiares

Entidades de reabilitação reúnem-se em Salvador

Desde 2005, a cidade de Salvador (BA) sedia o Encontro de Entidades de Reabilitação de Salvador (Eneresa), que reúne as instituições que trabalham com prestação de serviços para cuidados e tratamentos de pacientes portadores de deficiência. O evento é promovido anualmente pela Fundação José Silveira, que possui, dentre as suas unidades, o Instituto Bahiano de Reabilitação. Este ano, o encontro foi realizado nos dias 12 e 13 de julho e contou com a participação de 53 entidades do estado, que debateram o tema "Família: sua importância e responsabilidades". Para a ocasião, as entidades que participaram do Eneresa convidaram familiares de seus pacientes. A contribuição da família foi destacada como fundamental para o sucesso e o alcance do tema abordado.

www.fjs.org.br

Trabalho voluntário conta o câncer de mama

Em 28 de junho, a Americamama realizou a 2ª Jornada de Aprimoramento do Trabalho Voluntário Contra o Câncer de Mama, no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo (SP). O evento, que foi acompanhado por 320 participantes, contou com a presença de Ângela Chede, vice-presidente do Voluntariado do Hospital Sírio-Libanês; Waldir Agnello, deputado estadual (PTB-SP); Analice Fernandes, deputada estadual (PSDB-SP); Fátima Filassi e Dina Wrobel Binzagra, respectivamente vice-presidente e presidente da Americamama.

www.americamama.org.br



Evento contou com cerca de 320 participantes

ONG promove Caminhada pela Qualidade de Vida

Foi realizada em 23 de junho, no Horto Florestal (zona norte da capital paulista), a Caminhada pela Qualidade de Vida, uma iniciativa do Instituto Movere de Ações Comunitárias. Além de chamar a atenção do público para a importância de combater a obesidade e o sedentarismo, o evento celebrou o primeiro aniversário da lei nº 14.095/2005, conhecida como Lei da Obesidade. "Obesidade e sedentarismo são problemas graves que vêm afetando, em todo o mundo, a saúde de pessoas das mais variadas idades", alerta a presidente da ONG, Vera Lucia Perino Barbosa. Durante o evento, também aconteceram palestras informativas dos mais variados temas, como alimentação saudável, hipertensão e diabetes, e apresentações culturais.

Notícias do Planalto

Ações específicas para populações vulneráveis

O combate à desigualdade étnico-racial no Brasil foi um dos desafios debatidos na 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) entre 3 e 6 de julho de 2007, em Fortaleza (CE). De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004, a população negra, estimada em 2 milhões de pessoas, é quase duas vezes mais atingida pela insegurança alimentar do que os brancos. Enquanto 52% dos negros têm algum grau de insuficiência alimentar, 28% dos brancos são atingidos pelo problema. A população indígena é outro grupo considerado vulnerável quando o assunto é alimentação. Segundo a Funasa, o baixo peso atinge até 30% das crianças com menos de cinco anos, contra a média nacional de 4,6%, registrada pela Pesquisa de Orçamento Familiar de 2004. Entre as propostas apresentadas no evento, estava a garantia do acesso à terra e aos recursos naturais. A Conferência defendeu também a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais. Um dos princípios desta política é a segurança alimentar e nutricional e a articulação com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

ONG britânica é denunciada por compra de terras na Amazônia

Há dois meses, a organização britânica Cool Earth revelou que promove uma campanha de arrecadação de recursos para compra de terras na Amazônia, com o objetivo de “impedir o desmatamento e reduzir as emissões de gases estufa na atmosfera”. O valor das doações varia entre 35 e 45 libras esterlinas (R\$ 140 e R\$ 180), por cerca de 2 mil metros quadrados de floresta. No início de julho, uma representação na Procuradoria da República no Distrito Federal foi apresentada pelas deputadas Vanessa Graziotin (AM) e Perpétua Almeida (AC), ambas do PC do B, e um grupo de trabalho – coordenado pelo deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA) – foi criado na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional. Órgãos como Incra, Itamaraty e Ministério Público também decidiram apurar a denúncia, e representantes da Justiça e do Governo reuniram-se em 8 de julho para iniciar as investigações.

www.camara.gov.br
www.coolearth.org

Página inicial da Cool Earth



Pacto da Unicef para o semi-árido renovado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e governadores renovaram no dia 26 de junho, em Brasília, o pacto “Um mundo para a criança e o adolescente do semi-árido”, articulado pela Unicef. Desde junho de 2004, governo federal, estados, entidades da sociedade civil e empresas adotam medidas de saúde, educação e proteção que visam melhorar as condições de vida da população infantil da região. O semi-árido é uma das prioridades do Unicef no Brasil, pois, a região – onde vivem 13 milhões de crianças e adolescentes e que abrange 1,5 mil municípios da região nordeste, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo – tem elevados índices de pobreza e desigualdade social. Nos últimos dois anos, de acordo com o organismo da ONU, houve avanços maiores do que os registrados na média nacional na redução da desnutrição infantil, por exemplo. Entretanto, há muitos desafios que justificam a continuidade do trabalho.

www.mds.org.br
www.unicef.org.br



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursando durante cerimônia de renovação do pacto

Aprovado serviço voluntário para o Bolsa Família

No dia 20 de junho, a Comissão de Seguridade Social e Família também aprovou o projeto de lei nº 44/07, do deputado Lincoln Portela (PR-MG), que condiciona o recebimento da Bolsa Família à prestação de serviços à comunidade. Pela proposta, pelo menos uma pessoa da família beneficiária deverá se engajar em projetos sociais de voluntariado. Segundo o parlamentar, o objetivo é estimular a solidariedade e a consciência de cidadania. A nova exigência também representaria um mecanismo para fortalecer os vínculos sociais nas comunidades e lembrar aos beneficiários o compromisso assumido pelas famílias com o governo e a sociedade.

www.camara.gov.br

Conferência questiona modelo de desenvolvimento

A declaração final da 3ª Conferência reconheceu os avanços sociais ocorridos no Brasil nos últimos anos, mas, por outro lado, questionou o modelo de desenvolvimento, “que gera desigualdade, pobreza e fome, além de impactos negativos sobre a saúde e o meio-ambiente”. Durante o evento, que contou com a participação de 1.800 pessoas, foram apontadas diretrizes para integrar ações de governos e sociedade. Uma das marcas do encontro foi a diversidade de gênero, gerações, etnias, raças, culturas e opções sexuais. Algumas das propostas aprovadas pela Conferência foram: crescimento econômico com prioridades sociais; exigibilidade do direito humano à alimentação adequada, como forma de eliminar práticas assistencialistas; reforma agrária imediata e irrestrita; promoção da agricultura familiar como política estratégica; suspensão da produção de transgênicos; política energética que limite a monocultura; ampliação das ações de captação de água das chuvas para consumo humano no semi-árido; e suspensão das obras de transposição do Rio São Francisco.

www.planalto.gov.br/consea



O presidente do Consea, Chico Menezes, participa do encerramento da Conferência

Decreto torna mais rigoroso repasse a ONGs

Foi publicado no Diário Oficial de 26 de julho o decreto nº 6.170 (de 25 de julho de 2007), que torna mais rigoroso o repasse de verbas da União para ONGs e Oscips, estados e municípios. Planejado após o escândalo dos sanguessugas – quando a Polícia Federal descobriu o desvio de cerca de R\$ 110 milhões do Orçamento destinado à compra de ambulâncias – o decreto torna os convênios mais transparentes e faz uma série de exigências preventivas para que sejam assinados. A decisão deve resultar em economia de R\$ 1,5 bi por ano para os cofres públicos. Pelas novas regras, que começam a vigorar a partir de janeiro de 2008, ficam proibidos, por exemplo, convênios com estados e municípios abaixo de R\$ 100 mil – que seria o custo médio praticado. Para as ONGs e Oscips não há limite de valor, porém será exigido o cadastramento no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias (Siconv), bem como prova de inscrição da entidade no CNPJ e de regularidade fiscal.

i www.planalto.gov.br



RODRIGUES POZZEBON/ABR

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, anunciam novas regras para convênios entre União, estados, municípios e ONGs

Fundo da ONU apóia projetos esportivos

Durante os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) lançou no Brasil o Fundo Mundial para o Esporte, que será lançado oficialmente no país no primeiro semestre de 2008, na cidade de São Paulo. O objetivo é promover e apoiar organizações ao redor do mundo que incentivem o esporte como prevenção ao uso de drogas e ao crime, especialmente entre jovens. A idéia surgiu em 2004, a partir do sucesso do projeto Futebol sem Fronteiras, um acampamento que reuniu jovens do Iraque, Jordânia, Kuwait e Qatar. O primeiro país a receber o acampamento será o Brasil; São Paulo deve sediar o encontro que reunirá várias modalidades esportivas, como futebol, basquete e vôlei, em parceria com ONGs. Na ocasião, também será lançado o segundo prêmio do fundo, que apoiará uma iniciativa, de qualquer ONG do mundo, que seja modelo de como o esporte é capaz de fortalecer as relações comunitárias.

i www.unodc.org/brazil

Capacitação a distância na área social

A primeira turma de capacitação a distância – uma ação do programa Gestão Social com Qualidade, do MDS – começou as atividades em 25 de junho. Ao todo, 135 alunos do curso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) iniciaram o módulo 1. A iniciativa tem o objetivo de capacitar cerca de 14 mil técnicos que atuam em funções relacionadas à implementação e ao aperfeiçoamento do Bolsa Família (na gestão do Cadastro Único), do Peti e do Programa de Apoio Integral à Família (Paif). A capacitação a distância será dividida em seis módulos: Base do Modelo Brasileiro de Proteção Social Não-Contributiva; Cadastro Único de Programas Sociais; Gestão e Implementação do Bolsa Família; Gestão do Suas; Estruturação e Implementação do Acompanhamento Familiar e de Serviços Socioeducativos; e Articulação de Programas Complementares.

i <http://ead.mds.gov.br>

Câmara instala Frente em Defesa da Assistência Social

Foi instalada no dia 10 de julho a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social. O grupo será composto por 120 parlamentares, e uma das primeiras ações será a mobilização pela aprovação da Proposta de Emenda Parlamentar (PEC/2001), que estabelece a destinação de 5% dos recursos do Orçamento da União, estados, municípios e Distrito Federal para o custeio da assistência social. A frente também pretende trabalhar pela expansão dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras); o fortalecimento dos conselhos; uma política de recursos humanos na área da assistência; a articulação com outras frentes parlamentares e o estímulo à criação de frentes nos legislativos estaduais e municipais, além da difusão do Suas.

i www.camara.gov.br



VALTER CAMPANATO/ABR

O Ministro Patrus Ananias, do MDS, participa do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, na Câmara dos Deputados

Incentivos fiscais a atividades sociais

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, em 20 de junho, o projeto de lei nº 873/03, do deputado Armando Monteiro (PTB-PE), que institui o Programa Nacional de Incentivo a Atividades Educacionais, Sociais e de Combate à Pobreza (Paes). O objetivo do programa é captar e distribuir recursos fiscais para projetos voltados ao aperfeiçoamento científico e tecnológico, à preservação do meio ambiente, ao combate à pobreza, à atenção aos enfermos carentes, e à difusão de informações estratégicas relacionadas com a saúde pública. Pela proposta, o custeio do programa será feito por meio de fundo específico que constará do Orçamento da União. Para a composição dos fundos, o texto permite o uso de contribuições de pessoas jurídicas e de pessoas físicas, que poderão ser deduzidas do Imposto de Renda devido.

i www.camara.gov.br

Aprovada criação do Instituto Social do Mercosul

A 12ª Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social do Mercosul e Estados Associados (Rmads), realizada no dia 16 de junho em Assunção, Paraguai, aprovou a criação do Instituto Social do Mercosul (ISM). O objetivo é contribuir para alcançar as Metas do Milênio, reduzir a pobreza e a desigualdade e amparar a infância. O ministro do MDS, Patrus Ananias, participou do evento ao lado de ministros de nove países: Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Equador, Bolívia, Colômbia e Peru. Na mesma reunião foram apresentados programas sociais do Paraguai e Uruguai sobre Economia Social de Fronteira, e foi criado o Observatório Social da América Latina, com dados, análises e cenários da região.

i www.mds.gov.br

Dudu Braga



Com muita garra e bom humor, ele superou a deficiência visual e o estigma de ser “filho do rei”, tornando-se ator de destaque no Terceiro Setor brasileiro, principalmente na luta pela inclusão social das pessoas com deficiência

Por Paula Craveiro

Quem não o conhece, ou nunca trocou uma palavra sequer com ele, corre o risco de tratá-lo superficialmente pelos títulos “filho de Roberto Carlos”, “segundinho” ou ainda, como a reportagem brincou pouco antes de iniciar essa entrevista, “filho do rei”. Sim, de fato ele é filho do cantor e ídolo Roberto Carlos – e com muito orgulho! Porém, muito mais do que isso, Dudu Braga é um exemplo de superação, simpatia e bom humor.

Ainda jovem, aos 22 anos de idade, naquela fase em que “a jornada está apenas começando”, Dudu foi submetido a uma das provas mais difíceis de sua vida. Após anos de luta contra um glaucoma congênito, ele perdeu a guerra e a visão, em razão do descolamento da retina.

Atualmente, possui apenas 5% de visão no olho esquerdo. Mas com o apoio da família e de amigos, e com grande força de vontade e determinação, Dudu superou o que para muitos seria o fim do mundo.

Hoje, aos 38 anos, ele está casado, é pai de duas crianças – Giovanna e Gian Pietro –, toca bateria, já foi produtor musical, continua apaixonado por esportes e apresenta os programas As Canções que Você Fez para Mim, na Rádio Nativa FM, no qual apresenta os maiores sucessos da carreira do pai, e Ressoar, na TV Record, voltado para a divulgação das boas ações do setor social brasileiro.

Aliás, a ligação de Dudu com o Terceiro Setor não é novidade. Com o engajamento e incentivo dos pais, desde criança esteve envolvido com projetos nacionais e internacionais. Mas, somente ao participar da fundação de uma entidade, em 1996, é que ele mergulhou de cabeça nessa área, tornando-se, hoje, um importante expoente da luta pela inclusão social.

De cabeça erguida e com um largo sorriso estampado no rosto – e que se estende à voz –, Dudu fala dos desafios que a sociedade civil organizada enfrenta para tornar o Brasil um país mais justo e prova, nesta entrevista exclusiva à Revista Filantropia, que a deficiência é apenas uma condição e não uma limitação.

Revista Filantropia: *Quando e como começou sua relação com o setor social?*

Dudu Braga: Meus pais sempre foram envolvidos em projetos sociais. Principalmente minha mãe [Cleonice Rossi, a Nice]. Tanto que meu pai a conheceu quando ela foi procurá-lo para pedir um show beneficente para a Creche São Judas Tadeu. Além disso, meu pai também sempre esteve aberto à questão, embora nunca tenha criado uma instituição ou fundação própria, como muitos artistas fazem. Entretanto, em seus shows, por exemplo, invariavelmente há uma cota de ingressos de caráter beneficente.

Já meu primeiro contato com o setor social foi em 1979, no Dia Internacional da Criança, promovido pela Unicef – bem antes da criação do Criança Esperança. Na época, eu estava com nove ou dez anos e, obviamente, não tinha a menor idéia do que era filantropia nem nada parecido. Até então, meu único contato com esse mundo acontecia apenas em finais de ano, quando minha mãe levava um pequeno grupo de crianças da creche para passar o Natal conosco lá em casa. Era bem gostoso. Mas comecei a me envolver verdadeiramente com o setor social em meados de 1996, com a Associação Meninos do Morumbi (SP), da qual fui um dos fundadores.

Filantropia: *Fale-nos um pouco sobre essa associação.*

DB: A Associação Meninos do Morumbi foi fundada há pouco mais de dez anos por um amigo meu, o percursorista Flávio Pimenta, que também era meu professor de bateria. Lá são oferecidos cursos de música, inglês, artes, esportes e inclusão digital. Mas, o mais bonito é que os trabalhos desenvolvidos não são voltados única e exclusivamente à população de baixa renda da região. Eles estão abertos a todos os que tenham interesse em participar. Na ONG, brancos e negros, ricos e pobres, deficientes ou não, todos tocam juntos, em condição de igualdade. Não existe diferenciação entre os jovens participantes, não existe preconceito. Essa integração é muito emocionante.

Filantropia: *Com quais áreas você mantém relação mais próxima?*

DB: Para falar a verdade, não tenho envolvimento com nenhuma área ou causa específica. Como antes eu trabalhava com música – eu era produtor musical –, passei a desenvolver trabalhos semelhantes com os Meninos. Inclusive, chegamos a gravar um

“Conseguimos mostrar para todo o Brasil o deficiente como alguém normal e totalmente capaz, e não mais no papel de coitadinho, de inválido, como costumava ser apresentado na mídia”

CD. Alguns anos mais tarde, fui convidado a participar de um programa-piloto de televisão, no qual eu entrevistaria portadores de deficiência. Pediram que, tomando por base as canções de meu pai, sugerisse um nome do programa. Optei por *É preciso saber viver*. O nome é ideal para a proposta do programa.

Filantropia: *Inclusive, esse foi o nome do programa fictício que você apresentou na novela América (Rede Globo, 2005).*

DB: Exato. Esse piloto acabou se transformando em uma participação especial em *América*, a convite da Glória Perez. Foi uma experiência fantástica! Uma grande oportunidade de crescimento profissional e pessoal, principalmente. Ali, tive a possibilidade de conhecer muita gente interessante, muitas experiências incríveis. Pude ver, pela maneira como os entrevistados encaravam seus problemas, o quanto os deficientes podem ser, e realmente são, fortes. Foi a partir desse contato mais próximo com outros deficientes que passei a me engajar mais na questão da inclusão social.

Outra coisa bem interessante era o retorno que eu recebia a cada participação na novela. O

que mais me espantava e emocionava era o fato de que a maioria dos contatos partia de pessoas que não eram portadoras de nenhum tipo de deficiência ou que não tinham qualquer envolvimento com causas relacionadas à deficiência. Foi muito gratificante saber que conseguimos sensibilizar várias pessoas, e de uma maneira bastante positiva e construtiva. Conseguimos mostrar para todo o Brasil o deficiente como alguém normal e totalmente capaz, e não mais no papel de coitadinho, de inválido, como costumava ser apresentado na mídia.

Filantropia: *Por sua experiência, quais os temas que deveriam receber mais atenção por parte das organizações sociais e da administração pública?*

DB: Essa é fácil de responder. Em primeiro lugar, eu diria educação. Em segundo, sem dúvida, educação, e, em terceiro lugar, educação. Para mim, não há nada mais importante do que isso. Todo o resto – redução da violência e da criminalidade, elevação da qualidade de vida, melhoria das condições de saúde – viria como uma consequência direta. Ao proporcionarmos uma educação de



Na rádio Nativa Fm, o radialista comanda o programa As Canções que Você Fez para Mim



A deficiência não afastou Dudu da paixão pela música

qualidade, estamos automaticamente contribuindo para o controle e redução de todos os problemas sociais.

Filantropia: *Em sua opinião, por que a responsabilidade socioambiental tem crescido tanto nos últimos tempos?*

DB: Acredito que as pessoas estão se conscientizando sobre o que anda acontecendo no mundo. Estão começando a prestar mais atenção às mudanças climáticas; ao problema da camada de ozônio, cada vez mais prejudicada pela ação humana; ao nível do mar, que tem se elevado muito nos últimos tempos; ao efeito estufa; à emissão de carbono.

O planeta percebeu o papel fundamental do homem na questão ambiental. Até sentir os efeitos adversos causados pelo desequilíbrio ambiental, o homem julgava ser totalmente independente desse meio, se considerava superior a tudo isso. Agora, a população mundial

está, de fato, começando a compreender que os chamados “ecochatos” dos anos 1980 e 1990 tinham muita razão em suas críticas e que eles não eram meros alarmistas.

Filantropia: *Você acredita que seja real a preocupação dos empresários com o desenvolvimento do país ou essa atitude é apenas uma ação de marketing?*

DB: Existe de tudo nessa vida. Claro que tem os que realmente levam essa questão a sério e querem ver a situação mudar para melhor o mais rápido possível. Ainda bem que existem esses aí! Só que sabemos que também há os oportunistas, os empresários que querem aproveitar um problema real para promover a si próprios e suas empresas como santinhos. Mas, apesar de agir de modo interesseiro e antiético, o que importa é que eles também estão fazendo a sua parte.

Acredito que esse processo de conscientização seja gradativo. Aos poucos, isso se tornará uma ação automática, uma preocupação real, mesmo que tenha sido inicialmente feita apenas para seguir uma tendência ou por simples autopromoção.

Filantropia: *Qual o papel do Estado na construção de um Brasil menos desigual?*

DB: Política e consciência social são termos que soam antagônicos... O Estado tem a mania (ou obrigação) de se meter em tudo, já que sua função essencial é ser agente regulador. Porém, o que nós realmente queremos e precisamos e o que o Estado faz é bastante diferente. Leis nós temos. Só não temos quem as cumpra corretamente.

Assim, o papel de agente promotor do equilíbrio e do bem-estar social acaba, por conta da inatividade ou ineficiência do Estado, recaindo sobre a população em geral, sobre o cidadão comum, que deveria ser protegido.

Filantropia: *Nesses anos à frente de programas de rádio e televisão, que histórias, projetos ou atores sociais mais te emocionaram?*

DB: Caramba, foram tantos! Vi muitas coisas que, para mim, não passavam de tapa-buraco. Mas a maioria era louvável. Os Meninos do Morumbi é um desses casos. Qualquer pessoa, independente de condição financeira, cor ou crença, é bem-vinda. Basta ter vontade de participar. A Dorina Nowill é outro exemplo. Ela começou a atuar em uma época em que deficiência era sinônimo de invalidez, de inutilidade. Imagina só a barra pesada que ela enfrentou!

Uma ação que eu acho bem legal é o *Um Dia de Fazer a Diferença*, que foi promovido pela Rede Record no ano passado. Gostei bastante dele por ser um projeto que exige a participação, não apenas a doação, o assistencialismo. Tirar uma nota do bolso é muito mais fácil e cômoda do que trabalhar o dia inteiro para beneficiar pessoas que nem sabemos quem são. Com essa ação, somos estimulados a sair de nossas casas, a integrar algum grupo e realizar uma determinada atividade. É o tipo de trabalho que faz com que nos sintamos verdadeiramente úteis.

Filantropia: *De zero a dez, que nota você daria ao Terceiro Setor brasileiro?*

DB: Com certeza, nota 10. Não poderia ser menos do que isso. O Terceiro Setor no Brasil é impressionante e bastante organizado. Estamos um passo a frente de muitos países desenvolvidos. Até porque isso já faz parte do brasileiro. Somos, por natureza, um povo de coração aberto, receptivo e solidário.

Filantropia: *Você acredita que a falta de profissionalismo ainda é um entrave para o crescimento do setor social no país?*

DB: Certamente. Isso é um fator muito importante, essencial para o crescimento e desenvolvimento desse setor. Sou totalmente a favor da profissionalização, mesmo que o Terceiro Setor fosse obrigado a operar sob regras e normas específicas. Quanto mais profissionalizado, melhor. Do contrário, as ações serão sempre feitas “nas coxas”, de qualquer maneira. Além disso, atuando

“Ao proporcionarmos uma educação de qualidade, estamos automaticamente contribuindo para o controle e redução de todos os problemas sociais”

de modo profissionalizado, o setor terá condições de atrair novos investidores e dar continuidade a bons trabalhos que já estão em exercício, terão a oportunidade de criar novos projetos; sem contar a geração de postos de trabalho e tudo mais que vem na seqüência.

Filantropia: *Você concorda que, na ausência do Estado, a sociedade civil organizada deve substituí-lo na promoção da saúde, educação, cultura etc.?*

DB: Na verdade, isso continua sendo um dever do Estado. Se a sociedade percebe que há necessidade de suprir certas demandas, é sinal de que o Estado está falhando em sua atuação. Mas essas falhas não o eximem de sua função. No caso da sociedade civil organizada, creio que o termo ideal seria participação, e não dever. E, nesse ponto, ela já está mobilizada, correndo atrás do prejuízo, já que quem deveria agir não age conforme o desejado.

Apesar de achar bastante forte a idéia de obrigação, que vem implícita em dever, de certa forma, acredito que todos têm de fazer alguma coisa em favor da coletividade. Para mim, ser consciente é uma obrigação.

Filantropia: *Como você analisa a questão das políticas públicas voltadas aos portadores de deficiência no Brasil?*

DB: Acredito que elas têm apresentado uma grande melhora. No ano passado, por exemplo, foi aprovada a lei do cão-guia, que beneficiou inúmeras pessoas. Mas, mesmo assim, ainda existe muito trabalho pela frente. Muitas coisas precisam ser revistas, repensadas, no sentido de efetivamente incluir o deficiente e portadores de mobilidade reduzida. Até porque, não somos apenas meia dúzia de pessoas e, sim, aproximadamente 24 milhões de brasileiros.

Filantropia: *Como foi o período de adaptação após a perda da visão?*

DB: No comecinho foi duro. Principalmente para o meu pai. Graças a Deus, pôde me oferecer uma boa estrutura, pôde correr atrás de ótimos médicos. Enfim, fez tudo o que estava a seu alcance. Só que não deu certo. Aconteceu o que nenhum de nós queria. Para ele, que sempre foi um paizão, foi muito difícil aceitar isso.

Para mim, o primeiro choque foi me acostumar com a perda da minha liberdade, do meu direito de ir e vir. Nos dois primeiros anos, fui me adaptando e me acostumando com minha nova condição. Fiquei com a cabeça

cheia de questionamentos. O apoio da minha família e amigos e o meu eterno bom humor foram fundamentais nessa fase.

Uma coisa que me incomodou demais foi a falta de informação. É muito difícil ser deficiente em um país como o Brasil! Até bem pouco tempo, deficiente era obrigado a se informar apenas por meio de rádio. Eu adoro rádio, mas é preciso mais do que isso. E essa era a única forma possível de contato com o mundo. Jornais, revistas, livros, internet, eram artigos praticamente impensáveis. Mas, felizmente, hoje em dia isso está mudando.

Filantropia: *Quais foram os aspectos mais difíceis?*

DB: Depois que perdi a visão, felizmente não tive nenhum tipo de problema no campo profissional, mas sentimentalmente fiquei muito abalado. Para ajudar, também não consegui aprender o braile, sou “analfabre”. Eu conhecia alguns artistas que eram cegos, como Serginho de Sá e Stevie Wonder, mas não fazia a mínima idéia de como era a vida dessas pessoas, como era o dia-a-dia de cada uma delas.

Na época em que isso aconteceu, eu tinha uma namorada, que acabei perdendo em função da deficiência. Aí fiquei pensando: “Será que vou conseguir suprir esse lado?”. Isso me deixou bem preocupado. Mas depois de um tempo comecei a adotar algumas táticas, a ir a lugares em que estava familiarizado, para não dar gafes, para me sentir mais seguro. Aos poucos fui desencanando, embora o preconceito exista mesmo. Aliás, sentia-o na pele cons-

“Acredito que todos têm de fazer alguma coisa em favor da coletividade. Para mim, ser consciente é uma obrigação”

tantemente, pois as pessoas se afastavam. Quando a gente lida com a deficiência de forma natural, depois se acostuma. Agora está tudo bem.

Filantropia: *Como você lida com a deficiência no seu dia-a-dia?*

DB: Hoje em dia, eu encaro tudo numa boa. Mesmo diante de todos os tratamentos e cirurgias que eu fiz, essa era uma situação até previsível. Apesar de eu nunca ter parado para pensar nisso como uma possibilidade concreta até os meus 22 anos, quando isso realmente aconteceu, parecia que eu já estava me preparando. Não dá para falar que eu aceitei bem logo de cara, que eu não me abalei. Não dá para encarar bem uma situação desse tipo. Tive minhas crises, aquela sensação horrível de “minha vida acabou”. Mas, aos poucos, fui aprendendo a lidar com o fato. Hoje, até brinco com isso. Não adianta eu ficar me torturando, não é? Chorar não vai reverter a situação. 



Ser baterista é apenas mais uma das atividades de Dudu

Captação de recursos por meio do financiamento internacional

A variedade de doadores internacionais é bastante ampla. Bons projetos, redigidos corretamente, apresentam grande possibilidade de obter sucesso em sua solicitação

Eduardo Magalhães
magaedu@uol.com.br



Na edição passada, discutimos sobre a constituição do financiamento internacional no Brasil e suas implicações no Terceiro Setor de nosso país, bem como as principais exigências e recomendações para a captação de recursos em nível mundial.

Vimos que nos anos de 1970, por força do início da atividade de grandes financiadores internacionais em território nacional, como a Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES), as ONGs brasileiras surgidas nesse período passaram a se preocupar com a realização de projetos sociais que superavam o foco assistencial – sem desmerecer a

sua fundamental importância – inserindo suas atividades em ações que visavam especialmente o desenvolvimento organizativo e político dos grupos e populações atendidos.

Quanto às exigências em vigor dos financiadores internacionais, abordamos os aspectos referentes à transparência financeira, administrativa e executiva; além do fato de ser priorizado o fortalecimento institucional, da infra-estrutura da organização, os altos impactos sociais, a eficiência administrativa, as propostas sistematizadas e com clara possibilidade de monitoramento – com adequados indicadores de resultado e fontes de verificação. Sublinhamos também, a vital importância de sempre se utilizar as melhores metodologias e instrumentos para a redação de projetos sociais.

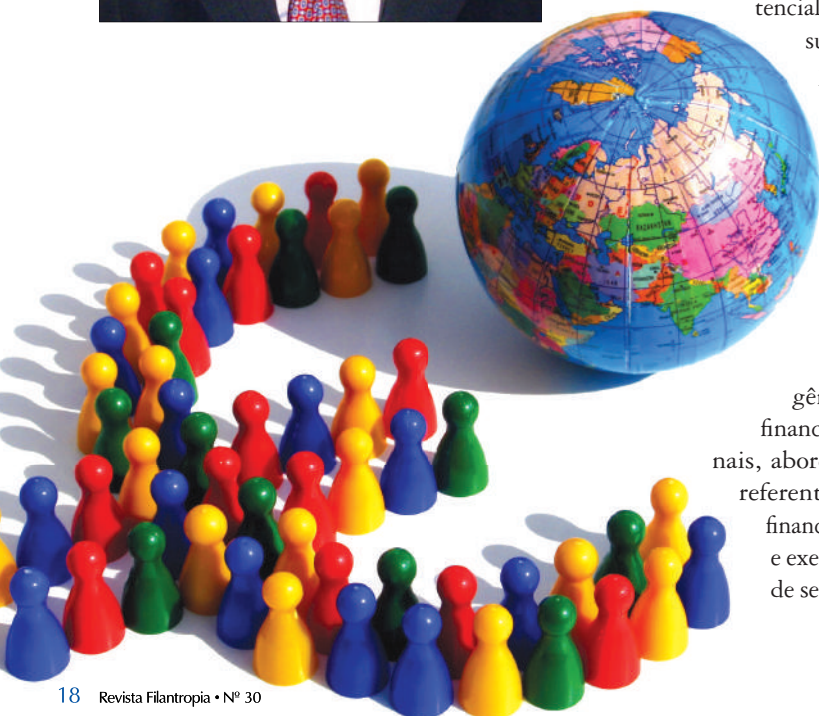
lecimento institucional, da infra-estrutura da organização, os altos impactos sociais, a eficiência administrativa, as propostas sistematizadas e com clara possibilidade de monitoramento – com adequados indicadores de resultado e fontes de verificação. Sublinhamos também, a vital importância de sempre se utilizar as melhores metodologias e instrumentos para a redação de projetos sociais.

Financiadores internacionais

Governos e embaixadas estrangeiros, fundações e outras organizações não-governamentais internacionais, organizações bilaterais e multilaterais e sindicatos mundiais são os grupos que compõem os mais importantes financiadores internacionais. Há, na verdade, uma infinidade de financiadores internacionais espalhados não só pelo Brasil, mas por todo o mundo. É praticamente impossível estabelecer uma lista completa. Por isso, a pesquisa constante em revistas especializadas, como a **Revista Filantropia**, e na internet é fundamental para se manter atualizado, além da afiliação em grupos afins e a realização de cursos sobre o tema.

A seguir destacamos alguns representantes de doadores internacionais:

- a) **Governos e embaixadas estrangeiros:** Canadá, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Bélgica, Estados Unidos,



Austrália, Japão, Suíça, Suécia, Áustria e Países Baixos.

b) Fundações e outras ONGs: Na América do Norte, as fundações se dividem em três categorias: fundações de empresas, fundações familiares e fundações comunitárias. Na Europa, a realidade das fundações é bastante diversa, inclusive na definição jurídica. Países como Alemanha, Áustria, Espanha, França, Holanda, Itália, Portugal, Reino Unido e Suécia possuem grande tradição no trabalho e desenvolvimento de fundações. Alguns exemplos de fundações e ONGs internacionais: Foundation Center, Oxfam, Care, Save the Children, Visão Mundial, IAF (Interamerican Foundation), Ford Foundation, Kellogs Foundation, John D. and Catherine Macarthur Foundation, Caritas Suíça, AT&T Foundation, Brazil Foundation, Citigroup Foundation, Rockefeller Foundation, Pfzier Foundation e Shell Foundation.

c) Organizações bilaterais e multilaterais: Pnud, Banco Mundial, ONU e suas agências, Banco Mundial, Bancos Regionais de Desenvolvimento, Fundo de População das Nações Unidas/Fnuap, entre outras. Geralmente possibilitam grandes financiamentos, tão vultosos que poucas organizações estão preparadas para se qualificar a tal. Apóiam projetos, programas e fortalecimento institucional. No caso dos financiadores bilaterais, os financiamentos geralmente ocorrem por meio de acordos intermediados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Para mais informações, consultar o *Manual de Orientação para Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (CTI)*.

d) Sindicatos mundiais: Obviamente, esse grupo prefere financiar sindicatos. Entretanto, uma parte deles também faz doações significativas para ONGs. Os que financiam somente outros sindicatos locais afiliados, geralmente fazem parcerias e alianças com ONGs para a defesa de direitos. Alguns exemplos: The Steelworkers Humanities Fund, FNV, Sask, Lotco.

Empresas e financiamento internacional

Atualmente, passamos por uma nova fase do financiamento internacional. Devido à escassez de recursos públicos e às já referidas mudanças estratégicas dos tradicionais financiadores internacionais¹, os captadores de recursos estão iniciando um processo de procura e adequação às exigências de financiamento junto às empresas privadas. Outro elemento que sugere essa nova fase é a crescente, mas ainda acanhada, preocupação das grandes transnacionais com a responsabilidade social.

Um excelente indicador de que essa nova fase veio para ficar é a publicação, prevista para o final de 2008, da ISO 26000 – *Guidance on Social Responsibility*. Essa nova norma reforçará a importância da responsabilidade social corporativa em todo o mundo. Importante notar que o Brasil, por meio da ABNT, em conjunto com a Instituto Sueco de Normalização (SIS), lideram o *Working Group on Social Responsibility* (Grupo de Trabalho sobre Responsabilidade Social) responsável pela elaboração da ISO 26000. Essa é, portanto, uma tendência que somente aumentará no futuro. Abre-se, então, uma nova possibilidade de financiamento internacional do setor privado para o Terceiro Setor.

Exemplos de algumas grandes transnacionais financiadoras do Terceiro Setor: Basf S.A., IBM, Alcoa, Credicard, Coca-Cola, Unilever, Xerox, Johnson & Johnson, Levi Strauss, Novartis, Pepsico, Banco JP Morgan etc.

Sites, entidades de classe e eventos no financiamento internacional

Países como Canadá, Inglaterra e Estados Unidos já apresentam grande tradição e nível de profissionalização na captação de recursos. É o caso, por exemplo, da Association of Fundraising Professionals (AFP – Associação de Profissionais de Captação de Recursos). Equivalente à Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), é a maior associação profissional de captadores de recursos do mundo. São 28 mil membros em mais de 190 regiões espalhadas pelo planeta, que trabalha pelo crescimento e desenvolvimento dos profissionais em captação de recursos.



Com sede nos Estados Unidos, anualmente a AFP realiza uma conferência que reúne mais de 3.000 delegados. Possui ainda uma política de criação de filiais em outros países. Sua filial do Canadá, por exemplo, é responsável pela maior e melhor conferência anual do setor naquele país, realizada todo mês de novembro na cidade de Toronto. ☺

¹ TEMA APRESENTADO NA EDIÇÃO Nº 29 DA REVISTA FILANTROPIA.

Eduardo Magalhães. Sociólogo, professor e consultor para o Terceiro Setor, diretor da organização Saúde e Cidadania e do Gats, membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e coordenador nacional de Projetos da Building and Wood Workers' International (BWWI).

Links

❶ www.abc.mre.gov.br
www.abong.org.br
www.case.org
www.ccic.ca
www.ccre.org.co
www.cemeff.org.mx
www.chardonpress.com
www.charitychannel.com
www.charityvillage.com
www.fdncenter.org/pnd
www.fntg.org.br
www.fundraising.co.uk
www.fundnetservices.com
www.gdf.org.br
www.gife.org.br
www.idealists.org
www.mre.gov.br
www.nsfre.org
www.nutsbolts.com
www.pch.gc.ca/english.htm
www.philanthropy.com
www.phylantropyjournal.org/front.asp
www.wings-web.org

Programas de geração de renda da entidade social e o INSS

Parecer questionável da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social veda que a entidade social institua como programa de geração de renda atividades relacionadas com a venda de serviços

Marcos Biasioli
marcos@mbiasioli.com.br



Há 700 anos se comenta acerca da lenda ou história de Robin Hood, tido como o Príncipe dos Ladrões. Ele teria vivido nas florestas de Sherwood, na Inglaterra, e tinha habilidade com arco e flecha para roubar dos ricos e entregar aos pobres, prática esta que até lhe conferiu o mito de herói inglês.

Os programas de geração de renda promovidos pelas entidades sociais têm sido recepcionados por alguns integrantes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como ação de Robin Hood. Na concepção deles, as instituições que são contempladas pelo benefício da isenção tributária saqueiam os cofres do erário para ofertar bens e serviços a custos infinitamente inferiores ao de mercado, visando engordar o orçamento para traduzi-lo aos pobres que assistem. Assim, a diferença entre o lendário inglês e elas estaria apenas no uso do arco e flecha.

Análise

O argumento legal utilizado pela administração pública para refutar os programas de geração de rendas que envolvem serviços está esculpido no parecer nº 3.272/04, exarado pela Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social, que traz em sua ementa:

"Isenção das contribuições para a Seguridade Social. Art. 55 da lei nº 8.212/91. Cessão de mão-de-obra. 1) Somente poderão realizar cessão de mão-de-obra, sem perder a isenção prevista no art. 55 da lei nº 8.212/91, as entidades que atendam a dois critérios, a saber: caráter accidental da cessão onerosa de mão-de-obra em face das atividades desenvolvidas pela entidade beneficente; e mínima representatividade quantitativa de empregados cedidos em relação

ao número de empregados da entidade beneficente. 2) As entidades que fazem cessão de mão-de-obra sem atentar para um destes dois critérios, na forma descrita no corpo do presente parecer, violam a exigência do inciso III do art. 55 da lei nº 8.212/91 e não fazem jus à correspondente isenção."

Em outras palavras, a Consultoria Jurídica veda que a entidade social institua como programa de geração de renda atividades relacionadas com a venda de serviços, que naturalmente envolve a cessão de mão de obra, como, por exemplo, serviços de vigilância, limpeza, segurança, entre outros.

O curioso disto tudo é que, ao analisar o teor do parecer, flagra-se de pronto que ele impõe uma limitação ao acesso à imunidade tributária – tratada como isenção de modo equivocado pelo legislador constitucional, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF) –, que nem o Código Tributário Nacional (art. 9º e 14) que a regula possui. De igual sorte, nada se encontra na Lei de Custeio da Previdência Social (lei nº 8.212/91) e tampouco se identifica qualquer limitação no Regulamento da Previdência, decreto nº 3.048/99.

Mergulhando na essência do malsinado parecer, se vislumbra que ele elenca como violação ao art. 55, III, da lei nº 8.212/91, como se viu acima, a cessão de maneira continuada e com alta representatividade frente ao volume de empregados da instituição alocado para a atividade principal, que é a assistência social. Quanto à tônica da representatividade, ela pode até persuadir, pois admitir ao contrário, estar-se-á oportunizando uma elisão fiscal, já que a atividade-fim será aquela apelidada de atividade-meio.



O curioso disto tudo é que, ao analisar o teor do parecer, flagra-se de pronto que ele impõe uma limitação ao acesso à imunidade tributária que nem o Código Tributário Nacional que a regula possui

Contudo, não há como se referendar que a atividade-meio tem de ser sazonal ou acidental, ainda que esteja relacionada com a venda de serviços, como enfoca o parecer, uma vez que, se assim for, todas as entidades sociais estão vedadas de instituir programas de geração de renda de modo perene.

Entendimentos

O STF já se pronunciou sobre o assunto, julgando em caso similar a legalidade da implantação de tais programas. A seguir, trecho do voto do Ministro Celso de Mello, exarado nos autos do recurso extraordinário nº 210.251-2:

“É certo que a instituição de assistência social pode prestar outros serviços destinados a subsidiar-lhe, financeiramente, a ação assistencial...”

Em igual sintonia, votou os demais ministros por advento do julgamento daquele recurso. Segue trecho do voto do Ministro Marco Aurélio:

“Não posso assentar que, havendo a comercialização de certo produto, sendo o objetivo maior a manutenção da própria entidade, ocorra o afastamento da imunidade.”

Observa-se que não só os Tribunais, mas em especial a própria lei que regula a emissão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas), decreto nº 2.536/98, traz a lume de maneira subliminar, no bojo do inciso VI, que a instituição pode promover venda de serviços para compor suas rendas. Igual tratamento se encontra na resolução do CNAS nº 177/2000, III, letra “a”, que prevê igual possibilidade. E mais, não há qualquer limitação, nem quantitativa e tampouco qualitativa, quanto à natureza da venda, o que implica

concluir ser possível a promoção de programas de geração de renda, inclusive de serviços, para corroborar com as atividades-fins.

Outro enfoque jurídico que merece ser enaltecido é que, não obstante a vinculação da administração pública quanto ao enfadonho parecer, ele não é lei, não tendo como jamais contrariá-la. Ele nasceu no mundo jurídico apenas para interpretá-la e, ante o princípio da hierarquia das normas, conclui-se que neste particular ele é, salvo melhor juízo, totalmente nulo para o mundo jurídico, pois não possui o poder de proibir aquilo que a lei permite.

Enfim, defendemos que as instituições sociais não se tornem Robin Hood, roubando para servir, mas invocamos que elas não só podem como devem produzir riquezas para traduzi-las àqueles que não possuem sequer os mínimos para sobreviver, alforriando o Estado da obrigação de sustentá-la.

Todavia, que seus programas de geração de rendas possuam no âmago propósitos sociais e não de interesses pessoais, pois afinal, como sempre digo, “dois pobres não se sustentam”. 

Marcos Biasioli. Advogado em São Paulo, mestrado em Direito – PUC/SP, pós-graduado em Direito Empresarial – The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, professor do curso de pós-graduação de gestão do Terceiro Setor na Universidade Federal do Espírito Santo, membro do conselho científico da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP e do conselho editorial da **Revista Filantropia**.



RENATA ROSA

Regulamentação do trabalho aprendiz e a inclusão de pessoas com deficiência

Nova política amplia a possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mesmo aquelas com mais de 24 anos

Laís Vanessa C. de Figueirêdo Lopes
lais@figueiredolopes.com.br



O aprendiz com deficiência não necessita de dupla proteção, pois, enquanto aprendiz, somente se espera dele que se forme, nada obrigando sua efetivação pela empresa

A origem do contrato de aprendizagem remonta à Constituição de 1937, quando o Estado Novo, personificado em Getúlio Vargas, visava a iniciar a industrialização no Brasil. Com a edição da CLT, em 1943, regulamentou-se o contrato em tela, de modo triangular entre empresas, Serviços Nacionais de Aprendizagem e adolescentes de 12 a 18 anos, inicialmente.

A nova redação que a lei nº 10.097/00 deu ao art. 428 da CLT define os parâmetros gerais do contrato de aprendizagem. Ele se caracteriza como um contrato de trabalho especial, necessariamente escrito, com prazo determinado de até dois anos.

Ao aprendiz são garantidos direitos trabalhistas e previdenciários, salário mínimo/hora – salvo condição mais favorável – além do respeito a sua escolaridade e à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento – caso seja adolescente, hipótese em que também será vedado qualquer trabalho perigoso, insalubre, noturno, penoso ou capaz de afetar negativamente o seu desenvolvimento psíquico e moral.

A jornada deve ser de até seis horas diárias, se o trabalhador não tiver concluído o ensino fundamental. Caso contrário, poderá ser de até oito horas, nelas computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica. A empresa tomadora dos serviços se compromete a inscrever o trabalhador aprendiz em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

O art. 430 da CLT abre o rol das entidades de apoio empresarial, antes restritas aos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Dispõe que “na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber: 1) Escolas Técnicas de Educação; 2) entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.”

Eis um importante campo de atuação para organizações não-governamentais, que, ao se dedicarem à aprendizagem, poderão estabelecer relações com empresas e criar oportunidade de trabalho para jovens entre 14 e 24 anos e pessoas com deficiência sem limite de idade, na condição de aprendizes.

Detalhes

A formação técnico-profissional é caracterizada por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva, desenvolvidas no ambiente de trabalho. Esse conceito revoluciona a concepção sobre aprendizagem, que não mais está atrelada às profissões específicas, como ocorria outrora. Isso se deve à constante mutabilidade das tarefas desenvolvidas

no mundo do trabalho, permanentemente convulsionado pelas rápidas transformações impostas pela tecnologia.

O art. 429 da CLT impõe uma ação afirmativa em favor dos aprendizes, fixando sua contratação obrigatória aos estabelecimentos de qualquer natureza, no percentual de 5 a 15% do total de empregados, cujas funções demandem formação profissional. Sempre que o percentual resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior. Para cálculo da cota, serão considerados todos os estabelecimentos da empresa vinculados a matriz.

O decreto nº 5.598/05, no seu art. 10, sublinha que as funções passíveis de formação profissional são todas aquelas contidas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Não são sujeitas à base de cálculo as funções de nível superior ou técnico, ou aquelas de confiança.

A contratação do aprendiz dar-se-á de duas maneiras possíveis: diretamente pela empresa, com apoio pedagógico das ONG, ou por esta, que procederá anotação em carteira de trabalho do aprendiz e o inserirá na empresa, supervisionando também o processo pedagógico. Em qualquer hipótese, essas entidades certificarão o contrato de aprendizagem e serão supervisionadas pelo Ministério do Trabalho, a quem cabe decidir sobre a validade da alternativa contratual em tela.

No Estado de São Paulo, há uma interessante experiência que vem sendo desenvolvida pelas associações comerciais em convênio com ONGs e conselhos municipais de direitos de crianças e adolescentes, que se denomina Projeto Degrau, cujo compromisso volta-se à integração dos jovens na sociedade, e que já inseriu formalmente mais de 150 mil adolescentes. Outras organizações também estão buscando realizar programas de aprendizagem e atuar

na inclusão de aprendizes no mercado de trabalho. É uma oportunidade interessante de trabalho, hoje, para o Terceiro Setor.

Ampliação do modelo

Vale ressaltar, nessa nova política sobre o trabalho aprendiz, o contrato de aprendizagem como ferramenta para inclusão de pessoas com deficiência. A lei nº 11.180/05 rompeu o limite etário para o segmento, autorizando a contratação de pessoa com deficiência acima dos 24 anos como aprendiz.

A maior dificuldade alegada pelas empresas, para o cumprimento das cotas de 2% a 5% de empregados com deficiência, é a falta de qualificação profissional dessas pessoas, já que o processo de inclusão econômica descortina a exclusão educacional. Por essa via, o trabalhador pode ser contratado inicialmente como aprendiz e, uma vez habilitado no interior da empresa, passar a compor a cota definitiva de trabalhadores com deficiência.

Não há como fundir as cotas quando se trata de aprendiz com deficiência, eis que cada uma delas se aplica e se explica por situações distintas e excludentes. O contrato de aprendizagem visa formar trabalhadores, tem prazo determinado e é orientado metodicamente a partir do olhar educativo. O contrato firmado com o trabalhador com deficiência, a seu turno, é de prazo indeterminado, definitivo e se pauta pela avaliação de competência para o trabalho, como qualquer outro. Além do mais, o aprendiz com deficiência não necessita de dupla proteção, pois, enquanto aprendiz, somente se espera dele que se forme, nada obrigando sua efetivação pela empresa.

A mesma lei nº 11.180/05 também acrescentou um parágrafo ao art. 428 da CLT para tratar de aprendizes com de-

ficiência mental, que não necessitam do aporte formal da escola. A comprovação da escolaridade deve considerar, pois, habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

Valorizar a capacidade de cada indivíduo de exercer funções laborais, e de aprendê-las no convívio com outros no interior das empresas, viabilizará a evolução das oficinas protegidas, que hoje se desenvolvem no interior de algumas ONGs. Isto porque esses contratos poderão ser intermediados por essas entidades, que já acumulam experiências de formação profissional para pessoas com deficiência, reformulando suas antigas oficinas internas em relações mais inclusivas, estabelecendo contratos formais, com registro em CTPS, e com observância de um curso de formação profissional com duração de até dois anos.

A experiência inclusiva tem mostrado excelentes resultados, que aceleram uma nova cultura em nossa sociedade fundamentada no respeito e valorização da diversidade humana. 

Laís Vanessa C. de Figueirêdo Lopes. Advogada e sócia de Figueirêdo Lopes e Golfieri Advogados Associados. Mestranda em direito na PUC/SP, Professora de pós-graduação da Unisantos, PUC/SP e Senac/SP. Integrante da International Society for Third Sector Research (ISTR); do Neats – PUC/SP; das Comissões de Direito do Terceiro Setor e dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/SP; e do Conade pela OAB Federal.

Co-autoria:

Ricardo Tadeu Marques da Fonseca. Procurador Regional do Ministério Público do Trabalho – 9ª Região. Especialista e mestre em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade de São Paulo e doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Fernando Credidio fala sobre Terceiro Setor, Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Faça como milhares de gestores sociais em todo o Brasil! Assista às palestras de Fernando Credidio sobre os temas que estão forjando as organizações do futuro!

PARA ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR:

1. Comunicação, Relacionamento com a Mídia e Marketing na Área Social
2. Como Elaborar Projetos Sociais
3. Sustentabilidade e Mobilização de Recursos

PARA EMPRESAS:

1. Responsabilidade Social Empresarial - Definindo Conceitos e Papéis
2. Gestão dos Primeiros Passos em Responsabilidade Social Empresarial
3. Ação e Responsabilidade Social como Estratégia de Marca
4. Marketing Relacionado a Causas Sociais
5. Como Estruturar Programas de Investimento Social e de Voluntariado Corporativo

Para conhecer um pouco mais do trabalho de Fernando Credidio, acesse o blog Cidadania.corp: <http://rsempresarial.spaces.live.com>

**palestras
in company**

*Outros
temas sob
consulta

CLT, PJ, autônomo ou cooperado: qual a melhor maneira de contratar?

Gestores precisam analisar as melhores opções tributárias de cada modelo de acordo trabalhista, a fim de evitar desperdícios financeiros

Por Luciano Guimarães

A contratação de mão-de-obra não deve se restringir apenas a uma necessidade de ordem funcional para as organizações do Terceiro Setor. Entidades imunes e isentas possuem características diferentes, que vão desde seu alcance social até os benefícios tributários a que têm direito de gozar segundo a legislação vigente. Para evitar erros de avaliação, como acontece com boa parcela das instituições brasileiras, é necessário profissionalizar a área financeira, contratando um escritório de contabilidade ou de advocacia que preste serviço de planejamento tributário.

Tratar o problema globalmente é difícil, pois cada caso é um caso. Os dirigentes das entidades precisam considerar diversas variáveis e optar pelo melhor caminho, sem afobação. As entidades sem fins lucrativos podem ser imunes ou isentas, apresentando características próprias.

Segundo a lei nº 9.532/97, art. 12, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

Entidades isentas, por sua vez, são as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, de acordo com o art. 15 da mesma lei.

As entidades imunes são beneficiadas pela legislação (*ver tabela*), de modo que, quando contratam autônomos, empresas prestadoras de serviços ou cooperativas, não recolhem encargos sociais. Tais tributos são pagos pelos prestadores de serviço. Às entidades, cabe recolher 1% de PIS sobre a folha de pagamento, 8% de FGTS e demais encargos do dissídio coletivo, quando contratam profissionais via CLT.

Já as entidades isentas ficam livres apenas do recolhimento de tributos quando contratam pessoas jurídicas. Entretanto, devem contribuir com 20% para o FGTS dos autônomos; recolher 15% de INSS mais encargos de insalubridade de empregados contratados de cooperativas; ou 1% de PIS sobre a folha de pagamento, 8% de FGTS, 27,8% de INSS, além das contribuições sociais, que deverão atender aos respectivos dissídios coletivos, nos quais o custo poderá atingir até 105%. Sejam imunes ou isentas, todas as entidades brasileiras são obrigadas a apresentar a Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

Amador x profissional

Entretanto, boa parcela das entidades ainda usa a contabilidade de modo básico, apenas para poder funcionar e angariar recursos. Esse procedimento acarreta muitas perdas de receita por falta de planejamento tributário. Além disso, em muitos casos, falta afinidade dos gestores com seu público-alvo e com o funcionamento do “negócio”.

Felizmente, há entidades que se profissionalizaram a tal ponto que hoje são reconhecidas em todo o Brasil como modelo de eficiência. É o caso da Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara), situada em São Paulo. A entidade tem todos os seus 290 funcionários contratados pela CLT e conta com 300 voluntários. Para a Laramara, que gasta R\$ 550 mil por mês com folha de pagamento (remunerações e benefícios), a opção do registro em carteira foi a escolhida em função de ser uma instituição isenta.

“Por sermos uma entidade filantrópica e declarada de utilidade pública, temos algumas isenções com impostos, como o INSS Patronal,

Cuidados na hora de contratar evitam problemas com a Justiça

As entidades do Terceiro Setor precisam ficar atentas na hora de optar por uma das duas opções de contratação de empregados, seja por motivos econômicos ou legais. No primeiro caso, é necessário arcar com as despesas da folha de pagamentos, que atingem 105%. Valor bem salgado. No outro, a contratação de terceirizados, a partir de empresas do setor que mantêm essa mão-de-obra fora dos dispositivos legais, pode levar a entidade a ser responsabilizada judicialmente.

“A contratante pode responder subsidiariamente na Justiça do Trabalho pela falta de registro do trabalhador que ficou à sua disposição, mesmo que desconheça esses fatos”, explica a advogada Ana Florisa de Oliveira, consultora da VerbaNet

Legislação Empresarial Informatizada, especializada em direito trabalhista e previdenciário.

Segundo ela, a entidade deve solicitar documentos, verificar se os serviços prestados podem ser ou não terceirizados de acordo com a lei. Para fazer isso, basta verificar a papelada acerca da efetuação dos recolhimentos dos encargos pertinentes à folha de pagamento e a ficha de registro de empregados ou livro de registro de empregados. “A anotação em carteira de trabalho também é obrigatória”, ressalta Ana Florisa.

E, é claro, as entidades devem respeitar a lei e jamais contratar funcionários sem registro em carteira, ou podem correr um grande risco de ações judiciais, além de multas e demais encargos.



Rosângela Clementino Valtner, da Laramara, que só contrata funcionários via CLT



No Instituto Ecoar, Miriam Dualibi explica que a contratação varia de acordo com as necessidades

que nos possibilita ter custos menores com mão-de-obra de acordo com a CLT, o que já não seria possível em uma contratação de terceiros”, explica a coordenadora administrativo-financeira da Laramara, Rosângela Clementino Valtner.

O Instituto Ecoar para a Cidadania, que não trabalha com voluntários, é uma entidade isenta apenas de Imposto de Renda, e recolhe todos os outros encargos e impostos. Cerca de 70% de seu faturamento vai para pagamento de salários. Quando se trata de seu *staff* técnico permanente e do seu pessoal administrativo, optou-se pela contratação de mão-de-obra com registro em carteira (CLT), mas em outras áreas existe uma diversificação na maneira de contratar.

“Outra opção para absorver pessoal é a contratação por tempo determinado, para projetos de menos de dois anos de duração, como faculta a lei. Contratamos também consultores como pessoa física (autônomos) ou jurídica, caso seja uma empresa de consultoria, mas não trabalhamos com cooperativas de

As entidades imunes são beneficiadas pela legislação, de modo que, quando contratam autônomos, empresas prestadoras de serviços ou cooperativas, não recolhem encargos sociais

mão-de-obra”, explica a coordenadora geral Miriam Dualibi.

A profissionalização do setor financeiro das entidades é um caminho sem volta, pois governo, patrocinadores e sociedade exigem mais transparência. E a folha de pagamentos, por absorver a maior parte da receita das instituições, deve ser tratada nos mínimos detalhes. 

Diferenças tributárias entre entidades imunes e isentas

	Quem	Tipo de contratação	Encargos do prestador	Encargos do tomador
Entidades imunes	Templos de qualquer culto	Autônomo	INSS: 20% ISS: depende da situação do prestador IRRF: se superior a R\$ 1.313,69	Nenhum
	Partidos políticos, inclusive suas fundações, e as entidades sindicais de trabalhadores, sem fins lucrativos, desde que observados os requisitos do art. 14 do CTN, com redação alterada pela lei complementar nº 104/01	Pessoa Jurídica (PJ)	IRRF: 1,5% * Notas fiscais de prestadores de serviços (PJ) acima de R\$ 5 mil sofrerão retenção de 4,65%, sendo Cofins: 3%, CSLL: 1% e PIS: 0,65%	Nenhum
	Instituições de educação e as de assistência social, sem fins lucrativos que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos	Cooperativa	IRRF: 1,5%	Nenhum
		CLT	INSS: conforme tabela IRRF: conforme tabela	PIS: 1% sobre a folha de pagamento FGTS: 8% Demais encargos de dissídio coletivo
Entidades isentas	Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos	Autônomo	INSS: 11% ISS: depende da situação do prestador IRRF: se superior a R\$ 1.313,69	INSS: 20%
		Pessoa jurídica (PJ)	IRRF: 1,5% * Notas fiscais de prestadores de serviços (PJ) acima de R\$ 5 mil sofrerão retenção de 4,65%, sendo Cofins: 3%, CSLL: 1% e PIS: 0,65%	Nenhum
		Cooperativa	IRRF: 1,5%	INSS: 15% + insalubridade
		CLT	INSS: conforme tabela IRRF: conforme tabela	PIS: 1% sobre a folha de pagamento FGTS: 8% INSS: 27,8% * Além das contribuições sociais, deverão atender aos respectivos dissídios coletivos, nos quais o custo pode atingir até 105%

Obs.: Os encargos do prestador serão retidos e recolhidos pelo tomador dos serviços.

Fonte: Edeno Teodoro Tostes, contabilista e administrador de empresas, conselheiro fiscal suplente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo (Sescon-SP) e diretor da Somed Contabilidade Especializada Ltda.

Quando o Terceiro Setor é governo

Com o decreto nº 5.504, associações e fundações que recebem transferências de recursos públicos ou incentivos fiscais devem se igualar ao setor público na prestação de contas e utilizar o pregão eletrônico

Renato Baruki

contato@terceiropregao.com.br



Não faltavam indícios do que estava acontecendo. Infelizmente, os gestores públicos de má-fé descobriram nos últimos anos uma nova maneira de realizar suas improbidades: desvio de recursos públicos via entidades do Terceiro Setor. No final de 2006, a CPMI dos Sanguessugas identificou que 53 ONGs estariam envolvidas no esquema de compra superfaturada de ambulâncias. Muitos outros escândalos no mesmo molde apareceram.

Para evitar abusos como estes, foi criado o decreto nº 5.504, de 5 de agosto de 2005, antes mesmo de descoberto o esquema de corrupção. Este decreto equipara as entidades do Terceiro Setor aos órgãos públicos nas contratações de bens e serviços comuns. Ou seja, os gastos com recursos públicos devem seguir as mesmas regras que a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal: Lei de Licitações. E mais, devem utilizar preferencialmente o modelo mais moderno de licitação: o pregão eletrônico.

Legislação

A lei nº 8.666/93, chamada de Lei de Licitações, enumera em seu art. 22 as seguintes modalidades de licitação: 1) Concorrência, 2) Tomada de preços, 3) Convite, 4) Concurso e 5) Leilão. A medida provisória nº 2.026/00 trouxe mais uma modalidade: o pregão. E a lei nº 10.520/02 criou a possibilidade de o pregão ser realizado por meio eletrônico.

Com o crescimento contínuo do uso da internet em todo o país, o legislador, por meio do decreto nº 5.450/05, regulamentou

o pregão eletrônico para a aquisição de bens e serviços comuns. Passaram a utilizar o pregão eletrônico, além dos órgãos da administração pública direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e todas as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

Responsável por boa parte das compras governamentais devido à maior agilidade e transparência, o uso do pregão eletrônico cresce de maneira exponencial no Brasil. Segundo um estudo divulgado pelo Ministério do Planejamento, até meados de 2006, o pregão eletrônico respondia por 46% em valor e 64% em volume das licitações de bens e serviços comuns realizadas pelo governo federal.

Pregão eletrônico

O pregão eletrônico é, em linhas gerais, a modalidade de leilão conhecida como “leilão reverso” ou “leilão holandês”, no qual os fornecedores interessados participam de um leilão às avessas, oferecendo lances sucessivos e menores, no chamado “quem dá menos”. Diferentemente do pregão presencial, no pregão eletrônico os lances ocorrem em um ambiente virtual, por intermédio da internet, o que traz diversos ganhos no que diz respeito ao estímulo direto à competitividade e à livre concorrência. Esses diferenciais são traduzidos em eficiência, rapidez na contratação (em média 20 dias, contra 89 dias nas tomadas de preço e 180 dias nas concorrências), transparência e uma grande economia real (em média entre 20% a 30%).



No pregão eletrônico os lances ocorrem em um ambiente virtual, por intermédio da internet, o que traz diversos ganhos no que diz respeito ao estímulo direto à competitividade e à livre concorrência

Mas o que pode e o que não pode ser comprado por meio de pregão eletrônico? A lei diz que o pregão eletrônico pode ser utilizado nas aquisições de bens e serviços comuns, que legalmente são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em um edital. Ou seja, todos os produtos que possam ser bem descritos, sem deixar margem para dúvidas. Além disso, para que haja concorrência, é necessário encontrar vários fornecedores do mercado.

Vantagens do pregão eletrônico

Uma das principais vantagens do sistema eletrônico de licitação é o estímulo à competitividade e à democratização na participação dos fornecedores. Os editais são disparados por e-mail, atingindo um número maior de participantes. Fornecedores dos mais diversos estados podem participar sem a necessidade de locomoção, diminuindo assim seus gastos.

Mecanismos especiais garantem a idoneidade do sistema como, por exemplo, o tempo aleatório (ou randômico): após o término do tempo normal de disputa, há um acréscimo de tempo que pode ir de 1 segundo a 30 minutos. Fornecedores e o pregoeiro não sabem qual será esse tempo, o que impede que os participantes guardem seus “melhores lances” para os momentos finais da disputa. Os sistemas são seguros (criptografados) e, com a ata digital, a prestação de contas é mais simples.

Além disso, no ambiente virtual os fornecedores disputam lances menores sem conhecer os concorrentes. A cada fornecedor, é atribuído pelo sistema um código numérico, em vez do nome, prevenindo possíveis fraudes ou formação de cartéis.

Pregão eletrônico e Terceiro Setor

Neste cenário de ampliação do uso desta modalidade de licitação é que o governo quis inserir as entidades do Terceiro Setor. E, hoje, na prestação de contas dessas entidades ao TCU, não será mais aceita a justificativa de desconhecimento da lei.

Os prazos previstos em lei para a adoção do pregão eletrônico venceram no começo deste ano (dia 23 de março). A portaria interministerial nº 217, de 31 de julho de 2006, estabelecia vários prazos para a utilização do pregão eletrônico, dependendo do valor a ser licitado.

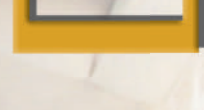
Sendo assim, teremos nos próximos anos grandes desafios no que diz respeito ao enquadramento nesta lei pelas organizações sociais. Isso porque as entidades não dispõem de experiência, tempo ou capital humano para a realização de um pregão eletrônico, que é uma atividade burocrática, trabalhosa e complexa.

Além disso, os sistemas de pregão eletrônico disponíveis no mercado e no setor público não são adequados às necessidades do Terceiro Setor: só trabalham com grandes volumes, não auxiliam na elaboração dos editais e na descrição correta dos produtos, na publicação dos editais e no cumprimento de todos os requisitos legais necessários; além de serem caros e não disponibilizarem pregoeiros.

Por outro lado, podemos ver com otimismo estas novas exigências, que, de fato, auxiliam na crescente profissionalização das associações e fundações brasileiras. Elas vêm deixando de ser organizações baseadas exclusivamente em trabalhos voluntários para se tornarem organizações profissionais.

Quando as entidades do Terceiro Setor aprenderem a utilizar a ferramenta de pregão eletrônico para suas aquisições de bens e serviços, provavelmente o efeito será similar ao que aconteceu quando essa modalidade foi adotada pelo setor público: maior economia e agilidade nas compras, além de uma maior transparência nos gastos, o que é uma demanda de toda a sociedade brasileira. Será criado, então, um ambiente no qual quem for pioneiro poderá fazer mais com o mesmo volume de recursos. 

Renato Baruki. Sócio do Terceiro Pregão – O Pregão do Terceiro Setor.



SAÚDE



EDUCAÇÃO



RELIGIOSOS



ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Auditus Consultores e Auditores Independentes é uma empresa com larga experiência no atendimento às Entidades do Terceiro Setor, em especial Filantrópicas (CEAS), de todo o Brasil

Uma empresa do grupo:



AUDISA
AUDITORIA PARA O TERCEIRO SETOR

(11) 3661-9933

WWW.AUDITUS.COM.BR

A missão das fundações

Pesquisas mostram crescimento do investimento social privado, fundamental na luta pela democratização das oportunidades

Dora Sílvia Cunha Bueno
dorasilvia@uol.com.br



Segundo o Gife, 462 mil empresas brasileiras, ou 60% do total, declaram realizar algum tipo de ação para a comunidade

A iniciativa privada brasileira, em especial por meio de fundações, tem atuação cada vez mais marcante e abrangente no sentido de contribuir para a inclusão social, melhoria da qualidade de vida e mitigação dos problemas que afetam nossa sociedade. São crescentes em nosso país as ações de voluntariado e responsabilidade social. É o particular atuando no universo do que é público, contribuindo, assim, para o avanço e desenvolvimento do Brasil.

Essa evolução do chamado Terceiro Setor tem reconhecimento não apenas no país, como também internacionalmente. Estudo recentemente divulgado no Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV), em parceria com o Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, mostra que o setor sem fins lucrativos no Brasil já representa 5% do PIB nacional, tendo crescido 71% entre 1995 e 2002. De lá até 2007, embora não haja dados mais recentes dessas instituições, é muito provável que os indicadores tenham avançado.

É interessante notar que pesquisa anterior do próprio Johns Hopkins Center, realizada em 1995, demonstrava que o Terceiro Setor havia movimentado, naquele ano, R\$ 10,6 bilhões, o equivalente a 1,5% do PIB brasileiro. Em seu novo estudo, a respeitada instituição norte-americana que estuda as organizações sem fins lucrativos indica que o índice de participação quadruplicou, tornando-se superior ao de setores consistentes da economia nacional, como extração mineral, que inclui petróleo, minério de ferro, gás natural e carvão. O PIB do Terceiro Setor no Brasil já é maior do que o de 22 estados, perdendo somente para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.

Estatísticas nacionais também demonstram o desenvolvimento das ações de caráter social da iniciativa particular no Brasil. Segundo o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), 462 mil empresas brasileiras,

ou 60% do total, declaram realizar algum tipo de ação para a comunidade. Estas organizações investem R\$ 5 bilhões por ano em projetos de saúde, educação, cultura, esportes e lazer.

A importância das ações do Terceiro Setor tem sido evidenciada de modo enfático nos Encontros Paulistas de Fundações, cuja terceira edição será realizada em 1º de setembro, no Colégio Rio Branco, na cidade de São Paulo. O evento, promovido pela Associação Paulista de Fundações (APF), analisará o trabalho e a efetividade das ações dessas entidades, instituídas por pessoas físicas ou jurídicas, a partir da doação de bens livres feita por cidadãos, empresas e entidades que desejam efetivar, apoiar e desenvolver as atividades às quais se destinam, voltadas para a melhoria da qualidade de vida, promoção do bem comum e aperfeiçoamento contínuo da sociedade.

As fundações cumprem, portanto, expressivo papel, contribuindo para mitigar a exclusão e promover a democratização das oportunidades. Trata-se de trabalho indispensável, não só no Brasil, como em todo o mundo, considerando que o Estado não tem capacidade de equacionar sozinho todas as demandas inerentes às soluções dos problemas sociais. Para isto, a mobilização da iniciativa privada é imprescindível.

O escopo de atuação das fundações e a necessidade de que a nação tenha consciência de seu papel encontram consistente síntese em trecho da “2ª Carta de São Paulo”, documento conclusivo da edição de 2006 do Encontro: “É importante que a opinião pública, os meios de comunicação e os poderes públicos tenham plena compreensão da relevância das fundações para a construção de uma sociedade harmônica e justa”. 

Dora Sílvia Cunha Bueno. Presidente da Associação Paulista de Fundações (APF) e da Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf).

Calendário Contábil 2007

SETEMBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
6	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em agosto/07
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de agosto/07
10	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência agosto/07, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	Previdência Social – INSS	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência agosto/07 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em agosto, incidente sobre rendimentos sujeitos a apuração mensal do imposto
	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa, referente aos fatos geradores ocorridos em julho/07, para pessoa jurídica obrigada a entrega da DCTF Mensal
	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa, referente aos fatos geradores ocorridos em julho/07
14	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31/8/07
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência agosto/07, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
20	Cofins	Recolhimento em GPS, da competência junho/07, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em agosto/07
29	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/9/07
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em julho/07
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em agosto/07. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	ITR	Entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) – Exercício 2007
	IRPF – 6ª quota	Pagamento da quota única ou da 1ª quota do ITR – código 1070
		Pagamento da 6ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2006, acrescida de juros pela taxa Selic de maio a agosto de 2007 mais 1%

OUTUBRO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
5	DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa, referente aos fatos geradores ocorridos em agosto/07
	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela internet sem multa, referente aos fatos geradores ocorridos em agosto/07, para pessoa jurídica obrigada a entrega da DCTF Mensal
	Dacon	Prazo de entrega da declaração pela Internet, para pessoa jurídica obrigada à entrega da DCTF Semestral
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de setembro/07
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em setembro/07
	DCTF Semestral	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa, referente ao 1º semestre de 2007
10	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos no mês de Setembro, incidente sobre rendimentos sujeitos a apuração mensal do imposto
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência setembro/07, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	Previdência Social – INSS	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência setembro/07 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30/9/07
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência setembro/07, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
19	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em setembro/07
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores em setembro/07
31	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/10/07
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em agosto/2007
	Contribuição Sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em setembro/07. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso

TABELAS PRÁTICAS

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS)

1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF
de	até		
-	R\$ 840,55	7,65%	8%
R\$ 840,56	R\$ 1.050,01	8,65%	9%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,91	9%	9%
R\$ 1.400,92	R\$ 2.801,82	11%	11%

2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R\$ 840,55	7,65%	12%	19,65%
R\$ 840,56	R\$ 1.050,01	8,65%	12%	20,65%
R\$ 1.050,01	R\$ 1.400,91	9%	12%	21%
R\$ 1.400,92	R\$ 2.801,82	11%	12%	23%

3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo

A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição

4 – Salário-mínimo

Período	Valor
abril/02 a março/03	R\$ 200
abril/03 a abril/04	R\$ 240
maio/04 a abril/05	R\$ 260
maio/05 a março/06	R\$ 300
abril/06 a março/07	R\$ 350
a partir de abril/07	R\$ 380

5 – Salário-família

Remuneração	Valor
até R\$ 435,56	R\$ 22,34
de R\$ 435,56 até R\$ 654,67	R\$ 15,74

IR – Fonte e Carnê Leão (2007)

Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R\$ 1.313,69	-	isento
acima de R\$ 1.313,70 até R\$ 2.625,12	15%	R\$ 197,05
acima de R\$ 2.625,12	27,50%	R\$ 525,19

* Tabelas sujeitas a alterações.

Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 132,05 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.313,69 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Rápidas legais e contábeis



Justiça mais rápida

O presidente do Conselho da Justiça Federal, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, recomendou aos Tribunais Regionais Federais que dêem prioridade ao julgamento dos processos cuja parte seja pessoa portadora de deficiência, desde que a causa em juízo tenha vínculo com a própria deficiência. A parte ou interveniente interessado na obtenção do julgamento prioritário deverá fazer prova de sua condição mediante atestado médico e requerer o benefício diretamente ao juiz relator. O atestado médico precisa indicar a deficiência.

www.mj.gov.br

Educação básica

O ministro da Educação, Fernando Haddad, baixou instrução normativa determinando a constituição da comissão organizadora da Conferência Nacional da Educação Básica, que será realizada em abril de 2008, em Brasília (DF). A comissão coordenará, promoverá e monitorará o desenvolvimento do evento, que terá nas suas bases, estrutural e organizacional, a realização de Conferências Estaduais de Educação, as quais serão realizadas no segundo semestre deste ano.

www.mec.gov.br



Desconto no IR

Traminta no Senado o projeto de lei PLS nº 27/05, que inclui a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas no cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas. O projeto, do então senador Roberto Saturnino, foi relatado pelo senador Edison Lobão (DEM-MA) e permite essa possibilidade até a data-limite de entrega da declaração de ajuste, contanto que comprovadas por recibo da entidade beneficiada e pela nota fiscal correspondente ao livro doado. O teto para as deduções poderá ser limitada a 6% do IR devido.

www.senado.gov.br

Obrigações tributárias 1

A Secretaria da Receita Federal do Brasil suspenderá o gozo da imunidade ou da isenção relativamente aos anos-calendário em que a pessoa jurídica houver praticado ou contribuído para a prática de ato que constitua infração a dispositivo da legislação tributária. Isto acontecerá especialmente no caso de informar ou declarar falsamente, omitir ou simular o recebimento de doações em bens ou em dinheiro ou, de qualquer forma, cooperar para que terceiro sonegue tributos ou pratique ilícitos fiscais. Para esse efeito, considera-se também infração o pagamento, pela instituição imune, em favor de seus associados ou dirigentes, ou, ainda, em favor de sócios, acionistas ou dirigentes de pessoa jurídica a ela associada por qualquer forma, de despesas consideradas inadmissíveis na determinação da base de cálculo do Imposto de Renda ou da Contribuição Social sobre o Lucro.

Obrigações tributárias 2

Nestes casos, a pessoa jurídica imune ou isenta, que veio a ser desenhadrada dessa condição no decorrer do ano-calendário de 2006, deverá apresentar duas DIPJs no ano-calendário de 2007: a) uma na condição de imune ou isenta, correspondente ao período entre o início do ano-calendário e o dia anterior à data de início da suspensão da imunidade ou isenção; b) outra correspondente ao período entre a data de início da suspensão da imunidade ou isenção e o final do ano-calendário, indicando a forma de tributação da pessoa jurídica nesse período. Como ambas as declarações serão geradas no mesmo programa (DIPJ 2007), é necessário gravar a primeira declaração ("a"), para depois preencher a segunda ("b").

www.receita.fazenda.gov.br

Valores inexpressivos

Para fiel observância do regime de competência o gasto com uma assinatura de periódico deve ser distribuído ao longo do período de vigência. Pela convenção contábil da materialidade ou relevância, porém, valores inexpressivos podem ser registrados de maneira mais simples, adequada às necessidades da organização, sem prejuízo da qualidade das demonstrações contábeis. Assim, valores relativos à assinatura de jornal, revista ou outro periódico – sejam eles de periodicidade mensal, trimestral, semestral ou anual – cujas parcelas sejam consideradas inexpressivas, podem ser registrados contabilmente como despesas ou custo de produção.

www.cfc.org.br



CPI das ONGs

A liberação de recursos pelo governo federal para organizações não-governamentais (ONGs) e para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), bem como o recebimento de recursos do exterior por essas entidades, será investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado. Formada em 5 de junho e com a participação de 11 membros, a CPI tem prazo inicial de 120 dias para concluir seus trabalhos.

www.senado.gov.br





Isenções a igrejas

Levantamento da Receita Federal do Brasil mostra que as igrejas e templos religiosos brasileiros deixarão de recolher R\$ 930,9 milhões em 2008, em função da renúncia fiscal oferecida pela legislação. Em 2004, o último ano com dado fechado, a renúncia fiscal representou R\$ 554,5 milhões somente com três impostos federais: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Sobre o Lucro Líquido e Cofins. A previsão para 2007 é de que a renúncia fiscal represente R\$ 866,9 milhões.

www.receita.fazenda.gov.br

ICMS: isenção em SC

A Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina isentou portadores de deficiência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), concedidas de janeiro a maio deste ano, para a compra de veículos automotores. De acordo com o IBGE, há mais de 230 mil deficientes físicos no país capazes de usarem veículos automotores com adaptação. Entretanto, o número de beneficiados não chega a 0,14%. Alagoas também adotou essa regra.

www.alesc.sc.gov.br

Anulação

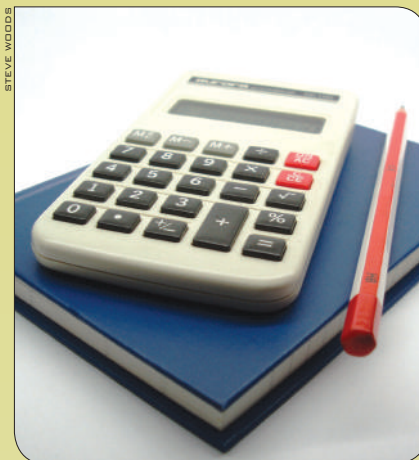
Empresas que firmarem Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) por descumprirem a lei nº 8.213/91, que estabelece cotas para deficientes físicos, e forem autuadas pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), podem conseguir anulação da autuação na Justiça, pois já existem precedentes neste sentido. A lei exige que empresas com até 200 funcionários tenham 2% de empregados celetistas portadores de deficiência. Se a empresa tiver até 500 funcionários, a contratação é de 3%; até 1.000, de 4%; e acima de 1.001, de 5%.

www.mpt.gov.br

Agendamento de serviços na Receita Federal

As pessoas físicas e jurídicas já podem agendar os seguintes serviços da Secretaria da Receita Federal do Brasil pela internet: Certidão Negativa de Débitos – Pessoa Física (CND – PF/PJ); Negociação da Forma de Parcelamento e Emissão dos Formulários (Parcelamento PF/PJ – Negociação); Comprovação de Liquidação de Débitos (Cobrança PF – Regularização CCPF); Retificação de Documento de Arrecadação de Receita Federais (Redarf – PF); e Atendimento a Débitos Declarados em DCTF (Cobrança PJ – Regularização Fiscal). O atendimento deve ocorrer, no mínimo, na data da solicitação acrescida de mais um dia útil, a fim de se evitar que sejam formadas grandes filas à espera de atendimento.

www.mbiasioli.com.br
www.receita.fazenda.gov.br



Regularidade fiscal 1

A Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) baixaram conjuntamente a portaria nº 3, de 2/5/2007, que dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, a qual será efetuada mediante apresentação de dois requisitos. O primeiro documento é a Certidão Específica, emitida pela Receita, com informações da situação do sujeito passivo quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212/91, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O segundo documento é a Certidão Conjunta, emitida pela PGFN, com informações da situação do sujeito passivo quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados.

Regularidade fiscal 2

O direito de obter certidão é assegurado ao sujeito passivo, devidamente inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Física (CPF), independentemente do pagamento de taxa. No caso de pessoa jurídica, a certidão será emitida em nome da matriz e abrangerá todas as suas filiais. A "Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União" será emitida quando não existirem pendências em nome do sujeito passivo: 1) perante a RFB, relativas a débitos, a dados cadastrais e a apresentação de declarações; e 2) perante a PGFN, relativas a inscrições em cobrança.

www.mbiasioli.com.br
www.pgfn.fazenda.gov.br

Produção: Luciano Guimarães (jornalista).

Fonte: Marcos Biasioli e Tatiana Magosso Evangelista – Escritório M.Biasioli Advogados Associados.

Panorama do investment

Nunca se falou tanto em responsabilidade social empresarial como nos dias
contribuem para o setor social brasileiro?



o social privado

atuais. Mas, afinal, como as empresas



PAGLA MARTINS VIVEIROS

Por Juliana de Souza

As origens das instituições empresariais podem ser facilmente explicadas pelo espírito de solidariedade do ser humano, que está sempre em busca de um meio para ajudar as pessoas mais necessitadas. Desde os primórdios da história da humanidade, alguns homens destinavam bens para uma finalidade social por amor às artes, à sabedoria, à cultura ou simplesmente pelo amor ao próximo.

Institutos e fundações são instrumentos utilizados desde a antiguidade para transmitir ideais e convicções à sociedade daquela atualidade e sucessivas gerações. Este desejo de sobrevivência, interferência ou intervenção no seu próprio mundo pode ser uma das explicações pela qual a figura jurídica da fundação é conhecida há tanto tempo e conseguiu chegar até os dias atuais.

Inicialmente, os investimentos eram realizados por um modismo 'politicamente correto'; não havia preocupações com resultados nem envolvimento com as demandas sociais. "Hoje, com as principais questões colocadas na ordem mundial, as grandes corporações perceberam que o investimento social poderia ser traduzido em fidelização do cliente, marketing mais barato e melhor divulgação da marca no mercado, além de muitas outras vantagens", explica o consultor jurídico de entidades do Terceiro Setor Arcênio Rodrigues da Silva.

O *boom* do Terceiro Setor na década de 1990 mobilizou diversas empresas na criação de entidades próprias para o investimento maciço no fomento de projetos comunitários. Para se ter uma idéia, de 1995 a 2002, houve um crescimento de 157% no número de organizações privadas sem fins lucrativos no Brasil, passando de 107 mil para 276 mil, de acordo com a mais recente pesquisa das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil), de autoria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O crescimento desse setor é tamanho que a sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro entre 1995 e 2002 subiu de 1,5% para 5,7%, de acordo com estudos do Programa de Voluntário das Nações Unidas (UNV), em parceria com a The Johns Hopkins for Civil Society Studies, instituição norte-americana que analisa as organizações sociais no mundo.

Institutos e fundações

De acordo com o secretário geral do Gife, Fernando Rossetti, existem duas formas de se organizar legalmente como sociedade civil: associação ou fundação. Um instituto é uma associação. Uma fundação, em geral, tem um monitoramento maior do Estado e perspectiva de mais longo prazo. É um fundo com ação, se possível, perpétuo em determinada área. “Um instituto é mais fácil de criar, gerir e mudar ao longo da atuação. A vantagem de se criar uma fundação é o atendimento contínuo de determinado setor, já que conta com a ajuda do Estado”, explica Rossetti.

Marketing social

Para as fundações originadas de grupos econômicos que recebem grande parte dos recursos de suas empresas-mãe, como as fundações O Boticário, Itaú e Bradesco, a aprovação de deduções para as fontes financiadoras é um ótimo negócio.

Com isso, as empresas podem praticar o chamado marketing social, abatendo esses investimentos do imposto de renda. “A lei nº 9.532/97 prevê incentivos fiscais para todas as organizações que são tributadas pelo lucro real. Mas, o valor a ser deduzido não pode superar 4% do total do imposto devido”, explica a advogada Juliana Toledo.



“As grandes corporações perceberam que o investimento social poderia ser traduzido em fidelização do cliente, marketing mais barato e melhor divulgação da marca no mercado, além de muitas outras vantagens”

Arcênio Rodrigues da Silva

A participação desse segmento é tão expressiva que ultrapassa a de setores importantes, como a indústria de extração mineral, por exemplo. Segundo o secretário geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), Fernando Rossetti, “são muitas as variáveis que levaram a esse crescimento. Desde a abertura do mercado brasileiro a partir dos anos 1990 até a queda do muro de Berlim, em 1989, passando pela revisão do papel do Estado”, explica.

Considerados “braços sociais” das empresas, os institutos e as fundações são responsáveis pela gestão das políticas, diretrizes e recursos dos projetos sociais, culturais, ambientais, educativos, de preservação e formação do patrimônio histórico-cultural, e passam a incorporar novas responsabilidades trazidas por suas mantenedoras, que vêem neles a possibilidade de efetivar uma gestão corporativa sustentável.

Responsabilidade social empresarial X Investimento social privado

Nos últimos anos, instituições de origem privada começaram a enfrentar desafios, principalmente no que diz respeito à inter-relação entre investimento social privado (ISP) e responsabilidade social empresarial (RSE).

A hipercompetitividade global, somada à profissionalização do Terceiro Setor, vem impondo esses desafios. “A busca por modelos de gestão corporativa mais sustentáveis mostra que a responsabilidade social empresarial é muito maior do que o trabalho comunitário. Ao perceberem isso, as empresas acabam pedindo ajuda aos seus institutos e fundações, que antes respondiam apenas pelo investimento social”, explica Rossetti.

Mas afinal, qual a diferença entre investimento social privado e responsabilidade social empresarial? Vejamos:

- **Investimento social privado:** É a manifestação livre e soberana do particular – pessoa física ou jurídica – em destinar parte de seu patrimônio a projetos so-

ciais, de maneira organizada e planejada, procurando alcançar resultados sociais concretos em benefício de determinada parcela da sociedade. É o repasse voluntário de recursos privados para projetos de interesse público.

- **Responsabilidade social empresarial:** É um meio de conduzir os negócios da empresa a fim de torná-la parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. É o repasse de recursos privados para fins privados.

O trabalho das entidades

Centros de referência para milhares de empresas e pessoas, entidades como o Gife e o Instituto Ethos têm como missão mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios com responsabilidade social, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa.

O Instituto Ethos possui hoje 1.165 associados, com faturamento anual correspondente a aproximadamente 35% do PIB brasileiro e que empregam cerca de 2 milhões de pessoas. A entidade trabalha com cinco linhas de atuação:

- 1) Ampliação do movimento de responsabilidade social empresarial (RSE);
- 2) Aprofundamento de práticas em RSE;
- 3) Influência sobre mercados e seus atores mais importantes no sentido de criar um ambiente favorável à prática da RSE; e
- 4) Articulação do movimento de RSE com políticas públicas.

O Gife é um centro de referência que faz aconselhamentos estratégicos e ajuda os gestores a tomarem decisões sobre qual é o melhor investimento a seguir. Em fevereiro de 2007, a Rede Gife contabilizava 101 grandes investidores sociais, que representam uma mostra qualificada do envolvimento das empresas com a área social, cultural e ambiental.

De acordo com o último Censo Gife, os associados investem cerca de R\$ 1 bilhão por ano em projetos sociais de maneira planejada, monitorada e sistematizada. Isso equivale a 20% do que o setor privado nacional desti-

na à área social – cerca de R\$ 4,7 bilhões, segundo dados do Ipea.

As leis que regem o Terceiro Setor

Como em todas as áreas, o investimento social privado também precisa discutir e seguir leis e códigos de ética. A partir da Constituição Federal de 1988, os princípios da dignidade da pessoa humana e da descentralização da promoção de políticas sociais foram consagrados.

“Infelizmente não existe uma legislação específica para o Terceiro Setor. Ao contrário, as entidades são obrigadas a conhecer praticamente todo o ordenamento jurídico, a começar pela Constituição Federal, o Código Civil, a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), o Código Tributário Nacional, entre outras”, explica Silva.

Sempre houve muita dificuldade em definir o campo de organizações que não se encontra no poder público e nem no mercado. No esforço de tentar harmonizar a legislação e nivelar determinados mecanismos, sobretudo no que tange a imunidade tributária e os incentivos fiscais, entidades ligadas ao Gife lançaram o projeto Marco Legal do Terceiro Setor, constituído por leis que regulamentam a organização da sociedade civil e a relação do setor privado com o público.

De acordo com especialistas, as normas existentes impedem a socialização para as organizações, além de manterem diversas brechas que prejudicam o trabalho das entidades. Um caminho para resolver o problema seria simplificar essa legislação. O projeto prevê uma harmonização, que passaria por um controle eficiente e mais constante da gestão de recursos públicos e pela ampliação dos incentivos fiscais e financeiros a institutos e fundações, entre outros grupos do Terceiro Setor.

É muito importante harmonizar a legislação das organizações da sociedade civil, mas a prioridade não passa por conceder isenções fiscais às fundações, mas por garantir a liberdade associativa das entidades deste campo, promover a abertura do Estado para o controle e aprimorar os mecanismos de controle da gestão de recursos públicos.

Pedras no caminho

“A principal dificuldade hoje em dia é equilibrar os interesses privado e público”, explica Fernando Rossetti. Para ele, há dois requisitos que as empresas devem seguir para a criação de uma instituição de origem privada. O primeiro é o desejo de colaborar com uma sociedade sustentável. O segundo é uma força de interesse privado. “As empresas estão em um ambiente extremamente competitivo e

precisam agregar valor às suas marcas. Um dos valores mais respeitados atualmente é o socioambiental”, elucida Rossetti. “O desafio é encontrar o equilíbrio entre as duas coisas.”

Outra dificuldade do investimento social privado no Brasil é medir os seus resultados. No Brasil, existem experiências inovadoras em termos de indicadores, como o sistema criado pela Fundação Itaú Social para avaliar o retorno de investimento em educação. “É um conjunto complexo que tem a capacidade de avaliar o retorno financeiro de investimento em educação em uma comunidade. Quantas pessoas vão ter, em quanto a renda será ampliada e quanto de emprego isso vai gerar”, explica o gerente.

Um outro problema apontado por Rossetti diz respeito ao foco. O que devemos fazer? Essa é uma pergunta freqüente, de acordo com o especialista. “Nós sempre indicamos que a empresa precisa descobrir seu próprio DNA. ‘O que você sabe fazer?’ É a nossa resposta.”

Pela causa da mulher

Ter sucesso é sinônimo de muita luta e força de vontade. Um exemplo bem sucedido é o Instituto Avon, braço social da empresa de cosméticos que desde 1994 se empenha para direcionar recursos para causas da mulher, antes mesmo da criação do instituto, que somente ocorreu em 2003. “Decidimos criar o instituto depois de uma série de pesquisas para saber em que o investimento social da empresa estava sendo aplicado. Assim, aglutinamos programas já existentes, inclusive o da saúde da mulher”, explica o diretor-executivo da entidade, Lírío Cipriani.

Dia do Compromisso

Realizado pela primeira vez no dia 23 de setembro de 2006, o Dia do Compromisso Avon pela Vida, que este ano passa a se chamar “Um Beijo pela Vida”, reuniu homens e mulheres em caminhadas realizadas simultaneamente em várias cidades de todo o Brasil. O objetivo maior do evento foi disseminar a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama e contribuir para salvar vidas.

O Dia do Compromisso aconteceu também em mais 44 países na mesma data, como Canadá, Porto Rico, Itália, Japão, Malásia e Austrália. Para 2007, o Instituto Avon programou um grande evento em Porto Alegre, que será realizado em 29 de setembro. Durante todo o dia, milhares de mulheres receberão atendimento gratuito e assistirão a palestras sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama.

Além da capital do Rio Grande do Sul, várias cidades de todo o Brasil também vão se mobilizar. “As grandes líderes desses eventos são as gerentes de setor e as mais de um milhão de revendedoras espalhadas por todo o país, que, voluntariamente, se mobilizam nesse dia. Elas recebem do instituto as orientações necessárias para montar seu evento, em parcerias locais com organizações públicas e privadas”, explica o diretor-executivo do Instituto Avon, Lírío Cipriani.

As atrizes Bia Nunes, Mara Manzan, Helena Fernandes e Débora Olivieri aderiram voluntariamente à campanha



“A busca por modelos de gestão corporativa mais sustentáveis mostra que a responsabilidade social empresarial é muito maior do que o trabalho comunitário”

Fernando Rosetti

“O Instituto Avon tem três pilares de atuação. Com 90% dos nossos esforços está o ‘Programa de Saúde Integral da Mulher’. O segundo pilar é a campanha ‘Um Beijo pela Vida’. E o terceiro diz respeito ao ‘Direito e Cidadania’”, expõe Cipriani.

A equipe formada por mais de um milhão de revendedoras autônomas, com suas poderosas redes de relacionamento, é multiplicadora essencial de todas as causas apoiadas pelo instituto. A campanha “Um Beijo pela Vida” visa à detecção precoce do câncer de mama, uma das doenças que mais matam em todo o mundo.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), as estatísticas mundiais mostram que, em 2000, houve 5,3 milhões de novos casos em homens e 4,7 milhões em mulheres. As taxas de câncer de mama duplicaram no mundo todo nos últimos 30 anos. No Brasil, foram diagnosticados 50 mil casos em mulheres somente em 2006. Taxas muito alarmantes que podem ter como causa a falta de uma maior mobilização da população para realizar exames preventivos.

Aí é que entra o trabalho do Instituto Avon. Inspirado na campanha mundial “Kiss Goodbye to Breast Cancer”, promovido pela Avon Foundation de Nova York, “Um Beijo pela Vida” dá suporte financeiro e logístico a projetos que levem a mulher a ter mais informações sobre o câncer de mama e acesso a exames de detecção e tratamento.

“O instituto recebe recursos da porcentagem de venda de alguns produtos e de um orçamento para manutenção de R\$ 1,2 milhão por ano”, conta Cipriani. Com isso, cresceu de um modo muito rápido e, até hoje, já apoiou 58 projetos, aplicando na causa cerca de R\$ 10 milhões e sensibilizando mais de 400

mil mulheres em todo o Brasil. Além disso, doou até agora 14 mamógrafos, entre outros equipamentos, como ultra-som, para centros de atendimento público, colaborou na montagem de centros cirúrgicos e realizou campanhas informativas maciças. Isso sem contar os outros cinco mamógrafos e demais aparelhos que serão doados aos projetos ainda em 2007.

Novos filantropos

Nos últimos 30 anos, a população do Brasil mais do que dobrou, de 90 milhões em 1970 para mais de 186 milhões em 2006. O crescimento econômico lento, porém estável, permitiu alguns avanços sociais, como o acesso à escola para mais de 97% da população. Ainda assim, o Brasil continua sendo uma sociedade altamente desigual, classificado em décimo lugar, entre 126 países, em termos de distribuição de renda, de acordo com dados do The United Nations Development Programme 2006.

Segundo Carla Duprat, diretora de investimento social da Participações Morro Vermelho (PMV), do Grupo Camargo e Corrêa, esperam-se atitudes firmes dos novos filantropos brasileiros para melhorar essas divergências. Atualmente, doadores individuais podem contribuir de três maneiras: criando fundações financiadoras, organizações de prestação de serviço ou contribuindo para as fundações corporativas das empresas de que são acionistas.

No ano passado foi criado um programa dirigido à nova geração de ricos na faixa de 25 a 35 anos. Foi um ano inteiro destinado a estimular e educar os investidores sociais no Brasil, ajudando os participantes a entenderem melhor a separação entre ricos e pobres. As atividades incluíram o estudo da história da sociedade brasileira, conversas com os principais líderes sociais e visitas a projetos em desenvolvimento.

Os membros do grupo identificaram maneiras alternativas de praticar o investimento social, tendo todos eles fortes características empreendedoras. Um membro levou os acionistas de sua empresa de investimentos a criar um comitê de investimento social para apoiar a educação pública, outro estimulou a criação de um círculo de doação e um terceiro se concentrou nas doações familiares em apoio ao desenvolvimento infantil.

Impactos indiretos da filantropia internacional

Na década de 1970, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) desenvolveu um projeto para levar água limpa a Bangladesh, perfurando poços profundos. Na época, nenhum esforço foi feito para testar se os aquíferos

Instituto C&A pretende investir mais de R\$ 6 milhões no programa “Prazer em Ler” até fevereiro de 2008



Institutos e fundações de destaque:

• Fundação Microsoft

Trabalha globalmente a questão da inclusão digital. No plano do negócio, pretende dobrar o número de pessoas que usa o software da empresa. Essa estratégia faz todo o sentido, pois, ao mesmo tempo em que a empresa investe em usuários de computador, ela insere uma parcela da humanidade que possivelmente seria deixada de lado do processo.

• Fundação Itaú Social

A entidade tem mais de seis décadas de existência e atua em duas vertentes na área educacional: melhoria da qualidade da educação pública e fomento às ações complementares à escola. Em 2005, ganhou o Prêmio Top Social da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB), com o programa "Escrevendo o Futuro".

• Instituto C&A

Fundado em agosto de 1991, oferece apoio técnico e financeiro a programas e projetos desenvolvidos por instituições da sociedade civil dedicadas à educação de crianças e adolescentes. Desde que foi criado, investiu cerca de US\$ 50 milhões em aproximadamente 1,2 mil ações sociais. Conta com o suporte de 3.000 funcionários voluntários.

• Instituto Robert Bosch

Por decisão testamentária, o capital do grupo Bosch foi dividido em duas partes: 8% para a família Bosch e 92% para uma fundação sem fins lucrativos. Estabelecida na Alemanha em 1964, é uma das maiores fundações associadas a uma empresa privada. Seus investimentos são

direcionados para as áreas de saúde e pesquisa em medicina, relacionamento internacional e formação e educação de jovens.

• Instituto Pão de Açúcar

O trabalho do Instituto Pão de Açúcar de Desenvolvimento Humano (IPADH) é norteado pelo lema "Educação para a ética, o protagonismo e a autonomia". Atua na promoção do desenvolvimento humano por meio de ações educativas em prol da melhoria da qualidade de vida de crianças, jovens, suas famílias e comunidade.

• Fundação Bradesco

Afirmado-se no consenso de que educar é transformar vidas e abrir caminhos, a Fundação Bradesco alia ensino e qualidade de vida há 50 anos. Desenvolve propostas pedagógicas que levam em conta as reflexões contemporâneas sobre educação nos segmentos de educação básica, profissional e educação de jovens e adultos. Além disso, atua com programas de voluntariado, centros de inclusão digital e programas de capacitação de professores da rede pública.

• Instituto General Motors

Após seis anos de sucesso no campo da educação, qualificação e requalificação profissional, o instituto ganhou o Top Social 2007, da ADVB, com o projeto "Foco – Formação com Competência". Tendo a parceria da prefeitura de São Caetano do Sul (SP) o projeto oferece cursos de informática para alunos da terceira idade, entre outros programas. Em 2006, completou 46.220 aulas e atingiu a marca dos 5.339 alunos formados.

Links

• www.abong.org.br
• www.ethos.org.br
• www.fundacaoitausocial.org.br
• www.fundacaobradesco.org.br
• www.gife.org.br
• www.institutoavon.org.br
• www.institutocea.org.br
• www.institutopaodeacucar.com.br
• www.instituto-robert-bosch.org.br
• www.ipea.gov.br
• www.rits.org.br

continham contaminantes. Foi apenas nos anos de 1990 que um homem que visitava a família percebeu as freqüentes lesões na pele das pessoas, entre outros problemas.

Talvez esse seja o exemplo mais conhecido de ajuda internacional que produziu consequências danosas não-intencionais. Até os dias atuais, as autoridades de Bangladesh e áreas vizinhas se esforçam para remover o arsênico presente em milhares de poços.

Outro exemplo de que a falta de cuidados apropriados pode trazer consequências negativas, quando se fala em filantropia, é o episódio que teve como protagonistas o Programa Ambiental das Nações Unidas (Unep), a Fundação ONU e o Banco Mundial. Na época, as entidades estavam implantando projetos de energia solar fotovoltaica de pequeno porte em vilas na Ásia e África, com o objetivo de reduzir a emissão global de carbono e fornecer energia sustentável a um custo razoável.

Seria muito bom, se não houvesse um grande problema: todos esses sistemas dependem de baterias de chumbo para armazenamento.

Assim, o programa acabou contribuindo para um envenenamento global por chumbo, já que deixou de planejar a coleta e reciclagem das baterias usadas de vilas remotas. ♡

Colaboração de Jaqueline Januzzi.

Instituto General Motors foi um dos vencedores do prêmio Top Social 2007, da ADVB



Sindicato das Instituições Benéficas, Filantrópicas e Religiosas do Estado de São Paulo

Atuando há cerca de 10 anos no Terceiro Setor, Sinbfr representa e organiza entidades paulistas

Por Thaís Mendes

“Reorganizar as instituições sociais e o Terceiro Setor” é o que pretende o Sindicato das Instituições Benéficas, Filantrópicas e Religiosas do Estado de São Paulo (Sinbfr), de acordo com o advogado Paulo Bicudo, responsável pela área jurídica do Sindicato.

Fundado em 1990 por um grupo de vicentinos responsáveis por diversas obras sociais, o sindicato passou a funcionar, na prática, somente em 1999, após serem resolvidas todas as questões legais que envolveram sua criação. Atualmente, o Sinbfr é considerado o único e legítimo representante das referidas instituições no Estado de São Paulo.

“Passamos por muitas dificuldades no início de tudo. Então, considero que nossa maior conquista foi reunir todas as entidades da capital e do interior do Estado de São Paulo que se enquadram nas categorias representadas pelo sindicato”, conta Bicudo. Ainda de acordo com o advogado, o Sinbfr não faz nenhuma distinção, englobando todas as organizações beneficentes, filantrópicas e religiosas do Estado de São Paulo.



O presidente Paulo Bicudo

Qualquer uma pode participar, estando dentro dessas categorias. “Depois do surgimento do sindicato, houve uma centralização, uma reorganização destas instituições, que antes seguiam suas próprias convicções. O objetivo foi alcançar o profissionalismo e servir de modelo para outros estados do país”, conta.

Histórico

Para se alcançar esta abrangência, aconteceram três primeiras convenções coletivas de trabalho, firmadas com o Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas de São Paulo; o Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência ao Menor e à Família do Estado de São Paulo; e a Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo.

Assim, entidades já anteriormente organizadas colaboraram com a estruturação do sindicato, graças à experiência que têm no Terceiro Setor. “Há muitas entidades voluntárias que ajudaram e ainda colaboram com o Sinbfr, como os Rogacionistas, o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, o Centro Espírita Nosso Lar – Casas André Luiz, os Salesianos, a Creche Vila Monumento, a Sociedade Santos Mártires, a União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social (Unibes), a Sociedade Vicentina, a Cooperativa de Promoção à Cidadania (Cooperapic), a Associação Cristã de Moços, entre outras”, conta Bicudo.

Atuação

O departamento jurídico do Sinbfr funciona de maneira terceirizada, e o escritório Paulo Bicudo Advogados é o responsável por ele, promovendo cursos, palestras e orientação jurídico-

administrativa. “Trabalhamos com a prevenção organizatória do setor legal, como evitar ações trabalhistas, desvios de comportamento jurídico etc.”, conta o advogado. De acordo com ele, as principais reclamações referem-se a deficiências de conhecimento das entidades em relação às leis que devem ser seguidas ou aplicadas.

Depois de conhecerem a atuação do sindicato, até o comportamento das instituições melhorou em relação a elas próprias. “Para mim, a união faz a força. Por isso, sempre pedimos a participação das organizações de diferentes categorias e a inter-relação entre elas. Só assim conseguiremos atingir uma melhora na conduta para a realização da benemerência no estado”, diz Bicudo.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que o Sinbfr tem como princípio lutar em favor das classes com os governantes, no sentido de interferir junto ao Executivo e Legislativo em prol do cumprimento das leis. “No começo foi muito difícil, porque as pessoas não sabiam de que lado o sindicato estava. Somente agora as coisas realmente começaram a engrenar”, explica Bicudo, que participa do setor jurídico desde o começo do sindicato.

Para o futuro, o objetivo é o desenvolvimento sociocultural. “No início, nossa meta era atingir a consolidação, a estrutura. Agora queremos ir mais longe, alcançar o desenvolvimento sindical, sociocultural. Para que o sistema educacional sindical seja implantado com mais eficiência, pretendemos dar cursos sobre auto-gestão para as entidades”, conta.

Links

 www.sinbfr.org.br

Voluntariado empresarial

Envolvimento de funcionários em ações solidárias beneficia o clima organizacional

A exemplo do que vem acontecendo em todo o mundo, muitas empresas no Brasil começam a reconhecer o valor do incentivo e do envolvimento e desenvolvimento dos seus empregados como voluntários na comunidade, geralmente reforçando também o apoio financeiro a projetos ou programas sociais.

Tal atitude resulta em satisfação pessoal para o funcionário voluntário e em inúmeros benefícios para a comunidade, gerando direta ou indiretamente enormes ganhos para a empresa envolvida no processo. Por possuir características de mudanças comportamentais, o voluntariado empresarial é prática crescente e tem sido peça relevante na definição de modelos de responsabilidade social, alavancando as formas tradicionais de filantropia.

A consultora de voluntariado empresarial do Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV), Fernanda Rocha dos Santos, acredita que o resultado deste incentivo é positivo. Ele pode ser observado no dia-a-dia das empresas que estimulam seus funcionários a praticarem atividades voluntárias. “O clima organizacional melhora, assim como a valorização profissional e a auto-estima dos colaboradores, que sentem prazer em trabalhar pelo desenvolvimento social”, explica.

Exemplos

Mas o que é mesmo voluntariado empresarial? De acordo com o Instituto Ethos, “voluntariado empresarial é um conjunto de ações realizadas por empresas para incentivar e apoiar o envolvimento de seus funcionários em atividades voluntárias na comunidade”.

Para a coordenadora do Portal do Voluntário HSBC, Carmem Dalla, voluntariado empresarial é mais do que isso. “Voluntariado empresarial também é responsabilidade social individual. A empresa é responsável pela criação de subsídios como capacitações, palestras, entre outras atividades, para que o colaborador da empresa seja o agente de transformação da comunidade onde está inserido. A resolução dos problemas sociais não é só obrigação do governo e das empresas, mas principalmente do indivíduo.”

É por isso que o Programa Empresarial de Voluntariado (PEV) do banco HSBC chama-se Responsabilidade Social Individual. Atualmente, o Portal do Voluntário HSBC conta com pouco mais de 3.000 funcionários cadastrados, de todas as regiões do Brasil. “O portal sensibiliza o nosso colaborador para os problemas sociais. Nele divulgamos palestras, capacitações, projetos e outras atividades, para que os voluntários possam refletir sobre a importância de serem agentes de transformação social”, explica Carmem.

O CAV é o gerenciador do Portal do Voluntário HSBC, em uma parceria com o Portal do Voluntário, que disponibiliza a ferramenta. Os empregados do banco postam suas ações voluntárias, discutem temas por meio de fóruns, convidam outros voluntários, em uma interação que abrange o Brasil inteiro.

Outro exemplo de PEV bem sucedido no Paraná é o Força Voluntária. Fundado em 2005 pelos funcionários da Itaipu Binacional, o Programa Empresarial de Voluntariado da binacional conta hoje com cerca de 300 colaboradores, que atuam voluntariamente em atividades sociais em Curitiba e Foz do Iguaçu. Em contrapartida, a empresa estimula a participação dos funcionários, permitindo que eles se reúnam durante o expediente, além de oferecer o apoio logístico necessário para as atividades do grupo.

O programa conta ainda com três campanhas anuais:

- Adote uma Estrelinha neste Natal, que promove a doação de presentes e material escolar para crianças menos favorecidas de Curitiba e Foz do Iguaçu;
- Campanha de Inverno, que em Curitiba conta com a parceria da Fundação de Ação Social (FAS), e, em Foz do Iguaçu, com a parceria de outras empresas, grupo de escoteiros e a Secretaria Municipal de Assistência Social.
- Campanha de destinação do Imposto de Renda, que estimula a doação de parte do valor a ser pago para o IR para

instituições sociais cadastradas no Fundo Pró-Infância (FIA).

As ações da Força Voluntária são exercidas livremente pelos colaboradores, fora do horário de trabalho, em organizações, projetos e/ou programas sociais, respeitando a lei nº 9.608/98 (Lei do Serviço Voluntário), que recomenda a assinatura do termo de adesão entre o voluntário e a organização onde está sendo desenvolvida a ação. 🙌



Centro de Ação Voluntária de Curitiba



O CAV presta consultoria em programas empresariais de voluntariado como maneira de sustentabilidade e apoio às diversas atividades que realiza em prol da comunidade e do Terceiro Setor. Entre as ações de consultoria, estão pesquisa de levantamento das expectativas dos funcionários, palestras de sensibilização, formação do PEV, formação e acompanhamento do núcleo gestor, implantação de banco de projetos e oficinas de voluntariado por áreas de interesse: saúde, meio ambiente, educação e cultura.

📞 www.acaovoluntaria.org.br
empresarial@acaovoluntaria.org.br
(41) 3322-8076

Links

📞 www.itaipu.gov.br
www.portaldovoluntariohsbc.com.br

A evolução do voluntariado empresarial

Anísia Cravo Villas Bôas Sukadolnik
imprensa@cvs.org.br



O trabalho voluntário, que já existe no Brasil desde a fundação das primeiras Santas Casas, hoje envolve milhares de pessoas que assistem a grupos sociais vulneráveis em hospitais, asilos, creches e abrigos; participam de campanhas de mobilização para defesa do meio ambiente, contra violência no trânsito, em iniciativas culturais, esportivas, educacionais e recreativas. Essas pessoas acreditam que fazer bem aos outros é um meio privilegiado de fazer bem a si mesmos, e, como cidadãos, querem fazer algo pela sua comunidade.

Foi a partir desta observação que, há 10 anos, o Programa Voluntários incentivou

a formação de Centro de Voluntariado em dez capitais brasileiras. Em São Paulo, um grupo de pessoas fundou o CVSP em maio de 1997, acreditando na força geradora de estímulos de um centro de voluntariado que pode despertar cidadãos para o trabalho na área social; para servir com o mecanismo de informação e orientação de pessoas e organizações sociais e na difusão do voluntariado organizado.

Somado a isso, em meados do século 20, as empresas passaram a assumir em conjunto princípios e compromissos relativos aos impactos ambientais e sociais de seus

SOS Mata Atlântica: 20 anos

A Fundação SOS Mata Atlântica foi criada em 1986 por um grupo de ambientalistas, cientistas, empresários e jornalistas. Atualmente, a entidade é presidida por Roberto Klabin e gerida por um conselho administrativo, composto por profissionais de diversas áreas, que conta com apoio de mais dois conselhos: um, consultivo, e outro, colaborador, integrados por representantes de vários segmentos da sociedade.

A fundação é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos e sem envolvimento político-partidário ou religioso. Seu principal objetivo é defender os remanescentes da Mata Atlântica e valorizar a identidade física e cultural das comunidades existentes no bioma, buscando seu desenvolvimento sustentável.

A entidade possui um corpo de profissionais de alta capacitação técnica que trabalham em programas de educação ambiental, levantamento da cobertura vegetal – usando imagens de satélite, em convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) –, de reflorestamento, de luta contra agressões ao meio ambiente, apoio a unidades de conservação, da formação de bancos de dados, programas em recursos hídricos e voluntariado, entre outras ações.

Os projetos que compõem o plano de ação da Fundação SOS Mata Atlântica incluem campanhas, políticas e educação ambiental, além de desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade. Cada um deles requer informações e pesquisas atualizadas, capazes de serem instrumentos eficazes para a conservação ambiental.

A Fundação SOS Mata Atlântica é uma das 714 organizações sociais cadastradas no Centro de Voluntariado de São Paulo. 



Evento em comemoração aos 20 anos

F Fundação SOS Mata Atlântica
www.sosma.org.br
(11) 3055-7888

Manifesto SOS Mata Atlântica

Acreditamos...

Que a humanidade só garantirá a qualidade de vida quando souber conviver em harmonia com o ambiente em que vive.

Que a responsabilidade da preservação é de toda a sociedade, com ações praticadas no seu dia-a-dia.

Que a sensibilização de um indivíduo é a base da mobilização coletiva.

Que a nossa luta é hoje, agora e deve ser renovada a todo momento. Não podemos deixar para agir amanhã.

Que a sustentabilidade da vida no planeta depende de uma economia que tenha o socioambiental como premissa.

Nosso compromisso:

É urgente convocar nossa comunidade para o exercício de uma cidadania ambiental, responsável e comprometida com o futuro do nosso território, o bioma Mata Atlântica, patrimônio da humanidade.

Esse é um compromisso de todos nós como reconhecimento do nosso vínculo, solidariedade, respeito e integração com a natureza.

A contribuição da SOS Mata Atlântica é alertar, informar, educar, mobilizar e capacitar para o exercício da cidadania, catalisando as melhores práticas, os conhecimentos e as alianças.



negócios: responsabilidade com o futuro de nossa espécie na Terra. Isso envolve o compromisso com a valorização do capital humano das empresas e o conseqüente incentivo e apoio a ações de voluntariado de seus funcionários. Nestes 10 anos de existência, o CVSP passou a receber empresas interessadas em desenvolver programas de voluntariado empresarial e tem contribuído para a formação de uma cultura de solidariedade e cidadania dentro delas.

Hoje, o CVSP faz parte de uma rede de centros de voluntariado no Brasil, tendo contribuído para a formação de muitos

deles, pois acredita na participação direta dos cidadãos em atividades sociais e comunitárias, para o enfrentamento da exclusão social e para a consolidação da cidadania participativa. 

Anísia Cravo Villas Bôas Sukadolnik. Diretora de assuntos institucionais do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) e palestrante de voluntariado empresarial.

CVSP

 www.facaparte.org.br
www.voluntariado.org.br



 Voluntariado educativo

Jovem, faça alguém feliz

Durante as aulas de educação física na Escola Estadual Hilmar Machado de Oliveira, em Garça (SP), uma professora percebeu atitudes e comportamentos que indicavam muitos alunos com baixa auto-estima, falta de perspectiva e constante desrespeito por companheiros e professores.

Interessada em lhes propor um caminho que os reconduzisse ao espírito de equipe, em atitudes solidárias e que valorizassem o aprendizado, ela propôs que desenvolvessem atividades recreativas com pessoas em abrigos, asilos e creches.

Os alunos foram a um asilo, em que se prontificaram a ensinar alguns idosos analfabetos a escrever. Antes, pediram ajuda à professora de português, que os capacitou para algumas atividades. Missão cumprida. Os idosos conseguiram escrever o primeiro nome.

Diante da receptividade dos jovens e da demanda dos atendidos, a docente indagou os alunos sobre a possibilidade de transformar a atividade em um projeto. Então, veio o “Criança, faça alguém feliz”,

que logo se transformou em “Jovem, faça alguém feliz”.

Daí para frente, o projeto decolou e passou a contar com a participação de mais professores e alunos. “O grupo é flutuante, mas alguns jovens que saíram da escola não abandonaram o projeto”, comenta a professora. As atividades acontecem em horário contrário ao de aulas e envolvem estudantes de 7ª série do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Não são apenas ações isoladas, mas um processo que envolve a preparação dos alunos e o desenvolvimento de atividades em diversas áreas.

O projeto representou também a resposta para uma situação que incomodava a educadora cada vez mais: os constantes conflitos e a falta de respeito entre os alunos. Eles mudaram o comportamento e perceberam que há problemas bem maiores que os deles. A ação também rendeu alguns livros feitos pelos estudantes em que relatam sua experiência e comparam o antes e o depois do projeto.

A Escola Estadual Hilmar Machado de Oliveira foi certificada com o Selo Escola Solidária 2005. 



Alfabetização de idosos



Reunião do projeto “Jovem faça alguém feliz”

 **Escola Estadual Hilmar Machado de Oliveira**
(14) 3471-1494

Voluntariado educativo: escola e comunidade agindo juntos

Metodologia alia a realidade escolar à prática social do voluntariado, melhorando a formação do aluno e a qualidade de vida da comunidade

Por Valeuska de Vassimon



A diretora do instituto Faça Parte, Milú Villela, recebe alunos da rede estadual de Mogi das Cruzes durante apresentação no 2º Encontro de Escolas Solidárias, em agosto de 2006



Incentivo à leitura é um dos projetos voluntários da EE Didita Cardoso Alves

Solidariedade e cidadania são valores que podem, e devem, ser praticados nas escolas. Se a principal função de uma instituição de ensino é promover a aprendizagem do aluno, preparando-o para a vida e o trabalho, desenvolver projetos que estimulem tal objetivo e alinhem a sociedade à escola é uma prática muito bem-vinda.

A proposta do voluntariado educativo é estimular a cultura da solidariedade com caráter pedagógico, a fim de potencializar a função da escola e melhorar a qualidade de vida da comunidade, além de fortalecer a formação do aluno.

O Instituto Faça Parte atua nesta área por meio da certificação e divulgação de experiências escolares exemplares. A organização produz conteúdos, que visam à melhoria dos projetos, e trabalha pelo fortalecimento da cultura do voluntariado. “O voluntariado educativo permite integrar diversos saberes, competências e habilidades. Alunos, professores, funcionários, pais e demais atores que se envolvem em projetos nesta área vivenciam valores de solidariedade, participação, cidadania, comprometimento e respeito às diferenças”, afirma a diretora-presidente do instituto, Milú Villela.

Culinária, educação e meio-ambiente

Com pouco mais de 10 mil habitantes, a cidade de Meruoca, no Ceará, abriga uma única escola estadual de ensino médio, a EE Monsenhor Furtado. Apesar da infra-estrutura deficiente e de enfrentar dificuldades como a falta de sinal constante da internet, a escola lançou, em 2005, o projeto “Culinária Alternativa”, com o intuito de melhorar os hábitos alimentares dos alunos. “O projeto visa conscientizar nossos alunos e a comunidade quanto ao valor nutritivo dos

alimentos”, afirma a coordenadora pedagógica da escola, Maria José da Silva.

O “Culinária Alternativa” ultrapassou os muros da escola e atingiu a comunidade como um todo. Um grupo de alunos voluntários dos ensinos fundamental e médio se envolveu em estudos e preparação de receitas, elaboração de um informativo sobre a importância da alimentação alternativa e trabalhos de conscientização a respeito dos alimentos nas feiras livres, entre outros. O resultado, além do acesso a informações saudáveis, foi a criação de um novo cardápio para a merenda escolar.

A escola possui outros projetos na área de voluntariado educativo, como o “Universidade à Vista”, que está em desenvolvimento. O objetivo é atingir alunos formandos do ensino médio, já que o município possui um número muito reduzido de universitários. Para tanto, a escola conta com a ajuda de professores de outras escolas e de alunos universitários.

Neste semestre, também foi criado o projeto “Aquecimento global: uma questão de vida ou morte”, com a finalidade de instruir alunos e a comunidade em geral quanto às causas e consequências do aquecimento global. Alunos e voluntários visitam famílias para entregar um boletim informativo elaborado por eles.

Além disso, há o projeto “Escola limpa, lares limpos”, com o intuito de conscientizar os alunos a manter a escola limpa e higienizada. “O projeto se estende aos pais e à comunidade, já que todos são convidados a frequentar a escola para fazer um curso de produtos de limpeza”, afirma Maria José.

A primeira etapa foi um sucesso. De acordo com a instituição, alguns pais até montaram seu próprio negócio, ajudando na renda familiar, e os alunos foram preparados para dar o curso em outras escolas e associações.

Incentivo à leitura e recreio dirigido

Na pequena cidade de Carapicuíba, interior de São Paulo, a EE Didita Cardoso Alves também possui projetos interessantes de voluntariado educativo. Em 2003, a instituição lançou um projeto de incentivo à leitura que conta com a participação de membros da comunidade e de ex-alunos, que narram suas histórias para estudantes de primeira a quarta séries.

Além disso, mães de alunos promoveram um projeto de recreio dirigido, com o objetivo de reduzir as brigas entre as crianças durante o intervalo das aulas. “Nossa proposta pedagógica tem como eixo principal o letramento, a solidariedade e o respeito, fazendo da escola um espaço favorável à aprendizagem e à cultura de paz”, afirma Gilmar Dantas Turqueti, diretora da escola.

Para ela, a principal dificuldade dos projetos de voluntariado educativo é realizar um trabalho de orientação com professores e funcionários, para que compreendam que os voluntários não estão na escola para vigiar ou substituir ninguém, mas, sim, para somar. “Atualmente os voluntários são acolhidos e respeitados por todos. Ninguém mais consegue imaginar a rotina escolar sem eles”, conta a diretora.

A escola já possui outros projetos, como cursos de idiomas, cursinho popular pré-vestibular, aulas de jazz, dança do ventre e coral, todos apoiados por professores, pais e membros voluntários da comunidade. Recentemente, a instituição recebeu uma proposta de apoio voluntário de bombeiros civis para realizar um trabalho de orientação aos alunos e à comunidade sobre prevenções e cidadania, o projeto “Bombeiros Mirins”.

Para Gilmar Turqueti, o trabalho voluntário não pode ser visto como uma forma de suprir uma defasagem de funcionários. Ele deve estar relacionado a uma necessidade específica

diagnosticada, ser planejado e acompanhado de maneira coletiva. “O voluntário deve ter claro que seus objetivos pessoais devem estar atrelados à necessidade da escola”, afirma.

Como elaborar um projeto de voluntariado educativo?

Para o instituto Faça Parte, os projetos de voluntariado educativo devem estar sempre alinhados aos projetos pedagógicos desenvolvidos pelas escolas. Assim, eles são associados ao contexto educativo a partir da realidade local.

Para isso, há etapas que podem direcionar um novo projeto de voluntariado educativo, que incluem:

- Convocação tanto de apoio interno (coordenadores, professores, alunos e funcionários da escola), como externo (vizinhança, ONGs, comércio, imprensa locais, associação do bairro etc);
- Elaboração de um diagnóstico para descobrir as reais necessidades de quem receberá a ação voluntária;
- Elaboração do projeto, que deve considerar informações como justificativa, objetivo, grupo de trabalho, público-alvo, plano de ação, cronograma e recursos para a sua realização;
- Ação, ou seja, colocar em prática a idéia do projeto;
- Reflexão dos resultados a partir de constantes avaliações;
- Registro das etapas e processos com o objetivo de analisar, revisar, ampliar, reeditar e divulgar a experiência; e
- Reconhecimento e comemoração, a fim de valorizar, estimular e divulgar ações de voluntariado para incentivar a continuidade do projeto.



Alunos da escola EE Monsenhor Furtado apresentam o projeto “Culinária Alternativa” durante evento em Fortaleza (CE)



Aquecimento global é tema de um dos projetos desenvolvidos pelos alunos

Links

www.facaparte.org.br



Palestras e oficinas Cantocidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Centro Comunitário Nossa Senhora Aparecida

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de Dezembro de 2006

ATIVO	2006	2005
CIRCULANTE		
DISPONÍVEL	144.386,77	155.039,99
Bens numerários	946,63	624,29
Bancos conta movimentos	820,28	23.504,98
Bens aplicações financeiras	142.619,86	130.910,72
CRÉDITOS	19.151,19	7.942,88
Contas a receber	29,00	-
Adiantamentos	11.169,31	-
Impostos a recuperar	7.952,88	7.952,88
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	163.537,96	162.992,87
	251.778,25	194.018,78
Imobilizado	296.702,22	233.328,40
Depreciações acumuladas	(44.923,97)	(39.309,62)
Diferidos	3.870,00	3.870,00
Direito de uso	3.870,00	3.870,00
SUBTOTAL DO ATIVO	419.186,21	360.881,65
TOTAL DO ATIVO	419.186,21	360.881,65

PASSIVO	2006	2005
CIRCULANTE		
Fornecedores Diversos	4.000,00	
Obrigações Fiscais	152,38	15.272,48
Obrigações Trabalhistas	7.423,00	5.852,00
Outras obrigações	656,56	658,57
Provisão férias e encargos	44.654,24	-
Total do passivo circulante	56.888,18	21.783,05
PATRIMÔNIO SOCIAL	362.298,03	339.098,60
Patrimônio	354.654,36	288.453,73
Superávit acumulados	50.644,87	39.513,81
Superávit dos exercícios	(43.001,20)	11.131,06
SUBTOTAL DO PASSIVO	419.186,21	399.098,60
TOTAL DO PASSIVO	419.186,21	360.881,65

Aluizio Soares dos Santos

CPF N.º 133.945.094-15 - TC.CONTÁBIL 1SP114522/0-3

DEMONSTRAÇÕES DOS DÉFICITS DOS EXERCÍCIOS FINDOS DE 31/12/2006/2005

RECEITAS OPERACIONAIS	2006	2005
Rendimentos sobre aplicações financeiras	15.496,72	15.064,16
Subvenções e auxílios	31.410,83	183.507,37
Receitas diversas	140.240,53	146.164,30
Convênios	1.004.368,60	545.851,47
Projetos Sociais	-	222.437,48
	1.191.516,68	1.113.024,78
DESPESAS OPERACIONAIS		
Assistência SOCIAL		
Ordenados e encargos	(667.703,26)	(628.259,38)
Materiais de consumo	(161.092,68)	(170.185,98)
Doações e contribuições	(107.758,92)	(167.885,54)
Serv. Prestados por PJ e PF	(72.197,44)	(13.425,60)
Energia elétrica, água, telefone, gás	(76.544,56)	(7.766,31)
Impostos	(5.250,22)	(595,08)
Despesas bancárias	(8.686,31)	(4.351,82)
Outras	(74.802,35)	-
	(1.174.035,74)	(992.469,71)
Despesas Administrativas		
Depreciações	(5.614,35)	(22.615,31)
Conservação e reparos	(54.831,79)	(86.808,70)
	(60.446,14)	(109.424,01)
RESULTADO OPERACIONAL		
DÉFICITS DOS EXERCÍCIOS	(43.001,20)	11.131,06

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO 31/DEZEMBRO/2006

I- CONTEXTO OPERACIONAL - NOTA 01

O Centro Comunitário N. Sra. Aparecida é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de caráter educacional e de assistência social dirigida ao núcleo familiar, à infância, a juventude, ao idoso e às pessoas portadoras de necessidades especiais bem como toda a comunidade carente local, sempre de acordo com seus Estatuto e pela legislação aplicável.

II- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES - NOTA 02

As demonstrações contábeis e financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo também as disposições legais que regem as atividades das instituições beneficentes, especialmente a lei 6.404/76, mantendo escrituradas em livros revestidos da formalidade legal, capazes de assegurar sua exatidão, conforme o código tributário nacional art. 14º; inciso III e resolução CFC n.º 877/200, que aprovou a NBC T 10,19

III - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS - NOTA 03

O Regime contábil adotado é o de competência

IV- APLICAÇÕES FINANCEIRAS - NOTA 04

d) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes. É composta por aplicações de curto prazo em fundos de investimentos e poupança.

V- RECEITAS OPERACIONAIS - NOTA 05

As receitas operacionais decorrentes de convênios com órgãos públicos são reconhecidos em regime de competência

cia de exercícios. As receitas com doações são reconhecidas quando dos efetivos recebimentos

VI - DOAÇÕES RECEBIDAS - NOTA 06

A entidade recebe doações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, a saber: a) Pessoa física/Pessoa Jurídica - R\$ 23.639,00 (Vinte e três mil, Seiscentos e trinta e nove reais)

VII - RECURSOS PÚBLICOS - NOTA 07

A Entidade recebeu no exercício de 2006 recursos provenientes do Poder Público na monta de R\$ 666.272,00 (Seiscentos e Sessenta e oito mil, duzentos e setenta e dois reais)

VIII - APLICAÇÃO DOS RECURSOS - NOTA 08

Os Recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social.

IX - GRATUIDADE - NOTA 09

A Entidade possui como receita para manter sua finalidade social: doações, mensalidades de associados, festas e eventos beneficentes, aluguéis, aplicações financeiras e convênios com a administração pública municipal/estadual e federal.

DEMONSTRAÇÕES DAS RECEITAS

Base de cálculo das Receitas que incidem gratuidades (Não considerando os recursos convênios)

Ordenados e encargos	216.337,00
Água, luz e esgoto	55.133,00
Alimentação	82.327,00
Manutenção dos projetos sociais	50.421,00
total de gratuidade	404.218,00
Percentual de aplicação em gratuidade	77,25%

NOTA 10

a) Imobilizado - É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação. A depreciação é calculada em função da vida útil econômica estimada

BENS

a) Aparelhos e equipamentos R\$ 70.998,00, Móveis e utensílios R\$ 37.399,00, Edificações R\$ 140.359,00, Veículos R\$ 45.111,00, Instalações R\$ 2.835,00, Direito de uso de linha telefônicas R\$ 3.870,00, (Depreciação acumulada) R\$ (44.923,00)

Total 255.649,00

b) Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos.

c) Demonstração pelo valor do custo de aquisição, acrescido de correção monetária até o exercício de 1995.

d) Patrimônio social - Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da entidade e não tem capital social.

e) Segregação dos prazos - A classificação do Circulante, tanto no Ativo quanto no passivo consigna contas realizáveis no curso do exercício seguinte.

XII - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - NOTA 11

A entidade não possui isenção das contribuições sociais.

Aluizio Soares dos Santos

CPF N.º 133.945.094-15 - TC.CONTÁBIL 1SP114522/0-3

João Jazinski

CPF nº 434.251.279-34 - Presidente

Responsabilidade social no futebol

Pela contribuição que o esporte pode dar ao desenvolvimento sustentável do Brasil

Marcelo Linguitte
marcelo.linguitte@ig.com.br



Durante a Copa do Mundo da Alemanha, em 2006, o Brasil mostrou novamente sua paixão pelo futebol, torcendo, criticando e, desesperadamente, incentivando Parreira e seus jogadores. O resultado, infelizmente, não foi o que esperávamos. Mas, o futebol demonstrou, mais uma vez, sua influência sobre a vida dos brasileiros. Dois exemplos disso me impressionaram muito.

O primeiro foi o poder de mobilização que o esporte tem. Afinal, o país literalmente parava nos dias dos jogos da seleção. Um outro exemplo foi a capacidade que o futebol tem de trazer temas para a discussão pública. Nesse caso, o tema foi planejamento. Também no futebol, pouco planejamento significa fraco desempenho. O sucesso do São Paulo, tetracampeão brasileiro, e o do Internacional, campeão mundial interclubes, também ocorreram, segundo especialistas, por sua competência em se planejar.

Com essa característica de mobilização popular, fiquei pensando o quanto o futebol não poderia contribuir para a promoção da responsabilidade social empresarial (RSE) no Brasil, um país que precisa tanto de bons exemplos e de lideranças positivas. Essa possibilidade é muito concreta, já que há um bom número de

exemplos de sucesso de como esse esporte pode promover a RSE. Alguns exemplos:

- 1) Em junho de 2006, durante o Congresso da Fifa, a chanceler alemã, Ângela Merkel, disse que a Federação Internacional de Futebol era “mais que um gigante do esporte, pois também reconhecia as suas responsabilidades sociais”. Seu presidente, Joseph Blatter, tem defendido muito o envolvimento da entidade com questões humanitárias;
- 2) O diretor técnico da União Européia de Futebol (Uefa), Andy Royburgh, acha que a entidade deve exercer sua responsabilidade social tentando melhorar a vida das pessoas por meio do futebol;
- 3) No Brasil, a Federação Paulista de Futebol mantém uma área de responsabilidade social, coordenada pelo ex-jogador Paulo Sérgio. O presidente da Federação de Futebol de Rondônia, Heitor Costa, crê que o futebol é um instrumento de transformação social, e desenvolve programas voltados a crianças e adolescentes em parceria com o governo do Estado;
- 4) O Atlético Paranaense e o Internacional também trabalham com o tema. O primeiro possui vários programas voltados à comunidade, e o outro publicou um balanço social em 2006;
- 5) Vários ex-jogadores de futebol têm se envolvido com projetos comunitários, criando organizações para isso, como Raí e Leonardo, do Instituto Gol de Letra, e Bebeto e Jorginho, do Instituto Bola pra Frente;
- 6) Empresas envolvidas com futebol, como fabricantes de produtos esportivos e patrocinadoras, têm estratégias específicas na área de RSE.

É animador ver que várias iniciativas nessa área já existem, mas elas ainda são muito poucas e não aproveitam todo o potencial do

esporte na promoção desses temas. Uma razão para isso é que tais iniciativas não tratam o futebol como uma “cadeia de valor”, unindo os diversos segmentos interessados (clubes, esportistas, patrocinadores, fabricantes de material esportivo, jornalistas etc.), agregando esforços e competências. Segundo, porque as atividades desenvolvidas até hoje, apesar de extremamente importantes e meritórias, possuem, normalmente, um forte caráter assistencialista e não incorporam outros aspectos estratégicos da responsabilidade social. Daí, sua capacidade de transformação social fica limitada.

Creio que chegou o momento de levarmos a responsabilidade social de maneira intensa ao futebol. Isso é estratégico para o Brasil, pois um trabalho bem feito na promoção do tema fortalecerá a candidatura do país para a sede da Copa em 2014, já que a Fifa também está muito interessada no tema.

Além disso, devemos lembrar que 2015 é o limite para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, conjunto de metas sociais e ambientais definidas no âmbito das Nações Unidas. E ainda há muito por fazer para atingirmos as metas definidas. De hoje até 2015, são quase dez anos para que o futebol possa dar sua contribuição para o desenvolvimento sustentado do Brasil.

É hora de todos os setores envolvidos com o futebol arregaçarem as mangas e, de modo conjunto e planejado, desenvolverem ações concretas com vista ao desenvolvimento sustentável. Quem sabe o Brasil não faça de sua grande paixão um exemplo de cidadania e solidariedade. Aí, sim, seremos conhecidos não apenas como o país do futebol, mas como o país do futebol socialmente responsável. 🍷

Marcelo Linguitte. Diretor-gerente da Terra Mater Empreendimentos Sustentáveis.



Antes que o mundo acabe!

Último relatório do IPCC alerta para o risco de escassez de água e para os efeitos do aquecimento global sobre a saúde humana, que serão mais sentidos nos países do hemisfério Sul

Fernando Credidio
fecredidio@gmail.com



As mudanças climáticas são, hoje, a maior ameaça ambiental para a Terra. Devido à elevação da temperatura no planeta, a natureza vem reagindo violentamente. Escassez de água, áreas que estão virando deserto, extinção de espécies, chuvas torrenciais, furacões, inundações e avanço do mar sobre as cidades costeiras são alguns exemplos. Esses fenômenos têm levado governos, empresas e sociedade a buscar medidas que possam frear o ritmo do aquecimento, que tem como principal causa a emissão de gases poluentes, como o gás carbônico.

Esses gases são emitidos pela queima de combustíveis fósseis, a exemplo do carvão e do petróleo, tornando a atmosfera mais densa, impedindo a saída de parte da energia solar que entra na Terra e elevando, assim, as temperaturas. Para conter a emissão dos gases, são necessárias políticas na redução do consumo de energia, uso de tecnologias capazes de capturá-los ou armazená-los e, ainda, a adoção de fontes limpas de energia.

Devido às mudanças climáticas, a humanidade passará por uma divisão sem precedentes. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês) – estabelecido em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que estuda, discute e orienta a implementação da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto –, as consequências mais graves do aquecimento global previstas para as próximas décadas atingirão, principalmente, América do Sul, Ásia e África. Estados Unidos, Europa e Austrália são os que menos sofrerão.

De acordo com os pesquisadores do IPCC, a escassez de água em regiões do planeta já secas e pobres – como o sertão nordestino –, e o excesso dela em áreas sujeitas a inundações – como os superpopulosos deltas de rios asiáticos –, colocará em risco milhões de pessoas até 2080. As regiões mais impactadas serão

aquelas onde as pessoas forem menos capazes de se adaptar à mudança climática.

Efeitos devastadores

O aquecimento global segue uma lógica cruel e desumana: os mais pobres pagarão caro pelos erros e pela inércia dos mais ricos. De acordo com a conclusão de uma análise produzida por economistas e cientistas norte-americanos da Universidade de Yale, do Banco Mundial e do Instituto de Pesquisas sobre Energia Elétrica, metade das nações mais miseráveis do mundo sofrerá os principais danos provocados pelo superaquecimento do clima. Ironicamente, as pessoas mais vulneráveis vivem em países que podem se gabar de pouco ter contribuído para a emissão de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa.

Por sua vez, a ONU adverte que secas, enchentes e supertempestades aumentarão ainda mais a desigualdade entre países ricos e pobres. O relatório do IPCC alerta para os efeitos do aquecimento global sobre a saúde humana, com o aumento dos casos de doenças tropicais, das enfermidades provocadas pela falta de água tratada ou pela seca. Também afirma que os países do hemisfério Sul serão os principais afetados pela combinação das mudanças climáticas com a presença humana. Ainda de acordo com o documento, 250 milhões de pessoas poderão ser expostas à falta de água na África até 2020. No Nordeste do Brasil, a recarga de águas subterrâneas pode cair 70% até os anos 2050.

Ao contrário do que muitos imaginam, os Estados Unidos, considerados os principais vilões desse cenário, não são os únicos em dívida com a Terra. O jurista, diplomata e ex-ministro Rubens Ricupero lembra, em artigo recente, que o Brasil, apesar do etanol e de equação energética mais limpa, é réu de culpa tríplice: pelas queimadas na Amazônia, quarta ou quinta maior fonte de gases causadores de efeito estufa; pela destruição das matas ciliares e desrespeito

 **A luta contra o aquecimento global não será tão cara quanto se imaginava há algum tempo, se os governos se empenharem no sentido de impedir uma elevação significativa da temperatura média do planeta**

dos 20% da reserva legal de Mata Atlântica em muitos canaviais; e, finalmente, por não coibir o sistema desumano que obriga 200 mil colhedores de cana à exaustão, chegando às vezes à morte, a fim de alcançar paga condigna. “Nessa injustiça do tamanho do planeta, o Brasil é vilão e vítima”, define Ricupero.

A luta contra o aquecimento global não será tão cara quanto se imaginava há algum tempo, se os governos se empenharem no sentido de impedir uma elevação significativa da temperatura média do planeta. Contudo, caso medidas urgentes não sejam tomadas, salvar o planeta da crise climática terá um preço elevado: cerca de 2% do PIB mundial. Esse número foi divulgado em Bancoc, Tailândia, na terceira e última parte da apresentação do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC. Ainda não se sabe quanto o custo pode representar em dólares. O valor do PIB mundial é de US\$ 44,6 trilhões (medido em 2005), mas não é possível estimar quanto será em 2030, ano de referência com que o IPCC trabalhou. Hoje, 2% desse valor representam cerca de US\$ 892 bilhões, mais de 80% do PIB do Brasil.

Desafios e oportunidades

Em razão das mudanças climáticas, está surgindo um novo tipo de viagem: o turismo do aquecimento global, conforme nota publicada pelo jornal *O Globo*, no início de maio. Seu lema é: visite algumas partes do mundo antes que elas desapareçam por completo. O Oceano Ártico, que está ameaçado de perder sua cobertura de gelo no verão até 2020, é um dos alvos. Uma companhia inglesa prepara cruzeiros em navios quebra-gelos para a área.

O gelo marinho que cobre o oceano Ártico – que derrete no verão e congela de novo no

inverno – registrou neste ano sua segunda menor extensão em toda a história, afirmam cientistas americanos. Os pesquisadores dizem que este é o terceiro ano consecutivo em que o gelo marinho deixa de se recuperar totalmente. A perda se deve a temperaturas acima da média atribuídas ao aquecimento global – o inverno de 2007 foi o mais quente da história no hemisfério Norte.

Outras maravilhas da natureza ameaçadas de destruição por causa do aumento global da temperatura serão alvos, fatalmente, desse tipo de turismo. Entre elas, estão a Floresta Amazônica, a Grande Barreira de Coral da Austrália, o deserto de Chihuahua (entre EUA e México), as florestas de Valdivia (Chile e Argentina), o Rio Yangtsé (China) e as matas costeiras e a vida marinha do leste da África. A verdade é que, da China à Amazônia, são vários os ecossistemas em risco devido ao aquecimento global. A ironia que esse tipo de turismo traz é que se muitas pessoas visitarem os lugares ameaçados pelas mudanças climáticas,

queimando combustíveis fósseis a cada viagem, elas vão garantir o surgimento de muitos outros. Portanto, esse não é o caminho a ser seguido.

Como todas as iniciativas para conter o aquecimento global até agora têm se mostrado insuficientes para reverter o agravamento da situação, é preciso que haja uma ampliação nesse movimento para que a Terra tenha um futuro mais promissor. Portanto, a sociedade terá de repensar seu comportamento, mudando práticas nocivas à sustentabilidade do planeta e, sobretudo, adquirindo – novos – hábitos saudáveis, uma vez que, nesse processo, ninguém está sem responsabilidades, pois todos nós somos capazes de mudar a nossa realidade. 

Fernando Credidio. Palestrante, articulista, gestor e consultor organizacional em Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade social empresarial.



Grupo Arilton Portella

- ▶ Contabilidade entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- ▶ Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580
Tel. (41) 3335-3437
Fax. (41) 3336-2814

www.ara-atualiza.com

Sensibilização é a grande saída

Como sensibilizar a empresa para a implantação de programas de responsabilidade social empresarial

Fábio Rocha
fabio@damicos.com.br



Mudança de mentalidade faz com que acionistas, gestores, colaboradores, fornecedores e todos os demais envolvidos na rede de relacionamentos da empresa acreditem e internalizem a ética como única maneira de realizar negócios e atingir seus resultados, de modo sustentável

O tema da gestão socialmente responsável tem alcançado crescente legitimidade de nos meios acadêmicos, empresariais e políticos no Brasil e no mundo. Uma vez que mobiliza tanto os que acreditam nas potencialidades de avanço nas práticas de gestão empresarial, e sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, quanto aqueles que consideram que sua projeção mais atrapalha do que contribui para o desejado equilíbrio entre dimensões sociais, econômicas e ambientais.

Um diverso conjunto de iniciativas relacionadas à sua promoção e à sua crítica indica a superação da possível característica de modismo. No meu trabalho como professor e consultor da área de responsabilidade social empresarial, procuro sistematizar experiências de pesquisadores, consultores e professores no campo da gestão socialmente responsável, buscando atingir três objetivos:

- a) Esclarecer elementos do contexto histórico que levaram o tema a um papel de destaque no campo da gestão;
- b) Evidenciar contrastes entre transformações conceituais e práticas de gestão no cotidiano das empresas; e
- c) Colocar em discussão dilemas, limites e oportunidades para que as práticas nesse campo avancem e contribuam (ou não) para enfrentar os desafios da atualidade.

Este é mais um artigo meu voltado para um dos principais desafios da implementação de uma cultura de gestão socialmente responsável, a dificuldade de definir uma estratégia de sensibilização da empresa para este novo modelo de gestão de negócios.

A despeito de ceticismos e críticas, o “movimento da responsabilidade social empresarial” ganhou consistência e relevância

no cenário político, empresarial e acadêmico, especialmente nos últimos dez anos, no Brasil e no mundo.

Tanto empresas como governos, organismos multilaterais, segmentos da sociedade civil, da mídia e da academia parecem perceber que tal movimento não se trata de um modismo ou de uma bolha criada artificialmente, aproximando-o da característica de movimento social ou de ideologia.

Um diverso conjunto de iniciativas, como o desenvolvimento de indicadores e ferramentas de gestão, certificações, prêmios, programas de formação, debates, reportagens e pesquisas acadêmicas, evidenciam o papel de destaque que esse tema passou a ocupar no debate contemporâneo (KREITLON, 2004), seja entre seus arautos, seus críticos ou céticos.

Demanda real

Embora haja diferentes posições a respeito do tema, parece haver certo consenso de que as empresas, na atualidade, concentram muito poder, e que, por isso, precisam engajar-se mais no enfrentamento aos desafios coletivos, tanto no campo produtivo quanto social e ambiental.

Ainda que a idéia de gestão socialmente responsável tenha avançado de maneira acelerada em seus aspectos conceituais e instrumentais – domínio das universidades, dos organismos de fomento e de entidades empresarias, governamentais e da sociedade civil empenhadas em promover a causa –, parece avançar em ritmo mais lento no cotidiano das práticas de gestão das empresas, especialmente entre as de pequeno e médio portes.

Cabe esclarecer que não se trata de compreender discursos e conceitos como algo distinto das práticas. Trata-se de identificar

em que domínios ou contextos da sociedade o movimento da responsabilidade social ganha maior adesão e engajamento nas ações, e em que domínios ainda é algo intangível, pouco relevante no dia-a-dia.

Para muitos que defendem a idéia da responsabilidade social empresarial, esse “movimento” representa quase uma religião: em discursos apaixonados, revela-se a crença de que empresas e empresários são os novos “salvadores da humanidade” e que todos os problemas atuais tendem a ser resolvidos na medida em que desafios sociais e ambientais sejam transformados em oportunidades de negócios, aplicando-se a competência e o modo de fazer empresarial para geri-los.

Descontados os exageros, que revelam o caráter ideológico que o debate assume, parece-me que há avanços significativos que não devem ser desprezados em relação ao papel das empresas na sociedade e aos mecanismos de gestão socialmente responsável, mas, sim, compreendidos em termos de seus dilemas e limites, como também de suas potencialidades. A implantação de um programa de responsabilidade social empresarial não acontece por decreto, portaria e/ou comunicado interno, ou ainda pela realização de grandes eventos e/ou campanhas publicitárias.

Ação consciente

A implantação desses programas de maneira efetiva significa uma mudança de mentalidade e/ou cultura, fazendo com que acionistas, gestores, colaboradores, fornecedores e todos os demais envolvidos na rede de relacionamentos da empresa acreditem e internalizem a ética como única maneira de realizar negócios e atingir seus resultados de modo sustentável.

Este processo só irá ocorrer em médio prazo em algumas empresas, em outras em longo prazo e em algumas, nunca. Mas, todo processo deve começar por uma ação ou um conjunto de ações que irão abrir as portas para esta mudança, a que denomino sensibilização.

Entendo por sensibilização o ato ou efeito de sensibilizar a si mesmo e/ou a outros, envolvidos direta e/ou indiretamente em um processo e/ou situação definida previamente. Por sensibilizar, a exposição de

uma pessoa, grupo de pessoas e/ou instituição a um propósito específico, do que resulta uma resposta, atitude e/ou reação.

Pelo próprio conceito fica claro que é preciso conhecer e definir a situação envolvida, respondendo as seguintes questões, entre outras:

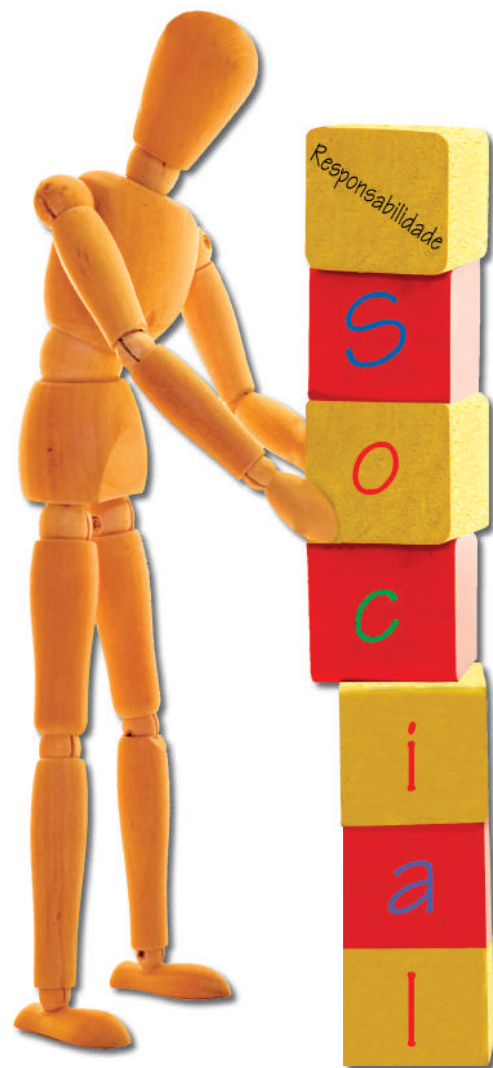
- 1) Qual o cenário da sensibilização?
- 2) A quem e deve sensibilizar?
- 3) Como realizar esta sensibilização? Utilizar-se-á instrumentos, metodologias e/ou linguagens específicas para cada público-alvo?
- 4) Quanto tempo é necessário para realizar este processo? As ações e/ou conjunto de ações serão realizadas simultaneamente ou não?
- 5) Quem irá realizar estas ações? O presidente da empresa, diretores, gestores e/ou consultores?; e
- 6) Que indicadores serão utilizados para avaliar o sucesso ou não do processo de sensibilização?

Independente de se considerar que as respostas variarão de empresa para empresa, ponderando porte, cultura organizacional, valores e momento presente, algumas questões precisam ser destacadas. O processo de sensibilização deve ser realizado antes da concepção do programa de responsabilidade social empresarial, como também da sua divulgação para o público interno e/ou externo.

Meios de sensibilização

Além da intranet e de informativos, é necessário utilizar palestras, grupos de estudo, fóruns de discussão e workshops, atividades que ajudam a empresa no estabelecimento de uma linguagem comum, ou seja, que toda a empresa tenha clareza dos conceitos corretos de responsabilidade social empresarial, independente do nível hierárquico, da escolaridade ou da área que pertencem.

A linguagem, os exemplos, os atrativos e as situações também devem ser desenhadas de acordo com a característica de cada público-alvo. Por exemplo, quando se pensa no público interno, pode-se estabelecer grandes especificidades entre acionistas, diretores, gestores e colaboradores em geral. É preciso também reconhecer que nem sempre “santo de casa faz milagre”;



assim, a utilização de outros dirigentes de empresas, como também professores e consultores podem dar maior peso às informações apresentadas.

Reconhecer alguns limites também é um fator importante, como tempo, recursos financeiros, dificuldade em atrair alguns públicos – como os fornecedores –, pois, assim, as estratégias serão concebidas e/ou fortalecidas a partir destas variáveis. O mais importante é que se perceba a importância desta atividade, como também que a sensibilização não deve ser realizada apenas no momento inicial do programa de responsabilidade social empresarial, mas sempre que necessário.

Desta maneira, o processo de implantação do programa de responsabilidade social, com a formação de multiplicadores da causa, acontecerá de modo menos sacrificado, minimizando o insucesso do mesmo.

* KREITLON, M.P. A ÉTICA NAS RELAÇÕES ENTRE EMPRESAS E SOCIEDADE. ENANPAD, 28. In: ANAIS CURITIBA ANPAD, 2004.

Os elos da sustentabilidade

Apesar de ser muito explorada pela mídia em geral, a responsabilidade social corporativa ainda é confundida com filantropia, que é apenas um dos elos que compõem uma grande corrente

Mauro Ambrósio
relacionamento@bdotrevisan.com.br



Podemos aqui enumerar diversas ações tomadas por empresas em benefício próprio ou da comunidade ao seu entorno, que são realizadas isoladamente, mas que não transformam essas empresas em corporações socialmente responsáveis. Isso porque cada ação representa apenas um dos elos da responsabilidade social corporativa (RSC). Em muitos setores da economia brasileira, políticas e práticas de responsabilidade social já fazem parte do cotidiano gestor e da realização dos negócios. Mas este grupo ainda é pequeno.

Outros setores apenas engatinham nessa questão e não valorizam, até o presente momento, a nova forma de relação das companhias com os seus diferentes públicos – os elos da corrente composta por acionistas, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade e governo. Por consequência, estão atrasados no ingresso ao sistema empresarial moderno. Elas podem estar naquele grupo de empresas que pensam que são socialmente responsáveis porque, uma vez por mês, distribuem cestas básicas às creches que estão no seu entorno.

Exemplos

Um setor muito importante para a economia brasileira é o de cosméticos, que exemplifica bem como organizações podem impulsionar todo o seu mercado e sua cadeia produtiva ao aderir a este importante modelo de gerenciamento ético e transparente. Antes, porém, deve-se ter em mente que responsabilidade social

corporativa define-se pelo estabelecimento de atividade empresarial associada ao desenvolvimento da sociedade de maneira sustentável, respeitando e valorizando seus recursos humanos e naturais. A sua meta central está relacionada à melhoria da qualidade de vida, ao bem-estar dos cidadãos e à diminuição da desigualdade social.

Na indústria de cosméticos, pelo menos um dos três itens ligados ao objetivo final da implementação de práticas de RSC está intimamente relacionado à qualidade de vida. Gerar qualidade de vida é um diferencial desse setor. Portanto, a aplicação de práticas e políticas de responsabilidade social nas empresas do segmento é de altíssimo valor agregado.

Duas sólidas empresas nacionais, O Boticário e Natura, são exemplos inquestionáveis. A atuação destacada de ambas no crescimento sustentável influenciam todo o seu mercado, fazendo com que os seus integrantes – sejam de produtos ou serviços – lancem também publicamente as suas ações de responsabilidade social: um efeito generoso para toda a cadeia. O fato é que tanto Natura como O Boticário acabam transmitindo voluntária ou involuntariamente para o seu grupo de relacionamento a necessidade de se posicionar de maneira ética e transparente para o bem da sociedade.

São aspectos fundamentais para a construção de políticas de desenvolvimento sustentável: a possibilidade de todos compartilharem das conquistas da empresa; o envolvimento do capital humano e gestor,



Não há obrigatoriedade legal de qualquer setor para a implementação das práticas de RSC. Porém, há, naturalmente, uma cobrança da sociedade – composta por consumidores de produtos e serviços de empresas e setores econômicos



no que se refere à preservação dos sistemas ecológicos; a busca pelo crescimento econômico; enfim, tudo que, em uma somatória, atenda às necessidades sociais e corporativas.

Não há obrigatoriedade legal de qualquer setor para a implementação das práticas de RSC. Porém, há, naturalmente, uma cobrança da sociedade – composta por consumidores de produtos e serviços de empresas e setores econômicos. O caso da indústria de cosméticos é exemplo expressivo do que representa desenvolver atividades e ações de responsabilidade social.

Análises

Um primeiro estudo realizado pela BDO Trevisan, entre 2005 e 2006, mostrou que a maioria das organizações não possuía políticas especiais relacionadas ao tema. Também de acordo com a pesquisa, o assunto era ainda tratado com muita reserva pelas empresas e, às vezes, até como certo tabu. Outro dado mostrava que há um distanciamento das organizações com as boas práticas empresariais, no que se referia ao uso destas como forma de incentivos fiscais para atividades ligadas à cultura: 56% das empresas informaram que não o fazem. Uma pena! Estímulo à cultura também é item importante dentro da RSC.

Recentemente concluímos o 2º Estudo BDO Trevisan de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) 2007, que foi realizado entre dezembro de 2006 e março de 2007 com dados coletados entre 113 empresas de vários setores. O resultado foi bastante

positivo em relação ao estudo anterior. A BDO Trevisan preparou um questionário com 44 perguntas, que foram enviadas a 700 corporações dos setores de indústria, comércio, serviços, educação, associações e organizações do Terceiro Setor.

Entre todos os questionários enviados, apenas 16% foram respondidos. Apesar de ser pequeno o universo das respostas, o percentual cresceu 45% em relação ao último estudo, concluído em 2006, sendo que 90% das respostas vieram dos setores indústria (47%) e serviços (43%). A pesquisa mostra também que a maioria das empresas reserva verbas para ações socioambientais: 73% dos entrevistados confirmaram a necessidade de um planejamento orçamentário para o desenvolvimento de projetos de RSC.

Demandas

O objetivo da pesquisa é mostrar ao público em geral um retrato de como as corporações e seus gestores lidam com os conceitos de responsabilidade socioambiental. As organizações e seus líderes já perceberam que, em um futuro bem próximo, não haverá lugar para empresas e negócios isolados dos conceitos de sustentabilidade, de preocupação com os grupos de interesse – os chamados *stakeholders* – e dos conceitos de pilares básicos de sustentação da governança.

A preservação ao meio ambiente é outro elo importante para a cadeia da empresa socialmente responsável. A mídia tem falado muito ultimamente sobre aquecimento global e soluções alternativas para a preservação do

nosso futuro. No mundo globalizado dos negócios globalizado, empresas socialmente responsáveis de outros países só negociam com corporações brasileiras que tenham a preocupação com o meio ambiente e que desenvolvam ações para a preservação do mesmo. Um ótimo exemplo é o setor sucroalcooleiro, que está sendo foco de interesse pelos investimentos estrangeiros.

Um investidor internacional não vai depositar o dinheiro dele, por exemplo, em uma usina que explora a mão-de-obra do menor de idade ou que provoque queimadas, emitindo CO₂ na atmosfera, ou ainda que desmate áreas de preservação para plantar a cana. Antes de investir, os empresários observam atentamente onde vão aplicar seu dinheiro e optam por empresas que demonstram, por meio de relatórios de sustentabilidade, todas as ações que são ambiental e socialmente responsáveis.

Enfim, os elos da responsabilidade socioambiental têm de estar ligados de ponta a ponta para proporcionar o bem-estar dos *stakeholders* e garantir a real sustentabilidade corporativa. 

Mauro Ambrósio. Sócio-diretor da BDO Trevisan, responsável por auditorias e consultorias de responsabilidade social de entidades e empresas.

Empresas que fazem

Anglo American pelo desenvolvimento sustentável

Por meio do projeto Tailings, a mineradora Anglo American vai investir US\$ 30 milhões no reaproveitamento do nióbio contido nos processos industriais da Copebrás, anteriormente descartados, para a produção de ferronióbio na operação da Mineração Catalão. Em um momento em que a demanda mundial pelo minério está aquecida, o projeto é um exemplo de criatividade tecnológica e responsabilidade com o meio ambiente. É o que também mostrou o relatório One World Trust's 2006, que analisou as 30 principais corporações do mundo. De acordo com o estudo, o grupo Anglo American possui a melhor ferramenta de avaliação de impacto socioambiental. Graças a este processo, a companhia foi capaz de medir os impactos socioeconômicos de suas atividades mineradoras e entender suas dinâmicas.

www.angloamerican.com.br



Obra de restauração de igreja de Catalão patrocinada pela Anglo American e Mineração Catalão

Simon Holding inaugura Centro de Educação no Brasil

A multinacional Simon Holding optou, após decisão de seus acionistas, por destinar parte de seu faturamento a projetos que possam contribuir, sobretudo, com a educação e formação profissional de jovens e adolescentes em situação de risco social de comunidades carentes. A ação faz parte do projeto Simon Education Found (SEF), criado em 2001, e que tem alcançado resultados positivos em diversos países. Com a meta de melhorar a qualidade de vida de adolescentes e familiares, além de promover a defesa aos direitos da infância e adolescência, o projeto social do grupo chegou ao Brasil. Em 16 de junho, foi inaugurado um Centro Educacional em Jaboatão dos Guararapes (PE). O projeto brasileiro abrangerá a realização de cursos de formação profissional, incluindo inserção no mercado de trabalho, instrução aos jovens sobre os direitos e deveres trabalhistas, além de acompanhamento e tratamento psicológico.

www.simonbrasil.com.br

HSBC investiga preocupação com as mudanças climáticas

O Grupo HSBC apresentou, em âmbito mundial, pesquisa inédita sobre atitudes pessoais em relação às mudanças climáticas, intitulada HSBC Climate Confidence Index. Realizado com 9.000 pessoas de nove países, o estudo mostra que, nas economias em desenvolvimento, as pessoas apresentam alto grau de preocupação, engajamento e otimismo em relação ao problema. Já nas economias desenvolvidas, a indiferença, a relutância e o fatalismo fazem parte das opiniões pessoais. O Brasil se mostrou como um dos países com maior preocupação e comprometimento, mas também um dos mais pessimistas entre as economias em desenvolvimento. Esse pessimismo reflete não só a preocupação, mas também o senso de dependência, mais particularmente em relação aos EUA e China, que são os grandes emissores de gás carbônico.

www.hsbc.com.br

Atuação do Aprendiz Comgás na comunidade

Jovens participantes do programa Aprendiz Comgás (PAC) apresentaram, na Feira de Projetos do PAC 11, em 15 de junho, alguns dos 16 projetos de intervenção social na comunidade, como: elaboração de fanzines sobre meio ambiente, contação de história para crianças, produção de jornal mural e palestras sobre prevenção às DSTs voltadas aos adolescentes. Os projetos foram elaborados durante a formação do PAC realizada no primeiro semestre de 2007 com 80 jovens de 14 a 17 anos, vindos de escolas públicas e privadas, interessados em desenvolver projetos sociais nas comunidades onde moram. Durante esse período, os aprendizes participaram de uma série de atividades educacionais e culturais na sede do programa.

www.aprendizcomgas.com.br



Projetos como o Aprendiz da Moda promovem a integração entre gerações

Reciclagem de resíduos na Francel

Uma das grandes preocupações da Francel Feiras na promoção dos seus eventos é o grande volume de resíduos gerado. Com o objetivo de reduzir o impacto ambiental de suas feiras, a promotora estabeleceu, desde 2005, uma parceria com a Rede Catasampa, entidade que congrega cooperativas de catadores de lixo voltadas para a promoção da inclusão social e geração de renda para seus membros. O projeto-piloto entrou em prática na Francel 2006 e abrangeu os processos de coleta seletiva, pré-triagem, triagem, prensagem e transporte. Este ano, a parceria já foi realizada em duas feiras: na Abrin (abril) e na Bio Brazil Fair-Natural Tech (maio), quando cerca de 10 toneladas de lixo foram recicladas em vez de seguir para os aterros sanitários, beneficiando cerca de mil famílias ligadas à Rede Catasampa.

www.francel.com.br



Parceria com a Rede Catasampa viabilizou o projeto da Francel

Instituto CSU beneficia 10 mil desempregados

O Instituto CSU, um projeto da CSU CardSystem S.A., completou três anos com uma marca surpreendente: 10 mil alunos atendidos em cursos gratuitos de microinformática para pessoas desempregadas. Além das aulas, os alunos têm acesso a informações sobre vestuário e postura para facilitar a busca por uma oportunidade de trabalho. Uma das propostas do local é recuperar a baixa auto-estima dos participantes, causada pelo desemprego. Tanto os cursos quanto os materiais didáticos são gratuitos. Os candidatos devem atender a alguns pré-requisitos como: ser maior de 16 anos, estar desempregado e ser alfabetizado. Ao final do curso, os alunos são orientados a elaborar o currículo. Para receber o certificado de conclusão, exige-se frequência de 80% das aulas, com tolerância de duas faltas durante o curso.

www.institutocsu.org.br

Ibmec Jr. Consulting: assessoria gratuita para ONGs

A Ibmec Jr. Consulting iniciou no primeiro semestre de 2007 a prestação de assessoria gratuita para a Associação Brasileira das Pessoas com Hemangiomas e Linfangiomas (Abraphel), que atende pessoas com anomalias vasculares. O projeto auxiliará no desenvolvimento e planejamento financeiro da organização, além de abordar uma estratégia para captação de recursos, por meio de ferramentas que facilitem o crescimento estruturado. Este é o quarto projeto desenvolvido gratuitamente pela Ibmec Jr. Consulting para entidades do Terceiro Setor. As outras ONGs beneficiadas foram: a Maanaim, a Associação Brasileira de Distrofia Muscular (Abdim) e o Projeto Carmim.

i www.ibmecjr.com.br



Capa do gibi distribuído pela campanha "O Bom da Estrada"

Ryder e WCF no combate à exploração infantil

A Ryder do Brasil firmou parceria com o Instituto WCF-Brasil, braço brasileiro da World Childhood Foundation. O acordo prevê um esforço conjunto de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras, fazendo do programa "O Bom da Estrada", da Ryder, um instrumento disseminador da campanha "Na Mão Certa", da entidade. Pela parceria, a Ryder se compromete a promover continuamente os tópicos da "Na Mão Certa", que visam à prevenção e ao combate à prostituição e à exploração sexual infantil, abordando o tema nos treinamentos destinados aos seus colaboradores e motoristas agregados. Além disso, com a parceria, a Ryder compromete-se a estabelecer relações comerciais somente com fornecedores da cadeia de serviços de transporte que estejam alinhados aos princípios da campanha, além de incentivar seus colaboradores a participar de ações para erradicação do problema.

i www.ryder.com

Vivo patrocina cinema acessível

Durante o festival Eu Vivo Cinema Panamericano – promovido entre 12 e 26 de julho, na praia de Ipanema, Rio de Janeiro (RJ) –, a Vivo realizou com exclusividade sessões de cinema para pessoas com deficiência. Na abertura do evento, aconteceu a pré-estreia de "Saneamento Básico – O filme", que contou com o recurso da audiodescrição, técnica que consiste em descrever ambientes, expressões faciais, roupas e ações para deficientes visuais ou com baixa visão sobre o que realmente está sendo exibido. A Vivo também promoveu, em 21 de julho, o evento Noite da Inclusão, em conjunto com instituições parceiras, como Fundação Dorina Nowill e Laramara. Na programação, o filme "O Ano em que meus pais saíram de férias" contou com a técnica de *lettering* (legendagem) para as pessoas com deficiência auditiva, além da audiodescrição.

i www.vivo.com.br



As voluntárias Márcia Cano e Vivian Esteves, na cabine de audiodescrição

Voluntariado da Alcoa na internet

O voluntariado já faz parte da agenda de compromissos dos funcionários e colaboradores da Alcoa há muito tempo, e, agora, conseguiu ultrapassar as fronteiras empresariais. Desde 22 de maio, essas atividades podem ser compartilhadas com outras pessoas pelo site Rede do Bem Alcoa, pelo qual é possível registrar e documentar as centenas de ações sociais desenvolvidas exclusivamente pelos colaboradores da empresa. O local é aberto para que todos possam divulgar suas idéias e seus projetos, relatar experiências, participar de fóruns, convidar outros participantes, promover encontros, conhecer ações desenvolvidas por outros voluntários e pelo Instituto Alcoa, além de receber informações sobre a própria Rede do Bem Alcoa.

i www.rededobemalcoa.com.br

Itaú e WWF-Brasil já recuperaram 15 hectares de floresta

Lançado em outubro de 2006, o Projeto Florestar PIC Natureza – uma parceria entre o WWF-Brasil e a Cia. Itaú de Capitalização – apresenta seus primeiros resultados. Cerca de 22 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica foram plantadas nas três regiões de abrangência do projeto (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), recuperando aproximadamente 15 hectares de floresta. Com duração inicial de um ano, o projeto prevê a restauração de 30,5 hectares de floresta com o plantio de mais de 62 mil mudas até outubro de 2007. "Essa é mais uma iniciativa do banco para trazer o conceito de sustentabilidade para sua linha de negócios", afirma vice Antonio Matias, presidente do Itaú e da Fundação Itaú Social.

i www.itaub.com.br
www.wwf.org.br

Inmarsat leva comunicação a ilhas remotas

A Inmarsat firmou parceria com a ONG Instituto Ilhas do Brasil, que tem por missão despertar o interesse para a conservação de ilhas brasileiras, o fortalecimento das comunidades insulares e a exploração sustentável de seus valores biológicos, históricos e culturais. A partir de 2008, ilhas remotas do país terão acesso a uma das mais modernas tecnologias de comunicação, que romperá o isolamento e promoverá a inclusão digital das comunidades locais, além de viabilizar a criação de um banco de dados e de imagens sobre a biodiversidade das ilhas marinhas brasileiras. A Inmarsat cederá por tempo determinado soluções de comunicação Inmarsat BGAN (Broadband Global Area Network) à ONG, que levará banda larga móvel a regiões carentes deste tipo de serviço.

i www.inmarsat.com



População da Ilha Montão de Trigo (SP) está entre as contempladas pelo programa

Sobre a possível arte de conhe(ser) cidadãos

Felipe Mello
programa@cantocidadao.com.br



Certa vez, visitando um hospital público, vivi uma história. Em um quarto estava internado um senhor de 90 anos. Depois de uma conversa de quase 20 minutos, ele pediu para que eu chegasse mais perto do seu leito. Ao longo da conversa, ele não esboçou muitas reações. Mesmo assim, ele pediu que eu me aproximasse. Eu o atendi.

A definição de cidadania é o cuidado do indivíduo com o coletivo, a partir da percepção de que o ser interessante é aquele que é interessado. Cidadão é quem cuida da cidade e de quem a habita. Simples assim. Ainda, o exercício da cidadania é a prática de ser anjo, ser alado que cuida de gente.

Entre junho e julho estive em uma expedição social que visitou o Peru e o Chile, em companhia de Roberto Ravagnani, com quem coordeno as atividades sociais do Canto Cidadão. Foram viagens provocadoras, que permitiram o contato com povos que tiveram histórias parecidas com a que vivemos em *terra brasilis*. Trocando em miúdos, locais que derrapam há mais de cinco séculos tentando recuperar a sua unidade cultural e social, após invasões estúpidas que deixaram rastros de baderna e injustiça.

Desde já é preciso ficar claro que este texto não pretende fazer uma tabela em que conste o nome dos três países e aquilo que é bom em um e ruim em outro. Trata-se da percepção de um certo algo pairando no ar, e que embora ainda não tenha se traduzido em realidade prática e capaz de transformar a vida da maioria das pessoas nos dois países visitados, provocou em mim radiações promissoras. Algo praticamente intangível, embora semente de consciência coletiva de cidadania. Sinto falta disto no Brasil. Sinto falta de conhe(ser) cidadãos.

Ele demonstrava sinais evidentes de cansaço. Na alma. Ele pediu que eu chegasse ainda mais perto. Eu o atendi novamente. Quando estava bem

próximo ao leito, ele esticou o braço e me pegou pela gravata. Levei um susto, e ele gentilmente me puxou para bem perto de si. Sua voz era fraca. Parecia que há tempos não tinha para quem contar o que quisesse contar.

Brasileiros estão cansados de viver o *déjà-vu* de escândalos políticos. O que deveria ser a exceção virou o dia-a-dia, o lugar comum. Um senador é acusado, provas aparecem e ele renuncia covardemente. Estufa o peito e afirma que é por respeito aos eleitores. Daqui a pouco estará novamente desfilando o cinismo nos corredores do Congresso. Círculo vicioso. Hemorragia que faz o orgulho de ser brasileiro se esvaír pelo ralo cívico.

Sócrates, filho de Fenareta, se anunciava como uma mosca sagaz que incomodava a vaca cansada que era Atenas. Onde estão as moscas de asas verde e amarelo? Quando vamos vencer a anodinia, ou seja, a indiferença que vem nos fazendo perder a capacidade de nos surpreender com as incongruências? E se o assunto é política, no seu melhor significado, que vem de pólis, a indiferença parece ganhar potência.

Iludidos que estamos pela crença de que velocidade é mais importante que direção, vamos caminhando sem checar em nosso cangote a sombra de hostilidade. Ser cidadão é aceitar o desafio de ser gentil em um mundo hostil. Gentileza que nada tem que ver com submissão. Nunca os dizeres de um certo Che foram tão necessários, pedindo pela mistura de ternura com firmeza transformadora.

Cuidado com o patrimônio histórico, limpeza nas vias públicas, paciência para as pessoas descerem do vagão para, então, subir sem atropelos, respeito aos assentos de passageiros com necessidades especiais, sensação de segurança permeando os transeuntes. São alguns indícios de que existe algo no ar nos países visitados.

Mais uma vez é preciso frear a leviandade da simplificação e da generalização, para afirmar

Há um cheiro de cidadania no ar, que vai se embrenhando pelo organismo social, livrando aos poucos aquelas sociedades da poluição oportunista, o que pode fazer toda a diferença no resultado do porvir

que em terras peruanas e chilenas existe muito a se fazer pela recuperação pós-nocautista – cujas sementes perduraram por muitas gerações. Todavia, há um cheiro de cidadania no ar, que vai se embrenhando pelo organismo social, livrando aos poucos aquelas sociedades da poluição oportunista, o que pode fazer toda a diferença no resultado do porvir.

E daí o senhor me disse: menino, há 20 anos minha família me deixou. Acho que fui um bom pai. Mas um bom pai que não teve a chance de ver seus netos crescerem, porque me deixaram de lado. Isso me fez perder o encanto pela vida. Há 20 anos moro em um asilo. Há 20 anos ninguém me pergunta quem eu sou e de onde eu venho. Há 20 anos ninguém se interessa pela minha história, pelo que eu penso da vida. Parece que eu não vivi 90 anos. Quando a gente pára de contar nossa história, ela escapa de nós. E hoje você veio aqui, bem perto dos meus últimos sopros de vida. Veio e pergunta tudo isso pra mim. Tudo o que não me perguntaram nos últimos 20 anos. Você é o meu primeiro contato com o céu. Menino, você é um anjo. E vai prometer pra este velho que nunca, nunca mesmo, vai parar de levar esta dignidade pra gente como eu.

O artista renascentista Michelangelo entregou à humanidade a estátua de Davi, transformando um bloco sem forma em uma preciosidade de mais de quatro metros de altura, tudo feito com um simples martelinho. Quando lhe perguntaram como tinha conseguido tal resultado, ele respondeu sem hesitar que primeiramente observou a pedra e enxergou Davi. Depois, portando seu instrumento, foi até lá e tirou tudo o que não era Davi.

Aquilo que vem emperrando a construção de nossa obra de arte coletiva é a exclusão daquilo que não gera obra de arte. Definitivamente não existem governos socialmente responsáveis, tampouco empresas socialmente responsáveis. Existem, pura e tão somente, indivíduos responsáveis.

Luz, luz e mais luz. Foi o que pediu Goethe no momento de sua morte. A migração da ilusão de velocidade para direção correta virá com a iluminação individual. Talvez você, leitor desta revista que trata de questões ligadas ao desenvolvimento social, esteja iluminado sobre a necessidade do compromisso de cada um para o regozijo de todos. Não se trata de querer converter os já convertidos, mas, sim, de torcer para que a sua luz esteja transbordando para sombras vizinhas.

Vamos dar continuidade à missão de Prometeu, que roubou o fogo do Olimpo para distribuir aos mortais. Como punição, ele foi acorrentado no alto de uma montanha. Nós, por não alastrarmos o fogo da cidadania, estamos acorrentados dentro de casas equipadas por cercas elétricas, iludidos pelo ouro de tolo.

Vai com Deus, menino. Eu estarei com Ele daqui a pouco. E vou dizer que você está fazendo um bom trabalho. Ele vai te promover. Ao dizer esta última frase, o senhor estava sorrindo de maneira trigueira. Eu saí do quarto aos prantos por dentro. Lágrimas de existência. Quando passei pelo corredor dele uma hora depois, vi o seu corpo coberto com um lençol. Ele havia partido. Eu também parti naquele dia. Parti muito diferente do que cheguei. Eu havia conhe(sido) um anjo.

Nosso país é um senhor que há 507 anos sofreu uma intervenção violenta. Países vizinhos e próximos de nós também convivem com este histórico de saúde maculado. Há cura, e ela passa pela reciclagem do ar que respiramos. Como na história compartilhada ao longo do texto, é urgente ouvir as histórias de nosso país. É

urgente conhecê-las. É urgente nos interessarmos pelo que é nosso.

Sair um pouco e voltar ao Brasil é uma excelente oportunidade de se apaixonar de novo e mais intensamente por este lugar. É hora de assumirmos nossas asas de anjos, olhar no espelho e conhe(ser) cidadãos.

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.



Paratletas em destaque

Com a realização da terceira edição dos Jogos Parapan-americanos no mesmo local do Pan, atletas e ONGs acreditam na valorização do paradesporto

Por Renata Centelhas



Joon Sok Seo representa o Brasil na natação



Diego Lucas Madeira: primeira convocação para o Parapan

Quando Diego Lucas Madeira entra na pista é como se estivesse fora do mundo. Ele, que se considera uma pessoa ligada no 220 volts 24 horas por dia, diz ter algo na pista que o acalma. “O atletismo mexe muito comigo, não sei explicar essa sensação, só sei que é muito boa e não consigo parar”, afirma o atleta de 24 anos, portador de mielomeningocele, que participou pela primeira vez dos Jogos Parapan-americanos, representando a Associação Desportiva para Deficientes (ADD).

“Foi uma notícia ótima ter sido convocado. Parei de treinar por um tempo e só de ter voltado já estava feliz. Agora, fazer parte da seleção é muito bom”, conta. A ADD atende cerca de 2,8 mil deficientes, promove o desenvolvimento da pessoa com deficiência por meio do esporte, educação e cursos de capacitação, além de apoiar os atletas em seis modalidades. “A Associação ajuda mais nos treinamentos. Ela tem uma ótima estrutura e um dos melhores times de basquete do país”, explica Diego.

A terceira edição dos Jogos Parapan-americanos aconteceu no Rio de Janeiro, de 10 a 19 de agosto, e, pela primeira vez na história, foram disputados na mesma cidade e logo após o Pan-americano. “Isso faz com que o paratleta seja reconhecido como um verdadeiro atleta. Conseqüentemente, passamos a ter uma responsabilidade maior”, diz entusiasmado Diego.

Para Joon Sok Seo, que tem seqüelas de poliomielite e compete na natação, isso os dará mais visibilidade. “Como utilizamos toda a organização, teremos um maior desenvolvimento do paradesporto no Brasil”, explica. Esta sua terceira participação em um Parapan, competindo nas provas de 50 e 100 metros livres, 50 metros costas e 50 metros borboleta. “A convocação significou mais uma conquista individual e do grupo ao qual faço parte. Fiquei muito

contente não só pela minha participação, mas também pelos meus colegas, que conseguiram pela primeira vez”. Além dele, outros três atletas de natação e um do atletismo estiveram no Rio.

Incentivo ao paradesporto

Joon é presidente da Associação para Integração Esportiva do Deficiente Físico (Ciedef), fundada em 1991. Por meio dela, recebe toda a estrutura de treinamento até a participação em competições. “O Ciedef oferece aos atletas um trabalho pós-reabilitação, apoio psicológico, ajuda de custo para viagens, entre outros. A integração social obtida por meio dos treinos e dos eventos da associação é fundamental para o desenvolvimento do atleta. Sempre que um competidor passa por alguma dificuldade, existe um esforço em conjunto para resolvermos o problema”, explica Fernanda Maretti, coordenadora da entidade.

Ainda segundo ela, foi uma grande vitória para o paradesporto os jogos acontecerem no mesmo lugar que o Pan, porém, ressalta Fernanda, ele ainda enfrenta muitas dificuldades. “A falta de recursos destinados ao paradesporto e de estrutura são algumas delas. Entretanto, muitas ações já foram realizadas nessa área e acreditamos que a tendência é melhorar cada vez mais. Para isso, precisamos contar com o interesse de órgãos públicos, privados e de toda população.”

Superando os limites

Segundo o último censo do IBGE, cerca de 10% da população mundial é portadora de alguma deficiência. Aqui no Brasil, são mais de 24 milhões, e a maior parte dos deficientes têm menos de 30 anos. Gilberto Lourenço da Silva e Augusto Carvalho dos Santos, companheiros do vôlei sentado, foram os dois atletas convocados do Projeto Próximo Passo (PPP) e fazem parte dessas estatísticas.

Gilberto sofreu um acidente em 2003, no qual acabou tendo que amputar parte de uma perna. E foi com o esporte que ele ‘voltou a viver’. “Antes de conhecer o vôlei sentado me perguntava o porquê de ter sofrido o acidente. Mas com o esporte, me sinto valorizado e percebi que a vida não acabou. O vôlei mudou totalmente a minha vida e agora não penso em parar nunca mais”, conta Gilberto.

Já a entrada de Augusto no esporte foi, segundo ele, engraçada. “Eu não conhecia o vôlei sentado e fui convidado pelo meu primo para participar. Ainda achei que era uma brincadeira dele na época. Comecei a treinar já no segundo dia e estou até hoje, após quatro anos. Aconselho as pessoas que estão em casa, principalmente os deficientes físicos, a participarem também”, conta o paratleta, que foi atropelado aos 18 anos e perdeu uma das pernas.

Os dois atletas treinam na Fórmula Academia, de São Paulo, que cede a quadra esportiva. Eles também são apoiados por empresas privadas, além de receberem o suporte e incentivo do PPP, que conta hoje com 85 atletas.

Os jogos

Os Jogos Parapan-americanos foram organizados pelo Co-Rio, em parceria com o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), de acordo com as regras do Comitê Paraolímpico das Américas (APC) e do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC). As competições foram disputadas nas mesmas instalações dos Jogos Pan-americanos, garantindo a qualidade dos equipamentos esportivos. Os apartamentos da Vila foram projetados já em vista de sua utilização pelas pessoas com deficiência, e as instalações foram adaptadas para os paratletas.

São cerca de 1.300 atletas e 700 membros de delegações, sendo que a seleção brasileira é composta por 230 atletas. Nesta terceira edição, dez esportes integraram o programa dos Jogos:

- **Atletismo:** Os participantes competem em provas de pista, salto, arremesso/lançamento de peso, disco e dardo, rua e combinadas (pentatlo). Alguns utilizam cadeira de rodas, outros, próteses. Atletas cegos ou com deficiência visual competem com um guia.
- **Natação:** Atletas com deficiência físico-motora e visual competem nos quatro

estilos: livre, peito, costas e borboleta, além das provas individuais e de revezamento, não sendo permitido o uso de próteses. Os nadadores cegos recebem um aviso, por meio de um bastão com uma ponta de espuma, quando estão se aproximando das bordas.

- **Basquetebol em cadeira de rodas:** A quadra não sofre nenhum tipo de adaptação para receber os atletas.
- **Halterofilismo:** Os participantes são divididos por dez categoria de peso. O objetivo é levantar o maior peso possível.
- **Futebol de 5:** A bola possui um guizo interno para que os jogadores cegos possam localizá-la. Apenas o goleiro, por motivos de segurança, tem visão normal.
- **Futebol de 7:** Todos os participantes têm paralisia cerebral (deficiência motora).
- **Tênis de mesa:** Atletas dos mais diferentes grupos de deficiência (exceto com deficiência visual) competem divididos em 11 classes.
- **Tênis em cadeira de rodas:** É praticado por atletas que têm perda de função substancial ou total em uma ou ambas as pernas.
- **Judô:** Atletas com deficiência visual são divididos em categorias por peso.
- **Voleibol sentado:** Os participantes devem manter a pelve em contato com o solo durante todo o jogo e apresentar um grau mínimo de deficiência exigido pelo esporte.

O Brasil foi o grande vencedor dos Jogos Parapan-americanos Rio 2007, conquistando 228 medalhas no total, sendo 83 de ouro, 68 de prata e 77 de bronze. Em segundo lugar ficou o Canadá, com 49 medalhas de ouro, e, em terceiro, os EUA, com 37 ouros.

Em 2011, os Jogos Parapan-americanos serão realizados em Guadalajara, México, mesma cidade que sediará os próximos Jogos Pan-americanos. 🌱

Links

- www.add.org.br
- www.ciedef.org.br
- www.cpb.org.br
- www.paraolimpiadas.com.br
- www.ppp.org.br

Histórico do Parapan-americano

Os primeiros Jogos Parapan-americanos aconteceram em 1967, em Winnipeg, no Canadá, e foram disputados por Estados Unidos, Argentina, México e Trinidad e Tobago. A edição seguinte aconteceu no ano de 1969, em Buenos Aires, e contou com a primeira participação brasileira. Outras edições: 1971, em Kingtong (Jamaica); 1973, em Lima (Peru); 1975, na Cidade do México (México); 1978, no Rio de Janeiro (Brasil); 1982, em Halifax (Canadá); 1986, em Aguadillas (Puerto Rico); 1990, em Caracas (Venezuela); e 1995, em Buenos Aires (Argentina).

Em 1999, no México, ocorreu a primeira edição dos Jogos sob a chancela do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC), recebendo o nome de 1º Jogos Parapan-americanos. Mil participantes, de 19 países, disputaram quatro esportes: atletismo, natação, tênis de mesa e basquetebol em cadeira de rodas.

Já a segunda edição aconteceu em 2003, em Mar del Plata, na Argentina, com a participação de 1.300 pessoas, de 22 países, em nove esportes: atletismo, natação, bocha, basquetebol em cadeira de rodas, voleibol sentado, hipismo (adestramento), esgrima, tênis em cadeira de rodas e ciclismo.

RENATA GENTELHAS



Augusto Carvalho dos Santos integra a equipe brasileira de vôlei sentado

Campeonato de futebol inclusivo

Abrindo as comemorações pelos seus 25 anos de atuação, a Avape realizou no dia 26 de maio, em São Bernardo do Campo (SP), o 1º Campeonato CTA – Avape 25 anos, que contou com seis times formados por cerca de 50 jovens assistidos. Prestigiaram o evento os ex-jogadores do São Paulo Futebol Clube Caio, Fábio Melo e Sidney, e a equipe de esportes da Rádio Globo articulou um jogo entre colaboradores/funcionários do CTA e da rádio.

i www.avape.com.br



Assistidos da Avape com Caio, ex-jogador do São Paulo

Trio acessível na Parada Gay

A 11ª edição da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, realizada em 10 de junho na Avenida Paulista, contou com a participação do Trio do Acesso Universal, nono carro a desfilar e o primeiro trio acessível a pessoas com deficiência, incluindo uma plataforma elevatória que permitirá o acesso de pessoas com cadeira de rodas. Idealizada pelas ONGs Mais Diferenças e 3IN, a iniciativa aproveitou a visibilidade do evento para chamar atenção à questão da inclusão das pessoas com deficiência. Com o slogan "Incluindo diferenças... pela defesa dos direitos humanos", por onde o trio passou não faltaram manifestações positivas do público.

i www.3in.org.br
www.maisdiferencas.org.br
www.paradasp.org.br



O caminhão com 14 metros de comprimento e 4,5 metros de altura transportou pessoas com diferentes tipos de deficiência e sem deficiência em regime rotativo



Ficha FNRH dá mais autonomia ao deficiente visual

Cadastro em braile na rede hoteleira

A Arco Sinalização Ambiental desenvolveu uma Ficha Nacional de Registro de Hospedagem (FNRH) que possui textos em braile, alto-relevo, impressão em caixa alta para baixa visão e com contraste forte, possibilitando mais autonomia aos deficientes visuais no momento do registro em hotéis. Devido aos Jogos Panamericanos 2007, o Rio de Janeiro foi o primeiro estado a adotar o sistema, já que essa é uma obrigação definida pela lei estadual nº 4.831, de 30 de agosto de 2006. A FNRH é confeccionada com lâminas de plástico resistente, não-renováveis e que servem de guia para escrita sobre papel – que depois de destacado deve ser enviado à Embratur e a Secretaria de Segurança Pública.

i www.arcomodular.com.br



Telecentros aptos a atender deficientes

A Acessibilidade Brasil, em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Plano Nacional de Qualificação, promoveu nos dias 23 e 24 de maio, em Brasília (DF), o Seminário para a Apresentação da Metodologia de Atendimento de Pessoas com Deficiência em Telecentros, baseada na coleta de informações de milhares de atendimentos no Telecentro Acessível de Taguatinga, criado especialmente para isso. A partir de junho, o MTE começou a distribuir a metodologia para outros telecentros comunitários brasileiros.

i www.acessobrasil.org.br

Oficina de paleontologia para cegos

A falta de material adaptado aos deficientes visuais e de experiência e preparo por parte dos professores na transmissão do conhecimento a este público são obstáculos frequentes. Pensando nisso, a Estação Ciência/USP ofereceu entre 2 e 6 de julho a oficina gratuita "Ensinando paleontologia para deficientes visuais". A atividade é voltada para professores do ensino básico e estudantes universitários e visa capacitá-los para a abordagem deste tema em sala de aula, especialmente junto a alunos deficientes visuais, além de oferecer um aporte de conhecimentos sobre a paleontologia. Outros cursos com essa proposta estão sendo preparados para este ano.

i www.eciencia.usp.br



Atividades práticas fizeram parte da capacitação dos educadores

Fórum de Empresas discute acessibilidade

A 2ª Plenária de 2007 do Fórum de Empresas, organizado no dia 19 de junho pelo Instituto Paradigma em parceria com o Comitê de Responsabilidade Social (Cores) da Fiesp, teve como tema principal "A questão da acessibilidade e ajudas técnicas como instrumento de inclusão nas empresas". Entre os assuntos abordados estavam: "As diretrizes políticas e técnicas para a cidade de São Paulo e o trabalho da CPA" – referente à Comissão Permanente de Acessibilidade da Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência; "A questão da acessibilidade para a inclusão econômica das pessoas com deficiência"; além de cases empresariais.

i www.fiesp.com.br
www.institutoparadigma.org.br



Segunda plenária de 2007 debateu a inclusão econômica dos deficientes

diálogo social

AGENDA DE CURSOS E WORKSHOPS

TERCEIRO SETOR

São Paulo, 28 de setembro

Direito do Trabalho - Vínculo Empregatício no Terceiro Setor

Campinas, 5 de outubro

Grandes Campanhas de Captação de Recursos

Belo Horizonte, 8 a 11 de outubro

Oficina de Elaboração de Projetos Sociais e Culturais

São Paulo, 29 de outubro

Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração Pública

João Pessoa, 14 de novembro

Direito do Trabalho - Vínculo Empregatício no Terceiro Setor

Informações e inscrições:

www.dialogosocial.com.br

Consulte outros temas abordados:

- Elaboração de Projetos Sociais
- Administração Financeira de ONGs
- Gestão e Motivação de Voluntariado
- Captação de Recursos e Planejamento de Eventos
- Incentivos Fiscais
- Elaboração de Projetos Culturais
- Voluntariado Empresarial

OUTRAS INFORMAÇÕES

dialogo@dialogosocial.com.br

(11) 6281-9643

(11) 7186-9906

Parceira oficial:

filantropia
Responsabilidade Social | Terceiro Setor

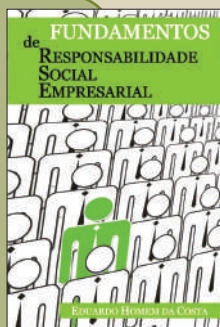
Consulte-nos sobre consultoria e cursos *In Company*

Livros

Fundamentos de Responsabilidade Social Empresarial

Escrito por Eduardo Homem da Costa, o livro *Fundamentos de Responsabilidade Social Empresarial* (88 págs., R\$ 20) tem a intenção de introduzir o leitor neste tema complexo. O autor se dirige de maneira direta aos empresários que desejam apostar no investimento social, mas muitas vezes têm dificuldades de adotar esse tipo de gestão empresarial por falta de conhecimento.

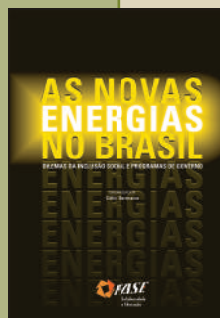
i www.eduardohomem.com
livro@eduardohomem.com
 (21) 8686-0381



As novas energias no Brasil

A publicação *As novas energias no Brasil – Dilemas da inclusão social e programas de governo* (176 págs., R\$ 10), de Célio Bermann, analisa o Programa Brasileiro de Biodiesel e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), ambos do governo federal, sob os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Improviso e falhas no processo de inclusão social são algumas das avaliações dos autores dos estudos sobre biodiesel que geraram parte do livro.

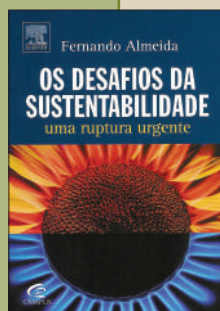
i www.fase.org.br
 (21) 2536-7350



Os desafios da sustentabilidade

Fernando Almeida, presidente executivo do Cebds, lança a obra *Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente* (280 págs., R\$ 59,90), que condiciona a sobrevivência da sociedade à necessidade premente e radical de mudança do modelo de desenvolvimento. São três blocos principais: o estado dos serviços ambientais, as razões da urgência e o comportamento dos sistemas naturais; como implantar as mudanças pela via da ruptura estruturada como meio de desviar nosso futuro da rota da tragédia social e ambiental; e quem vai operar as mudanças, apontando para a formação dos líderes da sustentabilidade.

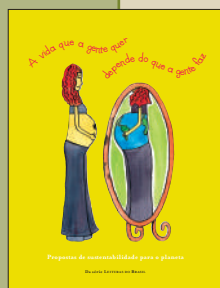
i www.campus.com.br
 (21) 3970-9300
 (11) 5105-8555



A vida que a gente quer depende do que a gente faz

O Instituto Ecofuturo lança o livro *A vida que a gente quer depende do que a gente faz – Uma leitura para todos, de todas as idades* (320 págs., download gratuito), em que renomados literatos e estudiosos escrevem propostas para a sustentabilidade, estimulando a comunidade escolar de todo o país a pensar e escrever sobre o melhor lugar do mundo. A capa da obra é ilustrada por uma jovem de 15 anos.

i www.omehorlugardomundo.org.br



Educação é tema do Prêmio Jovem Cientista

Inscrições abertas até 30 de novembro para o 23º Prêmio Jovem Cientista, promovido pela parceria entre CNPq, Grupo Gerdau, Eletrobrás e Fundação Roberto Marinho. Com o tema "Educação Para Reduzir as Desigualdades Sociais", este ano a maior premiação científica da América Latina desafia estudantes do ensino médio, superior e graduados de todo o país a desenvolverem pesquisas sobre a educação. O valor da premiação vai de R\$ 7.000 a R\$ 20 mil, de acordo com a categoria.

i www.jovemcientista.cnpq.br

Inserção profissional de pessoas com deficiência

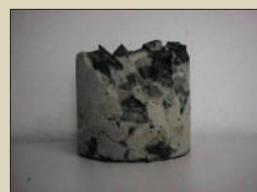
A Aave mantém há um ano o projeto Job Club Aave (Joca), que auxilia profissionais com deficiência a encontrarem recolocação no mercado de trabalho. Após uma triagem feita pelo serviço social da instituição, são identificados o perfil do profissional e suas reais necessidades. Em seguida, são realizadas reuniões semanais com duração de 3 a 4 horas, além de atividades para elaboração de currículos, simulações de entrevistas e dinâmicas de grupo. A disponibilidade das ofertas de emprego é feita pela Aave com base nas solicitações de empresas que a procuram, ou que simplesmente as divulgam.

i www.aave.org.br
 São Paulo/SP – (11) 3055-5000
 Santo André/SP – (11) 4426-4066
 Tatui/SP – (15) 3305-2909
 Resende/RJ – (24) 3381-8701

Reciclagem de pneus é uma saída para reduzir o impacto ambiental

O Instituto Via Viva desenvolve alternativas inteligentes para evitar o depósito de pneus em córregos, aterros, rios, terrenos baldios, mar, ou que sejam queimados, a fim de minimizar danos para o meio ambiente causados pela destinação incorreta destes materiais. A entidade desenvolve tecnologias que promovem a substituição de materiais não-renováveis na natureza por pneus inservíveis e outras borrachas vulcanizadas. Alguns desses produtos são o Concreto Ecológico DI, que leva parte da pedra britada substituída por agregados de borrachas trituradas; e a Brita DI, proveniente dos pneus inservíveis triturados, que também pode ser utilizada em sistemas de drenagem. Já a raspa dos pneus, colorida com pigmentos especiais, é utilizada pelo Via Viva para a produção do Granulado Colorido, material apropriado para projetos paisagísticos, como jardins e playground. O instituto tem atuação em várias regiões do Brasil. No estado de São Paulo, os Ecopontos Via Viva – que recebem doações de pneus usados – estão presentes nas cidades Porto Feliz e São Vicente.

i www.viaviva.org.br
viaviva@viaviva.org
 (11) 5539-3070



Amostra de concreto DI, utilizado no piso da Praça da Sé, em São Paulo



M. Biasioli está de casa nova

A M. Biasioli Advogados anuncia mudança de endereço. Com mais de 20 anos de militância jurídica e especialização nas áreas que tratam do direito empresarial, o escritório tem sua vocação direcionada a consultoria legal em prol de fundações, associações, organizações religiosas e empresas, especialmente aquelas que buscam o fortalecimento por meio da responsabilidade social.

i Rua André Ampère, 153, 5º andar
CEP 04562-907
Brooklin Novo – São Paulo/SP
www.mbiasioli.com.br
consulta@mbiasioli.com.br
(11) 5102-4309

Prêmio Brasil de Meio Ambiente

Empresas, agências de publicidade e órgãos municipais, estaduais e federais que possuem projetos ambientais e de desenvolvimento sustentável têm até o dia 30 de setembro para se inscrever no 2º Prêmio Brasil de Meio Ambiente, realizado pelo Jornal do Brasil e revista JB Ecológico. Os candidatos devem estar de acordo com a legislação ambiental, no que se refere à emissão de efluentes líquidos, sólidos, gasosos; proteção do solo, da água e da biodiversidade; possuir sistema de gestão ambiental; manter boa relação com a comunidade, inclusive com ONGs e o poder público; e apresentar iniciativas inovadoras, sejam interna ou externamente à planta industrial.

i www.jb.com.br/premiobrasil

Software mede níveis de responsabilidade social

A BDO Trevisan, a Itaútec e a InfoQuality fecharam uma parceria comercial que resultou no lançamento do Syscore de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), software de gestão para medição e avaliação do desempenho de projetos e ações de sustentabilidade nas empresas. A ferramenta é capaz de fornecer mapeamentos e gráficos baseados em metas e parâmetros estabelecidos pela empresa, além de realizar medições de forma dinâmica, simples e transparente para todos os envolvidos nos projetos sociais das companhias. Possibilita, ainda, a integração das ações e iniciativas de responsabilidade social à estratégia da organização, seja por meio do Balanced Scorecard ou outros modelos de gestão estratégica. Uma das vantagens é que, ao ser gerado algum alerta relativo ao desempenho de qualquer indicador, o software permite que o gestor identifique qual o setor ou responsável pelo indicador em questão.

i www.bdotrevisan.com.br
www.infoquality.com.br
www.itautech.com.br

Caixa oferece atendimento inclusivo

A partir de agosto, a Caixa Econômica Federal passa a disponibilizar uma central de atendimento exclusiva, e abrangência nacional, para pessoas com deficiência auditiva. Para utilizar o sistema, é necessário que o deficiente auditivo faça a ligação de um telefone conhecido como TDD (Telecommunications Device for the Deaf), disponível em locais de grande circulação como aeroportos, rodoviárias e shopping centers. Pelo canal, é possível obter informações sobre PIS, Abono, Bolsas, Programas Sociais, FGTS, Seguro Desemprego, Habitação, produtos e serviços bancários.

i www.caixa.gov.br
Disque Caixa Especial: 0800 726 2492

IDIS e parceiros lançam Guia Prático de Marketing Relacionado a Causas

O Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), junto com seus parceiros da Iniciativa de Marketing Relacionado a Causas (MRC), lançou o “Guia Prático de Marketing Relacionado a Causas: Diretrizes e Casos”, disponível no site da entidade. A publicação pretende contribuir na realização de programas inovadores de investimento social privado, que utilizem a ferramenta do MRC.

i www.idis.org.br

Fontes sobre desenvolvimento sustentável

A Iniciativa de Comunicação e a Fundação Avina disponibilizam na internet o Guia de Fontes para Desenvolvimento Sustentável na América Latina, facilitando vínculos de colaboração entre jornalistas, pesquisadores, especialistas e organizações sociais. Com acesso público e gratuito, o guia é um diretório de 634 líderes sociais e especialistas, em 23 países de toda a América Latina, em quatro grandes campos de ação: Igualdade; Governabilidade Democrática e Estado de Direito; Conservação e Gestão de Recursos Naturais; e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

i www.cominit.com/la/avina

Campanha em defesa da Amazônia

Os atores Cristiane Torloni e Victor Fasano criaram o site Amazônia para Sempre, a fim de colher assinaturas para um abaixo assinado contra a degradação da Floresta Amazônica. O manifesto cita o parágrafo 4º, do art. 225 da Constituição Federal, que diz: “A Floresta Amazônica é patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”. A reivindicação é clara: “Deve-se implementar a interrupção imediata do desmatamento da Floresta Amazônica. Já!”.

i www.amazoniaparasempre.com.br

Petição pela paz

O AFS Intercultura Brasil lançou uma Petição pela Paz. O objetivo da iniciativa é incentivar a promoção de intercâmbios culturais, como meio de promover a compreensão e ajudar a construir uma ponte de entendimento sobre as semelhanças e diferenças entre os povos. A meta do AFS é alcançar 1 milhão de assinaturas em um documento que será entregue para a ONU, em outubro de 2007, na cidade de Nova Iorque, onde também será realizado um Fórum pela Paz. Atualmente, a petição conta com aproximadamente 33 mil assinaturas de 180 países.

i www.afs.org.br
www.exchanges4peace.org



Perguntas do Terceiro Setor

Tenho uma escola técnica e ofereço bolsas de estudos integrais (100%) e parciais (50%). Posso considerar as bolsas parciais como gratuidade?

As entidades que promovem a educação podem considerar como gratuidade tanto as bolsas integrais como as parciais. Utilizando analogicamente o disposto na Lei do Prouni (lei nº 11.096/2005), poderá ser considerado como gratuidade até mesmo as bolsas de 25% do valor total. O artigo 1º da Lei do Prouni regula que: “Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos (Prouni), destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% ou de 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos”. Destaca-se que é essencial que tais bolsas sejam concedidas a pessoas carentes, na acepção da palavra, “a quem dela necessitar” (art. 203 da Constituição Federal de 1988) para o atendimento de suas “necessidade básicas” (art. 1º da lei nº 8.742/93). Ainda, o parecer nº 2.414/2001, proveniente da Coordenadora-Geral de Direito Previdenciário, estipula que não será considerado como gratuidade os descontos concedidos uniformemente a todos os alunos e as bolsas de estudos concedidas aos filhos de funcionários. Este último possui nítido caráter trabalhista, portanto, longe estão de se amoldarem ao conceito de aplicação em gratuidade para fins beneficentes.

Uma fundação pode criar e manter escola de ensino regular e/ou ensino profissionalizante? Quais seriam os benefícios fiscais?

Uma fundação, desde que sem fins econômicos, poderá manter uma escola e usufruir dos benefícios fiscais decorrentes da sua finalidade. São vários itens a serem observados, sendo que é essencial que toda a legislação pertinente à promoção do ensino seja rigorosamente cumprida. Todos os recursos obtidos devem ser revertidos na finalidade estatutária da entidade, com a aplicação de 20% da receita bruta em gratuidade. E, ainda, a gratuidade deve ser conferida àqueles que efetivamente necessitam. Os benefícios fiscais que em princípio poderiam ser usufruídos são essencialmente em relação aos impostos, conforme previsto no art. 150 da Constituição Federal e às contribuições sociais, regulado pelo art. 195 da CF, desde que observados os demais requisitos legais.

O trabalho voluntário pode ser feito por uma criança ou adolescente?

O ordenamento jurídico pátrio contém diversas disposições que regem o trabalho infantil, originadas na Constituição Federal e complementadas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com efeito, a segunda parte do 9º Princípio da Declaração Universal dos Direitos da Criança dispõe que “(...) não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada ou lhe será permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral”. Ao dispor sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a Constituição Federal determina, no art. 7º, XXXIII, a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. O art. 428 da CLT, recentemente alterado pelo decreto nº 5.598/2005, assim regula o contrato de aprendizagem: “Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor

de 24 anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.” Assim, diante do acima esclarecido, somos do entendimento de que o trabalho de crianças é proibido e de adolescentes com idade compreendida entre 14 e 16 anos só é permitido na condição de aprendiz, devendo ser atendidos e respeitados rigorosamente todos os requisitos legais, não cabendo, portanto, o trabalho voluntário.

As entidades sem fins econômicos possuem direito à imunidade/isenção junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)?

A Sabesp possui um programa de tarifa diferenciada nos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos para as entidades que promovem a assistência social. Para tanto, é necessário que a entidade possua certificados de inscrição atualizados, expedidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/Comas) ou Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas); certificado de inscrição no Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); e contrato de celebração de convênio com o governo municipal, estadual ou federal. Também é necessário o preenchimento de um requerimento de donativos e de um contrato de tarifação de entidade de assistência social. Para conseguir tal benefício, é preciso que a entidade não esteja inadimplente com a Sabesp. Tal tarifa especial é aplicada pelo período de um ano, com possibilidade de prorrogar por mais um ano. Além disso, dependendo da natureza da atividade desempenhada pela entidade, a Sabesp solicita uma documentação específica.

O que é sorteio filantrópico? As decisões judiciais têm beneficiado as entidades?

É o sorteio promovido por instituições declaradas de utilidade pública em virtude de lei e de caráter exclusivamente filantrópico, com o fim de obter recursos adicionais necessários à manutenção ou custeio de obra social a que se dediquem. Somente pode ser realizado um único sorteio por ano, exclusivamente com base nos resultados das extrações da Loteria Federal, admitida uma única transferência de data por motivo de força maior, desde que autorizada. A entidade pode firmar contrato ou convênio com pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de administrar e/ou promover o evento, que deve ser apresentado à Gerência Nacional de Promoções Comerciais (GEPCO) no ato da solicitação da autorização. Compete à Caixa Econômica Federal a operacionalização, a emissão das autorizações e a fiscalização das atividades de distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda, sorteios filantrópicos e operações de captação de poupança popular. Em relação às decisões judiciais, muitas entidades estavam sendo tolhidas em seu direito de realizar o sorteio filantrópico por não possuírem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas) em vigor, mas, sim, a certidão emitida pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), na qual consta que o pedido de renovação do Ceas está em análise. Recentemente, após a impetração de um mandado de segurança, foi deferida a decisão nos seguintes termos: “(...) confirmo a liminar e concedo a segurança buscada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bauri (Apae/SP), para determinar ao superintendente nacional de loterias e jogos da Caixa Econômica a apreciação do processo de pedido de autorização para realização da campanha, mediante aceitação da certidão emitida pelo CNAS, que comprova a realização do pedido de renovação do Ceas”.

Agenda 2007

Setembro

Dias 21 e 22 - 1º Congresso de Captação de Recursos

Local: Faculdades Integradas Rio Branco • www.fundraising.com.br • contato@fundraising.com.br • (11) 3052-3647

Dias 25 e 27 - O que é ser voluntário?

Local: Sede do CAV • www.acaovoluntaria.org.br • acao@acaovoluntaria.org.br • (41) 3322-8076

Dias 26 e 27 - 2º Encontro Gaúcho do Terceiro Setor

Local: Hotel Swan Tower • www.encontroterceirosetor-rs.com.br • semear@fundacaoosemear.org.br • (51) 2108-2108

Dias 29/9 a 15/12 - Curso: Gestão em Política Social - NOB/Suas

Local: Prime Office Espaço de Negócios • www.perspectivasocial.com.br • perspectivasocial@perspectivasocial.com.br • (11) 6283-5838

Outubro

Dia 03 - Curso: Leis de Incentivo à Cultura

Local: Auditório SindiRoupas • www.criativasocial.com • contato@criativasocial.com • (21) 3979-5472

Dias 3 a 5 - 14º Congresso Nacional de Voluntários e Instituições de Apoio à Criança e ao Adolescente com Câncer

Local: Hotel Parque dos Coqueiros • <http://xivconacri.avosos.org.br> • xivconacri@pacificeventos.com.br • (79) 3234-4410

Dias 5 a 27 - 8º Curso 3S

Local: FGV-SP • www.juniorpublicafgv.com.br • curso3s2007@gmail.com • (11) 3262-2796

Dias 16 a 20 - Curso de Fortalecimento Institucional

Local: Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) • www.ipe.org.br • cbbc@ipe.org.br • (11) 4597-1327

Para ver a agenda completa ou cadastrar o seu evento, acesse: www.revistafilantropia.com.br

Você quer conhecer ainda mais sobre as entidades beneficentes de assistência social?

Então leia o novo livro do Prof. Sergio Roberto Monello

O presente livro tem por objetivo levar advogados, contadores, administradores e pessoas dedicadas ao trabalho nas entidades beneficentes de assistência social a refletirem sobre a assistência social, gratuidades e imunidade de contribuições sociais para a seguridade social e ainda, quanto ao "Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEAS/CEBAS)" concedido pelo "Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)" em decorrência do reconhecimento do "Direito Adquirido" a essa imunidade e à manutenção desse Certificado, levando-se em consideração às decisões do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Pedidos:



com Srta. Adriana
Avenida General Olímpio da Silveira, 655 – Perdizes
CEP: 01150-001 – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3872-1195
www.sergiomonello.com.br

SERGIO ROBERTO MONELLO

ENTIDADES BENEFICENTES

ASSISTÊNCIA SOCIAL,
IMUNIDADE E
DIREITO ADQUIRIDO

Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD)

Organização social voltada para o tratamento, a reabilitação e a reintegração de crianças, adolescentes e adultos com deficiência à sociedade.

CNPJ: 60.979.457/0001-11

i Avenida Professor Ascendino Reis, 724
Vila Clementino – São Paulo/SP
CEP 04027-000
www.aacd.org.br
aacd@aacd.org.br
(11) 5576-0777



R\$ 49,90

Camiseta manga longa

Nas cores preto, verde e lilás.
Tamanhos 10 a 16 / P/M/G/GG

Blusa

Nas cores preto, branco e rosa.
Tamanhos P/M/G/GG



R\$ 49,90

Blusa de moletom

Nas cores preto, branco e azul.
Tamanhos P/M/G/GG

R\$ 49,90



Hospital Pequeno Príncipe

O objetivo da organização é oferecer atendimento hospitalar e ambulatorial a crianças e adolescentes, incluindo procedimentos complexos, como transplantes de fígado, rins, coração e ossos.

CNPJ: 76.591.569/0001-20

i Rua Desembargador Motta, 1.070
Água Verde – Curitiba/PR
CEP 80250-060
www.pequenoprincipe.org.br
produtosocial@hpp.org.br
(41) 3310-1415

Camiseta

Estampa em serigrafia dourada e texto "Nobre é contribuir".
Tamanhos P / M / G (baby look)
PP/P/M/G/GG (modelo normal)



R\$ 15

Boneca de pano

Com enchimento de fibra e cabelo de lã.
38 cm x 34 cm



R\$ 15

Caneca

Em cerâmica refratária, com estampa azul e amarela.
12 cm x 9 cm

R\$ 12



R\$ 18

Avental de churrasco

Brim preto, com estampa em prata e vermelho.
82 cm x 70 cm

Instituto de Cidadania Empresarial (ICE)

Organização social que apóia e opera programas para a promoção do desenvolvimento comunitário sustentável, articulando empresas e comunidades, em parceria com a Loja Identidades.

CNPJ: 03.376.600/0001-47

i Rua Funchal, 263 – 5º andar,
bloco 1, cj. 51/52
Vila Olímpia – São Paulo/SP
CEP 04551-060
www.ice.org.br
thais@ice.org.br
Fone/fax: (11) 3708-0491

Colar de flor

Em crochê de metal.
Produzido pela comunidade GOA.



R\$ 52,80



R\$ 63,50

Escultura Dom Quixote

Em sucata reciclada, e cravos de ferradura.
Produzido pela comunidade JAY.

R\$ 65

Colar de sementes

Em jarina aquecida, paixubão serrado e miçanga de açaí.
Produzido pela comunidade Natuacre.

Porta travessa

Em madeira, com detalhes em mosaico.

R\$ 34,90



Loja Identidades

Shopping Jardim Sul
Av. Giovanni Gronchi, 5.819
São Paulo/SP
(11) 3501-6196

Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente – Refazer

Instituição beneficente, sem fins lucrativos, que presta assistência a crianças, adolescentes e gestantes de alto risco após a alta hospitalar do Instituto Fernandes Figueira (Fiocruz).

CNPJ: 00.951.676/0001-60

i Rua Hans Staden, 34
Botafogo – Rio de Janeiro/RJ
CEP 22281-060
www.refazer.org.br
refazer@refazer.org.br
(21) 2527-3434 / 2539-5078

Camisas bordadas

Tamanhos P/M/G



R\$ 20

Porta-óculos

Diversas cores.



R\$ 20

R\$ 20



Chaveiro

Nas cores vermelho e verde, com estampa de onça.

R\$ 30



Colar

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



Realização:



80

Hotel Maksoud Plaza | 26/10/2007
Alameda Campinas, 150 | São Paulo/SP

Congresso Brasileiro de Direito e Contabilidade do Terceiro Setor

O programa do Congresso tem por objetivo a atualização e o aprimoramento da capacitação dos profissionais envolvidos com as questões sociais ligados às entidades beneficentes e/ou empresas socialmente responsáveis, tais como: advogados, administradores e dirigentes de organizações não governamentais, auditores, contabilistas, ecônomos e provinciais religiosos, estudantes e demais profissionais engajados na obra do bem.

8:45 Abertura Solene do Congresso
Justiça Social: O Principal Desafio dos Operadores do Terceiro Setor

Marcos Biasioli

Presidente da comissão científica e coordenador geral do Congresso

Atualidades da Contabilidade do Terceiro Setor

9:00 As Inovações da Contabilidade das Entidades Beneficentes frente à Municipalização da Assistência Social definida pela NOB/SUAS

Marcelo Monello

Sócio - diretor do escritório contábil Dom Bosco, Contabilista, engenheiro, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS-SP e membro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

9:30 Procedimentos contábeis que estão gerando informações fiscais para a cassação do CEAS e cancelamento da isenção previdenciária das Entidades Beneficentes

Nilton Tilet

Sócio e Fundador da TSA Auditores Associados, Auditor em Entidades do Terceiro Setor Filantrópicas ou não, Bacharel em Ciências Contábeis e registrado na CVM.

10:00 Peculiaridades da Contabilidade de Custos da Atividade Social, Educacional, de Saúde e Mista e o reconhecimento na contabilidade

Edeno Teodoro Tostes

Contabilista, Administrador de empresas, Administrador de Saúde e Hospitalar e Diretor da Somed Contabilidade Especializada e Diretor da Aescon Sescon - SP

10:30 Coffee-Break e visita ao espaço cultural

11:00 Contabilidade das Organizações Sociais de Interesse Público – OSCIPs

Rogério Gerlah Paganatto

Economista e Contabilista, Sócio da Quality Associados e Integrante do NEATS - PUC/SP

Auditoria do Terceiro Setor

11:30 Auditoria do Terceiro Setor

Marco Antonio Boscolo

Diretor da KPMG Auditores Independentes, Instrutor do Conselho Regional de Contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade.

13:30 Entretenimento Social

Direito do Terceiro Setor Gratuidade – A contrapartida da Isenção Previdenciária

14:00 A normatização das gratuidades derivada do CNAS por advento na concessão/renovação do CEAS

Antônio Brito

Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Brasil - CMB e do Estado da Bahia. Superintendente da Fundação José Silveira, Presidente e atual Conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social.

14:30 Gratuidades na Visão das Entidades Beneficentes e os reflexos tributários

Marcos Biasioli

Titular da M. Biasioli Advogados Associados, Consultor Jurídico de inúmeras Entidades Beneficentes, Mestrado em Direito PUC/SP, Administrador de Empresas Universidade Mackenzie – SP, Pós-Graduado em Direito Empresarial The European University, Editor da Revista Filantropia e Coordenador Geral do Congresso.

15:00 A importância da comprovação das Gratuidades na Visão do Ministério da Justiça quando do reconhecimento de utilidade pública e demais certificações, em face da nova sistemática de controle eletrônico a partir de 2008.

José Eduardo Elias Romão

Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça e Professor da Universidade de Brasília/DF.

A Legalização da Captação de Recursos Públicos e Privados

16:00 Sistema Único de Assistência Social – SUAS

Aldaíza Sposati

Professora titular do Programa de Estudos Pós Graduação em Serviço Social da PUC/SP, doutorada pela PUCSP e pós-doutorado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coordenadora do Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais – CEDEST, Consultora, para projetos específicos. Foi Secretária das Administrações Regionais de São Paulo, Secretária Municipal de Assistência Social de São Paulo e Vereadora da Câmara Municipal de São Paulo.

16:30 Mecanismos legais para o acesso à entidade beneficente ser incluída no rol daquelas beneficiadas pelas penas alternativas fixadas pela Justiça Criminal

Mauro Rogério Bitencourt

Diretor do Departamento de Reintegração Social do Sistema Penitenciário, ligado à Secretaria paulista.

17:00 Fundos públicos destinados à área da saúde e a forma legal de se promover a captação

José Luiz Spigolon

Geógrafo, Administrador de Empresas, Pós Graduação em Administração Hospitalar, Serviços de Saúde, Saúde Pública e Administração Financeira.

17:30 Critérios legais e forma de acesso pelas entidades beneficentes aos recursos públicos destinados ao Fundo do Direito da Criança e do Adolescente – FUMCAD

Vitor Benez Pegler

Presidente CMDCA/SP - FUMCAD (Fundo Municipal de Direito da Criança e do Adolescente).

18:30 Encerramento

